

MEC-SG

PREMEN

Luis L. G.
Administração da Educação
P. Colégio Polivalente

SUB-PROGRAMA DOS ESTADOS PARTICIPANTES

COLÉGIOS POLIVALENTES

(Documento Base)

ORGANIZAÇÃO DA MATÉRIA

- A - A Idéia do Colégio Polivalente
- B - Fundamentos Teóricos do Colégio Polivalente
- C - Os Objetivos do Colégio Polivalente
- D - O Plano Curricular - Tecnologia do Ensino - Avaliação da Aprendizagem
- E - Quadros que devem ser preenchidos pelo GT do Currículo
- F - Os Recursos Humanos do Colégio Polivalente
- G - O Colégio Polivalente e as Empresas
- H - A Manutenção do Colégio Polivalente
- I - Dimensionamento Teórico do Colégio Polivalente
- J - Especificações Educacionais do Colégio Polivalente
- L - Unidades Espaciais do Colégio Polivalente
- M - O Equipamento do Colégio Polivalente
- N - Instruções para Implementação do Projeto Colégio Polivalente

E R R A T A

FOLHA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
42	4.3.3 - linha 2	trinta (30)	setenta e cinco (75)
59	7.3.2 - linha 1	SCP	SSE
61	7.6.3 - linha 1	SCP	SSE
64	5.2 - linha 4	Coordenação Pedagógica	Supervisão Escolar
70	7.5 - linha 2	Coordenação Pedagógica	Supervisão Escolar
85	6.3.1 - 1ª - linha 1	do <u>núcleo comum</u>	de <u>educação geral</u>
87	última linha	DEM	MEC
101	3.2.4 - linha 8	Coordenação Pedagógica	Supervisão Escolar
133	linhas 6 e 7	de Cooperação Comunitária	Comunitário
150	12. linha 15	distante de	protegido quando em
157	ÁREA PRÓXIMA DO CONJUNTO	4,5%	4,4%
159	2.4.1 - cóluna e	3	4
160	2.4.3 - linha 1	Secretaria de	Secretaria da

A - A IDÉIA DO COLÉGIO POLIVALENTE

A IDÉIA DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Introdução

- 1.1 - A idéia de unificação do antigo ciclo ginásial, implícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, começou a ter atualização prática com os Ginásios Orientados para o Trabalho, tomou impulso com a programação da criação de quase 300 Ginásios (hoje Escolas) Polivalentes pelo PREMEN, e se consolidou e ampliou com a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, no contexto da qual a educação polivalente constitui um dos objetivos da Escola de 1º Grau.
- 1.2 - Além da implantação das Escolas Polivalentes, a programação do PREMEN previa, desde sua formulação inicial, o estabelecimento de um número limitado de Colégios Polivalentes, nos quais se ensaiaria, ao nível do antigo 2º ciclo médio, a continuidade do mesmo tipo de educação preconizada para a Escola Polivalente.
- 1.3 - O Colégio Polivalente deveria, quanto a seu currículo, expandir aquela mesma síntese - que já inspirava a Escola Polivalente, da formação humanística moderna e da preparação para o mundo do trabalho e da técnica e, quanto às suas funções, teria entre outras a de fornecer habilitações profissionais, conferindo terminalidade ao ensino do 2º Grau. Isto sem prejuízo para aqueles seus alunos que, o desejando, pudessem com legitimidade aspirar à preparação necessária para o ingresso no ensino universitário.
- 1.4 - Seriam oito os Colégios Polivalentes que o PREMEN criaria - dois em cada um dos quatro Estados participantes de sua programação intensiva: BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS e RIO GRANDE

DE DO SUL. Como a construção desses Colégios era prevista para as etapas finais da programação do PREMEN, as linhas estruturais dos mesmos deveriam ser fixadas oportunamente, o que é feito no presente documento.

- 1.5 - O crescente aumento dos custos de construção, desde a época do planejamento inicial até hoje, obrigou o PREMEN a reduzir os Colégios Polivalentes a 4, um em cada Estado Participante.

2. Os Colégios Polivalentes e a nova Lei do Ensino

- 2.1 - Anteriormente à recente Lei de Diretrizes e Bases de 1º e 2º Graus, os Colégios Polivalentes talvez precisassem ser instituídos com o caráter de escolas experimentais, dado que a lei então vigente, embora admitisse certa margem de flexibilidade de currículos, isto fazia estabelecendo uma estrutura de ramos de ensino e de cursos diferenciados.

- 2.2 - Com a vigência da Lei nº 5692 a situação é outra. Os conceitos de ramos de ensino e de cursos foram por ela superados, sem prejuízo, no referente ao ensino de 2º Grau, de seu caráter predominante de terminalidade e de sua função precípua de habilitação profissional.

Com isto podemos dizer que a polivalência é o princípio que informa o ensino de 2º Grau, embora se deva admitir que essa polivalência será durante ainda algum tempo, para a generalidade das escolas de 2º Grau, restrita e pautada pela sua anterior condição de escolas que ministravam um ou dois ramos de ensino e apenas alguns cursos.

Sobre integração horizontal - expressão que corresponde, no plano estrutural, ao conceito funcional de polivalência - diz o re

latório do Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto da lei: "Quanto mais fundo se penetre nesta direção (a integração horizontal), a única admissível nos dias atuais, tanto mais nítida se delineará a impossibilidade de localizar cada habilitação numa escola diferente. Isto importaria, desde logo, em repetir por estabelecimento a parte comum e geral (...) Ademais, as ocupações e os esquemas de aprofundamento de estudos tendem a multiplicar-se ao infinito pela combinação de disciplinas, atividades e técnicas de trabalho; e como não se escolhe o que se desconhece, nem se estuda o que não se ensina, será preciso que o aluno tenha perto de si as "ofertas" a serem combinadas. Percebe-se que tal orientação se tornará economicamente impraticável no regime de dispersão que hoje adotamos, pois determinará um insuportável desperdício com inevitável baixa da qualidade do ensino. Aí, está, para demonstrá-lo, a experiência de países que antes enfrentaram e resolveram este problema".

2.3 - É verdade que a Lei nº 5692, traduzindo essa preocupação de soluções econômicas viáveis, indica vários mecanismos possíveis com vistas à integração horizontal, condição estrutural da polivalência:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reunam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabeleci-

mentos".

Muitas experiências, com aplicação preponderante de um ou mais dos mecanismos indicados, deverão ser feitas em peculiares situações locais ou próprias a determinados estabelecimentos, a fim de que, com o gradativo alargamento da integração horizontal, se atinjam graus crescentes da polivalência. Não há dúvida de que o processo será paulatino e deverá ser conduzido com prudência. O único princípio que, desde logo, deve ser considerado indeclinável é, quanto às habilitações profissionais, a entrosagem das escolas com as empresas de produção e de prestação de serviços, não só para economia de investimentos em instalações mas também para dar caráter mais eficaz e realista ao processo de habilitação profissional.

3. Os Colégios Polivalentes como Escolas-Piloto

3.1 - A forma mais difícil de integração horizontal e de realização da polivalência, mas aquela que certamente possibilitará as mais proveitosas lições, é a representada pelo Colégio Polivalente. Os tipos comuns de escolas que a partir da vigência da Lei nº 5692 passaram a ser classificadas como de 2º grau - os colégios secundários, as escolas técnicas agrícolas, industriais, comerciais, as escolas de formação de professores para o ensino primário, e outras - só pouco a pouco poderão passar de sua condição de escolas de ensino especializado para a de núcleos ou elementos de crescentes graus de integração horizontal e de unidades ou complexos de ensino polivalente.

3.2 - Entretanto, desde que haja pré-condições que possibilitem, com suficientes garantias de êxito, aquela forma de integração hori

zontal e de realização da polivalência, antes mencionada; para essa deve-se marchar. Antes de tudo para que se colham lições aplicáveis à obtenção de crescente ampliação, no sentido da polivalência e da integração horizontal. Em segundo lugar, para que esses Colégios Polivalentes se constituam em núcleos para estágio dos recursos humanos necessários ao eficiente funcionamento do novo ensino de 2º Grau.

3.3 - A experiência do PREMEN na implantação do ensino polivalente nas séries finais do atual ensino do 1º grau, no treinamento de recursos humanos, no planejamento arquitetônico e na seleção do equipamento escolar, segundo especificações cuidadosamente estudadas em função do currículo, constitui pré-condição que lhe possibilita situar os Colégios Polivalentes entre esses centros de experimentação do novo ensino de 2º grau na sua forma mais avançada.

3.4 - Assim, os Colégios Polivalentes a serem implantados pelo PREMEN terão, como desde a sua programação inicial se previa, o caráter de escolas-piloto, destinadas a ensinar o que, antes da vigência da nova lei, seria uma experiência de inovação em matéria de organização escolar.

3.5 - Ao mesmo tempo que serão escolas-piloto, os Colégios Polivalentes deverão oferecer a seus alunos oportunidades para uma educação ou cultura geral de padrão qualitativo adequado e suficiente para servir de base a eventuais estudos superiores e, concomitantemente, propiciar oportunidade para habilitações profissionais, reclamadas pelo mercado de trabalho e pelo desenvolvimento do país.

B - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO COLÉGIO POLIVALENTE

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. O Colégio Polivalente como escola-piloto

- 1.1 - Em cumprimento aos convênios assinados com os Estados da BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS e RIO GRANDE DO SUL, o PREMEN dará início, no ano de 1972, à implementação dos Colégios Polivalentes a serem construídos, equipados e lotados quanto aos recursos humanos, nos Estados acima referidos.
- 1.2 - Cada Estado será contemplado com uma unidade escolar do tipo Colégio Polivalente, localizada em princípio na capital. Fica em aberto a hipótese de entendimento posterior entre o PREMEN e a SEC/Estado determinar que se implantará o Colégio Polivalente em outra cidade onde os benefícios e o efeito multiplicador do Colégio sejam evidenciados através de diagnóstico educacional.
- 1.3 - O Colégio Polivalente a ser implementado deverá ter características de escola-piloto, ensaiando efetivamente o que se determina a respeito na Lei nº 5692.
- 1.3.1 - Como escola-piloto, não tem a pretensão de ser a única resposta válida para o ensino de 2º grau.
- 1.3.2 - Ao contrário, acredita o PREMEN que muitas outras modalidades de Colégio poderão ser eficientes e estar de conformidade com a Lei nº 5692.
- 1.3.3 - Como escola-piloto, o Colégio Polivalente deverá ser um ambiente educacional voltado para a experimentação pedagógica, um laboratório do ensino de 2º grau.

- 1.4 - O modelo busca ser consistente em todos os aspectos, mas não pretende ser isento de constantes aperfeiçoamentos.
- 1.5 - Se ele em etapa posterior, poderá servir de base para a implantação de unidades idênticas pela SEC, é algo que só a sua validação e os planos da referida SEC devem decidir.
- 1.6 - Todavia, modelo copiável ou não, o Colégio Polivalente deve ser uma escola aberta à observação de técnicos pedagógicos e de alunos dos cursos de formação de professores, no mínimo. Visitas orientadas, seminários, estágios práticos, etc., deverão ser previstos pela SEC, pelas Universidades e pelas Agências do CENAFOR, assim como por outras escolas de 2º grau. Essa será uma das formas de testar a característica de escola-piloto que se pretende imprimir ao Colégio Polivalente.

2. O Colégio Polivalente e a Lei nº 5692

- 2.1 - O planejamento geral para a implantação do Colégio Polivalente, pautou-se pelo texto da Lei nº 5692, assim como pelos Pareceres 853/71 e 45/72 do Conselho Federal de Educação.
- 2.2 - O PREMEN fez questão de guiar-se igualmente pelo relatório do grupo de trabalho que preparou o Anteprojeto da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus.
- 2.3 - Espera o PREMEN que a partir deste documento os demais que sejam preparados, tornando mais específicos determinados conceitos e atividades, estejam sempre informados pela Lei nº 5692 e pelos Pareceres do CFE a ela referentes, sempre que couber.

3. Filosofia educacional do Colégio Polivalente

São questões básicas para o PREMEN que o Colégio Polivalente:

- Crie condições para a auto-realização do aluno como ser humano e como participante da vida social;
- enseje a aquisição de habilidades básicas para o exercício de duas ou mais profissões afins;
- desenvolva o espírito crítico construtivo entre docentes e alunos;
- mantenha o espírito de equipe que deve animar a todos que trabalham nas atividades escolares e extraescolares;
- procure favorecer o conhecimento das condições sócio-econômicas da comunidade, com vistas à atuação transformadora da Escola;
- favoreça amplamente a criatividade em todos os setores;
- cultive os princípios de humildade intelectual, necessários para a auto-avaliação das atividades escolares;
- cultive o respeito por todos os ramos do saber, possibilitando aos seus alunos uma formação humanística no sentido global;
- possibilite a cada integrante da comunidade escolar assumir-se como pessoa, buscando identificar-se pela autenticidade.

4. O Colégio Polivalente e o trabalho em equipe

- 4.1 - Considera o PREMEN que o empreendimento educacional tem grande oportunidade de êxito se for desenvolvido sobre o trabalho de todos, através do funcionamento harmônico e constante das equipes.
- 4.2 - A fase preliminar do projeto, isto é, o presente documento, representa o resultado das pesquisas, debates e trabalhos de diversos elementos.
- 4.3 - Os trabalhos subsequentes, nas áreas de recursos humanos, construção e equipamento, visando a implementação do projeto, cons-

quitetônica e um plano curricular, aqui entendido como um conjunto amplo de atividades que visem a promover a auto-educação dos alunos.

5.3 - O prédio escolar, o equipamento e os recursos humanos devem ser previstos de maneira a possibilitar a flexibilidade necessária ao Colégio Polivalente.

Flexibilidade, remanejamento, uso múltiplo, versatilidade, adequação do ponto-de-vista das metas atuais e das que se colocarem como prioritárias em futuro próximo ou remoto, devem constituir conceitos básicos que informem a todos.

5.4 - Só assim, se terá firmado um princípio doutrinário que impregne todas as atividades do Colégio Polivalente. A educação visa ao amanhã, por isso tem que ter um sentido prospectivo. A flexibilidade pedagógica e administrativa não deve significar indefinições e incerteza, mas sim recurso para buscar novos rumos.

6. Outras definições básicas do Colégio Polivalente

6.1 - O Colégio Polivalente deve ser dimensionado fisicamente para um total de 1600 alunos em dois turnos.

6.1.1 - As previsões que se fazem a partir desse total, como número de alunos por ambiente de trabalho, devem ser mantidas, como pré-requisito para a eficiência da aprendizagem.

6.1.2 - O Colégio Polivalente poderá tornar-se um centro de distrito educacional, a critério da SEC e segundo indicadores fornecidos pela CARTA ESCOLAR.

Nesse caso, serão estabelecidos os relacionamentos com

outras escolas, a fim de obter-se o fluxo de alunos do ensino de 1º grau para o Colégio Polivalente.

6.1.3 - A partir dessa hipótese ou de outra que venha a ser mais funcional, e levando-se em conta o dimensionamento arquitetônico do Colégio Polivalente, capaz de abrigar 800 alunos/turno, não é desejável o aumento de matrículas/turno. Isto porque considera-se como base em muitas experiências educacionais no Brasil e em outros países, que uma escola desse porte é administrativa e pedagogicamente operacional. Além desses limites, é certa a queda da eficiência da escola.

Havendo demanda escolar superior à capacidade prevista para o Colégio Polivalente, na comunidade, o correto será que a SEC, novamente busque as indicações da CARTA ESCOLAR para implantar outras escolas de 2º grau, idênticas ou não ao Colégio Polivalente.

6.2 - O Colégio Polivalente deverá iniciar suas atividades recebendo matrículas por série e não, ainda, por disciplina, no sistema de créditos.

6.2.1 - Assim se propõe porque se julga que haverá necessidade de um período de amadurecimento da experiência que constitui o Colégio Polivalente. Decorridos dois ou três anos, a partir do início de funcionamento, se a SEC e/ou a direção do Colégio julgarem oportuno estabelecer as matrículas por disciplina, não haverá impedimentos ditados pela estrutura física e de recursos humanos que ora são dimensionados.

6.3 - Outra proposição que orienta o planejamento do Colégio Polivalente: ele está previsto para funcionar abrigando as três primeiras séries do ensino de 2º grau.

6.3.1 - É certo que a habilitação profissional de nível médio será completada realmente no âmbito da empresa, após os três anos regulares de curso, quando se buscará atingir o mínimo de horas previstas por lei.

6.3.2 - Pretende-se que o Colégio Polivalente nos três anos de curso, além dos objetivos gerais constantes da lei nº 5692, dos princípios de filosofia educacional propostos pelo PREMEN, dos objetivos determinados pelo CEE e pelo próprio estabelecimento:

- possibilite ao aluno a aquisição de conhecimentos, hábitos e habilidades propiciados pelo estudo das disciplinas do núcleo-comum e das atividades obrigatórias por lei, de forma a lhe permitir o ingresso em estudos de 3º grau, sem que se torne necessário recorrer a cursos pré-vestibulares, caso deseje o aluno prosseguir estudos no nível universitário;
- ofereça ao aluno várias opções no que se refere às habilitações profissionais, permitindo-lhe uma escolha consciente do conjunto de habilitações afins que elegerá para cursar;
- faça com que a aprendizagem possa dar uma direção profissional ao aluno, e essa direção deve ser tanto quanto possível, polivalente, definida essa polivalência como um conjunto de habilitações afins.

6.3.3 - O aluno que concluir os três anos regulares no CP, poderá completar sua formação profissional na empresa ou em outra escola especificamente profissionalizante, em convênio ou não com o Colégio Polivalente.

6.3.4 - De qualquer forma, é contraproducente o Colégio ter as quatro séries, porque a última será sempre um arremedo da empresa cujo equipamento, tecnologia, espírito gerencial, experiência de mercado, etc., não podem ser repetidos e mantidos pela escola.

6.3.5 - Por tudo isso, ressalta a importância da complementaridade que deve haver entre o Colégio Polivalente e outras escolas e particularmente entre o Colégio Polivalente e as empresas, locais, municipais, regionais, estaduais.

6.3.5.1 - O corpo docente, técnico e administrativo e o Conselho Comunitário devem estar sensibilizados para a vivência ampla da complementaridade.

6.4 - A idéia de complementaridade será desenvolvida a partir de uma outra, que é muito importante e deve constituir uma das grandes motivações do Colégio Polivalente: seu relacionamento com a comunidade.

6.4.1 - Uma das formas de ligar mais diretamente o Colégio à Comunidade será relacionando matrícula-distrito educacional, como prevê a CARTA ESCOLAR.

6.4.2 - Esse é apenas um aspecto do problema mais amplo, pois há de cuidar-se do relacionamento estreito e interfecun

dante colégio-comunidade. As abordagens do assunto variarão de caso para caso, todavia é possível lembrar certos pré-requisitos.

Um deles é que o corpo docente e técnico e administrativo, durante seu treinamento coordenado pelo PREMEN, deverá ser conscientizado a respeito da questão. Um dos temas específicos desse treinamento será a sociologia aplicada aos estudos de casos referentes à ação renovadora da escola na comunidade.

Outro aspecto a ser devidamente explorado, já a partir dos cursos de treinamento acima referidos, é o relativo à estruturação e à ação do Círculo de Pais e Mestres e do Conselho Comunitário, aos quais incumbirá, entre outras, a tarefa de ligar o Colégio à comunidade.

Outro mais: o prédio escolar deve ter um esquema de atividades letivas que permita o seu uso para atendimento à comunidade, quer à noite, quer nos períodos de férias.

Esses dois períodos poderão ser utilizados para a montagem de cursos que atendam às necessidades comunitárias. De propósito, dimensionou-se a biblioteca do Colégio Polivalente, quanto à área, posição e acervo, de maneira a que ela sirva não apenas aos alunos regularmente matriculados, mas também a alunos de outras escolas e à própria comunidade.

- 6.5 - Esses conceitos iniciais, sobre habilitação profissional, matrícula, relacionamento com as empresas e outras escolas, ação sobre a comunidade, naturalmente conduzem ao conceito de plano curricular.

- 6.5.1 - Respeitadas as determinações contidas na Lei nº 5692 e em Pareceres do CFE, o PREMEN levanta hipóteses para a montagem do plano curricular do Colégio Polivalente.
- 6.5.2 - As hipóteses e, é claro, o restante do documento sobre o Colégio Polivalente, deverão servir de base para os estudos que se desenvolverão em cada Estado (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) por grupos de trabalho encarregados da elaboração do plano curricular.
- 6.5.3 - Tal plano deve ser compatibilizado com os Pareceres nºs 853/71 e 45/72, com Pareceres dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e, com a realidade comunitária, aí compreendido um aspecto até então inédito, para muitos, qual seja o do levantamento das necessidades atuais e futuras do mercado-de-trabalho para os profissionais de nível médio.
- 6.5.4 - O plano curricular preparado pelo grupo de trabalho deve, igualmente, fazer amplo apelo à criatividade e à flexibilidade, duas marcas importantes de um currículo pleno.
- Importa a preparação desse trabalho inclusive para se determinar os recursos humanos necessários a cada Colégio Polivalente, o tipo de equipamento para cada estabelecimento, a relação mínima de títulos para a biblioteca.
- 6.5.5 - Durante o treinamento dos recursos humanos, o plano curricular será um dos documentos básicos para trabalho de consulta de professores, técnicos e administradores.

6.5.6 - Posteriormente, quando for preparado o Regimento Interno de cada Colégio Polivalente, conforme determinações do Conselho Estadual de Educação, caberá apresentar à apreciação dos órgãos estaduais competentes o plano curricular possivelmente reajustado pela equipe docente e técnica e administrativa do estabelecimento.

6.5.7 - Aliás, é de prever-se que o plano curricular seja objeto de constantes avaliações e reajustamentos, para se constituir num esquema operacional que responda aos objetivos educacionais mais amplos e às necessidades específicas da comunidade e do mercado-de-trabalho.

7. O Colégio Polivalente e o uso de suas instalações

7.1 - Imagina-se que o plano curricular conjugado com as instalações do Colégio Polivalente, torne o uso dessas bastante intensivo, com um mínimo de ociosidade que corresponde ao limite de segurança e flexibilidade de cada ambiente.

7.2 - O uso das instalações do Colégio Polivalente à noite, para atendimento à comunidade, deve ser ponto pacífico.

7.3 - Outra forma de aproveitamento máximo dos recursos físicos (prédio, equipamento, biblioteca) se conseguirá através de cursos de reciclagem para professores do Colégio e de outros estabelecimentos de ensino, nos períodos de férias escolares.

7.4 - O calendário escolar, a ser determinado no Regimento Interno do Colégio Polivalente, poderá prever maior número de dias letivos por ano, assim como redistribuir as férias escolares, de maneira a torná-las mais racionais, em função das condições comunitárias.

7.5 - De qualquer maneira, seja utilizando os recursos do Colégio Polivalente para essas atividades, seja destinando-os a períodos de recuperação e/ou aceleração da aprendizagem, é relevante que o investimento apresente alta taxa de retorno através de uma prestação eficiente de serviços.

8. O Colégio Polivalente e sua manutenção

- 8.1 - Importa muito que os padrões de eficiência do Colégio Polivalente sejam, não apenas mantidos, mas ampliados.
- 8.2 - A manutenção de uma escola não envolve apenas as despesas de custeio, mas toda uma constelação de atividades e providências.
- 8.3 - O cuidado e zelo com que devem ser utilizados o prédio e o equipamento são básicos para todos os que compõem a unidade escolar.
- 8.4 - Cuidado e zelo, criatividade e planejamento, com vistas à experimentação pedagógica podem responder pela manutenção e alargamento da eficiência educacional.
- 8.5 - É inegável, contudo, que a economia escolar desempenha papel relevante na manutenção dos esquemas operacionais.
- Para tanto, nos cursos de treinamento do pessoal docente e técnico e administrativo, particular destaque deve ser dado à economia escolar.
- Como complemento valioso, o PREMEN providenciará que sejam elaborados manuais técnicos para orientar a conservação do prédio e do equipamento.
- 8.6 - Por último, cabe ressaltar que o PREMEN neste documento sugere às SEC/Estaduais algumas alternativas para tornar o Colégio Polivalente co-participante das despesas de custeio que, basicamente, são de obrigação direta de cada SEC.

9. A implementação do Colégio Polivalente

- 9.1 - Os Colégios Polivalentes, de acôrdo com os convênios assinados pelo PREMEN e as Secretarias de Educação e Cultura dos Estados Participantes (Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), serão implementados no período 1972/1974.
- 9.2 - Os recursos alocados são estabelecidos nos respectivos convênios e revelam que o investimento é alto, porque a boa educação não se faz com recursos apoucados.
- 9.3 - Fato é que caberá ao PREMEN destinar parte ponderável dos recursos financeiros necessários à implementação dos Colégios Polivalentes, assim como coordenar as múltiplas atividades que se desenvolverão para se atingir a tal objetivo.
- 9.4 - É importante destacar que muitos órgãos ligados direta ou indiretamente à educação devem ser acionados para concretizar o projeto dos Colégios Polivalentes.
- Todos, devidamente esclarecidos e coordenados pelo PREMEN, são responsáveis pelo sucesso do empreendimento que se considera relevante, para a implantação da escola de 2º grau, conforme o determina a Lei nº 5692.

C - OS OBJETIVOS DO COLÉGIO POLIVALENTE

OS OBJETIVOS DO COLÉGIO POLIVALENTE1. Intraescolares1.1 - Em relação ao aluno

- Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de:
 - auto-realização;
 - qualificação para o trabalho;
 - preparo para o exercício consciente da cidadania.

1.2 - Em relação aos professores e pessoal técnico e administrativo

- Possibilitar o pleno exercício da atividade profissional para a qual foram preparados, através:
 - de uma infraestrutura física e organizacional coerente e flexível;
 - do trabalho em equipe;
 - do incentivo à experimentação pedagógica.

2. Extraescolares2.1 - Em relação à comunidade

- Servir à comunidade próxima, através de projetos de integração que permitam:
 - 1º - à comunidade servir-se do Colégio Polivalente, pelo uso da biblioteca, das instalações desportivas e de outras instalações quando ociosas;
 - a elementos da comunidade, que não os matriculados regularmente no CP, frequentar cursos diversos oferecidos pelo estabelecimento;

- 2º - ao Colégio Polivalente valer-se da cooperação da comunidade para identificá-la, caracterizá-la a fim de estabelecer seus planos de trabalho ligados à realidade sócio-econômica;
- ao Colégio Polivalente, na medida de suas possibilidades, realizar trabalhos de ativação comunitária, em conjugação com seus órgãos e elementos representativos.

2.2 - Em relação às empresas

- Estabelecer estreitas e continuadas relações com as empresas, a fim de:
 - levantar as necessidades próximas e remotas de técnicos de nível médio para atender ao mercado de trabalho;
 - fornecer alunos-estagiários às empresas;
 - receber elementos categorizados das empresas para orientação e ministração de cursos específicos de habilitação profissional.

2.3 - Em relação a outros Colégios

- Manter vinculação com outros colégios, especialmente os da comunidade, para:
 - intercâmbio de experiências;
 - formação de centros interescolares, com o objetivo de ativar a intercomplementaridade escolar.

2.4 - Em relação aos órgãos oficiais de Educação e Cultura

- Cooperar com êsses órgãos, no sentido de:
 - possibilitar a avaliação contínua ou esporádica das atividades desenvolvidas no Colégio;

- constituir-se, se necessário, num centro de experimentação pedagógica;
- divulgar a política governamental no campo específico da educação.

OBSERVAÇÃO:

A simples listagem de alguns objetivos do Colégio Polivalente serve apenas como ponto de partida para todos que nele ou com ele trabalharem.

É indispensável que cada objetivo seja transformado em metas a alcançar, a curto, médio e longo prazo.

Para tanto, principalmente o pessoal técnico e docente do CP, deverá ter a instrumentação pedagógica, sociológica, administrativa e econômica que lhe possibilite transformar os objetivos genericamente propostos em objetivos operacionais. Isto deve ser uma preocupação nos cursos de treinamento do pessoal docente e técnico, assim como nas atividades de planejamento, programação, acompanhamento, avaliação e replanejamento no âmbito do Colégio Polivalente.

D. - O PLANO CURRICULAR
TECNOLOGIA DO ENSINO
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O PLANO CURRICULAR DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Introdução

1.1 - O planejamento do Colégio Polivalente envolve inúmeras variáveis prioritárias e, dentre elas, ressalta a importância do plano curricular.

1.2 - A partir dele é que serão possíveis várias providências capazes de possibilitar a implantação inicial do CP conforme pressupostos corretos do ponto de vista pedagógico e administrativo.

2. Conceito de Currículo

Parece interessante e oportuno transcrever a seguir o texto da professora TEREZINHA DARDENGO (1) sobre o assunto.

CONCEITO DE CURRÍCULO - Do latim "Curriculum" e do grego "Kurikulo", significa ato de correr, curso, atalho, pequena carreira, jornada. Na nomenclatura pedagógica a palavra tem sido usada com diversos significados:

- "Um grupo de cursos sistemáticos ou contínuos de matérias obrigatórias para a graduação ou obtenção de certificado numa área principal de estudo, como, por exemplo, currículo de estudos sociais;
- Um plano geral completo sobre o conteúdo ou os assuntos específicos da instrução que a escola oferece ao estudante pelo qual o qualifica para graduação, certificado, ou por exemplo, para uma área profissional ou ocupacional;

(1) DARDENGO, Terezinha - "Currículo Integrado e Habilitação Profissional".
Estudo nº 1 - UTRAMIG - DEM - MEC -
Mimeografado - OPUS EDITORA - BELO HORIZONTE -
1971
Capítulo: "Conceito de Currículo"(pags.21 a 25).

- Um corpo de experiências educacionais prescritas sob a supervisão da escola destinadas a preparar o aluno para a sociedade da qual ele faz parte, ou qualificá-lo para uma ocupação ou profissão".

Vemos, assim, a palavra currículo sendo empregada, ora para significar conjunto de matérias para um determinado curso de estudos ou programas escolares, ora para significar todo o conjunto de experiências educacionais sob a supervisão da escola.

Na legislação do ensino, por exemplo, a palavra é usada nesse sentido de agrupamento de disciplinas escolares para um determinado curso com a seriação dos estudos. Mesmo que este sentido se tenha modificado modernamente, ele continua ainda em uso e faz-se então uma distinção quanto ao emprego da palavra, ora atribuindo-lhe um sentido restrito, ora um sentido amplo.

Neste sentido amplo, o termo passa a significar a inteira participação da escola no processo da experiência discente. Concebido, assim, o currículo abrange todas as experiências de alunos na escola, caracterizando-se por uma ação planejada e sistemática, voltada para os interesses do indivíduo e as exigências da comunidade.

Em "The Changing Curriculum and the Elementary Teacher" os autores afirmam que "o currículo consiste nas experiências que a escola, conscientemente e com propósito, prevê para o aluno, à luz dos objetivos aceitos pela escola, usando essas experiências também como fonte principal de dados para a avaliação de progresso individual e dos grupos, em sua tentativa de alcançar tais propósitos".

Da "Encyclopédia of Education Research" retiramos esta definição: "Currículo é toda experiência proporcionada à criança, sob a orientação da escola".

Kawin diz que, em larga escala, o currículo moderno consiste nas oportunidades planejadas e nas experiências orientadas que o aluno tem sob o controle da escola.

Pode-se assegurar que os termos "currículo" e "experiência" são sinônimos na opinião dos educadores modernos.

A definição apresentada por Sowards e Scobey dá ênfase à formulação dos objetivos educacionais imprescindíveis para que se possa atuar conscientemente no sentido de atingir tais objetivos e inclui o termo avaliação com o qual o currículo nos dá um conceito mais preciso.

Num planejamento de currículo, constata Stratemeyer, o essencial é determinar uma base adequada para o relacionamento das duas partes principais do currículo: o aluno, sua natureza e suas necessidades, e sua capacidade de aprender; e a sociedade de que é membro, seus objetivos e valores e o tipo de cidadão de que necessita. O currículo é, pois, influenciado pelos ideais e anseios de uma sociedade que se traduzem nos objetivos fixados pela educação escolar e é da própria realidade do processo social que emerge o conteúdo da educação cons^{er}veniente a cada momento histórico. Como exemplo, vejamos numa rápida abordagem, o currículo da escola média brasileira. No BRASIL Colonial e Semicolonial, os currículos escolares eram estruturados tendo-se em vista a formação clássica-literária e os cursos ministrados eram constituídos de matérias acadêmicas como o Grego, o Latim e a Retórica. A finalidade era preparar os jovens para os cursos superiores, visando formar letrados e bacharéis.

Vemos, assim, o reflexo de uma sociedade pré-industrial preocupada com a formação clássica-humanista, própria do momento histórico.

Com a inauguração do seminário de Olinda em 1800, há uma ruptura na tradição trissecular do humanismo clássico da educação secundária brasileira. O currículo foi modificado, pois, além de gramática latina, retórica e poética, estudavam-se: "história, geografia, filosofia racional e moral, física com os seus diferentes ramos de história natural, teologia dogmática, especulativa e prática, história eclesiástica, liturgia, canto e, finalmente, desenho". Já era o início das in-

fluências do liberalismo econômico, reflexo dos novos rumos que Pom-
bal imprimira à educação em Portugal.

"Em vez de só religião e retórica, gramática e latim, o Seminário de Olinda começou a ensinar as ciências úteis, que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro, cuja transição do patriarcalismo agrário para um tipo de vida mais urbana e mais industrial, exigia orientadores técnicos bem instruídos e não apenas mecânicos e artífices negros e mulatos, que aqui continuavam de oitava a tradição peninsular dos artistas mouros, ou a africana, dos seus avós negros".

Pode-se notar, porém, que o caráter enciclopedista estava presente na educação brasileira, com o acúmulo e a variedade de matérias escolares, centrado ainda no academismo literário.

Somente no início do século XX, começam a refletir no BRASIL as idéias pedagógicas revolucionárias trazidas por Spencer. Firmava ele que o fim da educação é preparar o homem para a vida, e por William James, o criador do pragmatismo, para quem a "educação é um processo de enriquecimento da experiência, a fim de assegurar a eficácia da ação". Eram essas idéias o resultado das transformações sociais que a industrialização trouxera com a afirmação do proletariado, como classe, e o desenvolvimento das ciências, perdendo sentido as fórmulas pedagógicas apoiadas no individualismo.

Dewey, Decroly, Kerschensteiner são os formuladores dessas novas concepções pedagógicas adaptadas às transformações trazidas pela Revolução Industrial. Para John Dewey "o processo educativo é a devida interação dos objetivos sociais, os sentidos e os valores encerrados na experiência madura do adulto".

O BRASIL passava, então, de uma fase capitalista pré-industrial, com uma economia de nomenclatura, para uma fase de industrialização com uma estrutura econômica e social de natureza tecnológico-industrial.

Com o acúmulo das forças sociais liberadas pela dinâmica do desenvolvimento, a escola média brasileira incorpora os efeitos dessas mudanças.

O conceito de currículo reformula-se, não se esgotando apenas no academismo anterior e passa a abranger todas as experiências educativas recebidas pelos alunos sob a orientação da escola; ciência, artes industriais, economia doméstica, atividades esportivas e sociais passaram a ser matéria de cultura tratada com ênfase no currículo escolar: os cursos de estudo se diversificaram e reduziram, fugindo à ficção do enciclopedismo anterior.

Pode-se evidenciar isto, sobretudo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que oferece um maior entrosamento entre os vários cursos médios através da organização de seus currículos, de modo geral muito aliviados, limitando-se praticamente a exigir o mínimo indispensável para a formação cultural e básica dos alunos. Observa-se um conteúdo curricular comum e obrigatório para as duas primeiras séries dos vários ramos de ensino e um conteúdo diversificado baseado nas especialidades dominantes da nossa sociedade. Vemos os três ramos de ensino técnico, o comercial, o industrial e o agrícola com os seus conteúdos curriculares específicos estruturados de forma tal que permite ao aluno a escolha de especificações condizentes com seus interesses e especialização, esta requerida pelo mercado de trabalho nacional que tende a expandir-se cada vez mais, exigindo mão-de-obra especializada para garantir sua eficiência produtiva.

A flexibilidade do currículo escolar no Ensino Médio do BRASIL de hoje torna-se um imperativo, em virtude das próprias exigências do desenvolvimento. Não mais se concebe um currículo tradicional atado às peias de um humanismo clássico, desvinculado da realidade histórica social onde o enciclopedismo acadêmico não faz mais sentido.

Segundo Havighurst, "o nível de habilidades mentais que a vida diária requer se eleva à medida que uma sociedade se industrializa e se torna tecnologicamente mais complexa." Na opinião de Hollis L. Caswell, "o currículo é o ambiente em ação", e comenta Sperb, assim visto, o currículo se nos apresenta competindo com o tempo. Se nessa era dinâmica, o tempo corre, os currículos escolares não poderão permanecer estacionários. Revisões e modificações de currículo devem obedecer ao ritmo das modificações verificadas no ambiente.

Diante dessas colocações, diríamos que existem currículos tradicionais e currículos modernos - os que resistem às modificações e os que as acompanham, respectivamente. "No primeiro temos apenas uma fixação das matérias escolares a serem ensinadas, dentro de um sistema gradativo de dificuldades, ao passo que, no segundo, encontramos a predominância de um planejamento de conjuntos ou sistemas de experiências muito flexível, por isso que subordinado às possibilidades do aluno (necessidades e interesses condicionados pela idade ou desenvolvimento) e da ambiência (problema e situações da família e da comunidade)". Temos portanto duas conceituações diferentes, uma referente a uma filosofia da educação tradicional e a outra pertinente às tendências atuais da educação.

Pelo anteprojeto de reforma que fixa as Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º grau, apresentado ao Sr. Ministro da Educação em 14/8/70, pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 66.600, de 20/5/70, pode-se apreender um conceito de currículo atinente às novas concepções de educação. Ao referir-se a currículo pleno, o GT o define da seguinte forma:

é aquele constituído pelas disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem do conteúdo comum, obrigatório em âmbito nacional, e um conteúdo diversificado para atender, conforme as necessidades e possi

bilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (arts. 4º e 5º).

O conteúdo comum e o diversificado, segundo o GT, constituem a matéria prima a ser trabalhada transformando-se, pois, em disciplinas, áreas de estudo e atividades que, com as disposições, para cada grau de ensino, integram o currículo pleno do estabelecimento.

Torna-se, pois, necessário definir quais as matérias que deverão constituir os conteúdos curriculares do ensino de 2º grau, e consequentemente, as disciplinas, áreas de estudo e atividades que poderão "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania" (art. 1º do anteprojeto). A parte de formação especial do currículo ou aprofundamento em determinadas ordens de estudo gerais (art. 5º, § 2º, alínea a), enquanto que a parte de formação geral tem por objetivo integrar o estudante na sua própria sociedade e na cultura de seu tempo procurando garantir a unidade nacional.

3. Novas concepções sobre o currículo

3.1 - A Lei nº 5692 alterou várias concepções e orientações que vinham sendo dadas ao currículo, nos seus significados amplo e restrito.

Neste sentido importa conhecer o que está disposto na referida Lei, a respeito do currículo, no que interessa mais de perto ao ensino de 2º grau.

CAPÍTULO I

- Art. 1º
- § 1º
- § 2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoria
mente na língua nacional.
- Art. 2º
- Parágrafo único
- Art. 3º - Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser ado-
tadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabe-
lecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos
integrados por uma base comum e, na mesma localidade:
- a)
- b)
- c)
- Art. 4º - Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um
núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte
diversificada para atender, conforme as necessidades e pos
sibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos pla-
nos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos
alunos.
- § 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição
dos conteúdos curriculares:
- I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada
grau as matérias relativas ao núcleo comum, de-
finindo-lhes os objetivos e a amplitude.
- II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os
respectivos sistemas de ensino, as matérias den-
tre as quais poderá cada estabelecimento esco-
lher as que devam constituir a parte diversifi-
cada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de matérias relacionadas de acordo com o inciso anterior.

§ 2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

§ 3º Para o ensino de 2º grau o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos.

Art. 5º - As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a)
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial do currículo:

- a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;
- b) será fixada, quando se destine a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

Art. 6º - As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único

Art. 7º - Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina de horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus.

Art. 8º - A ordenação do currículo será feita por séries anuais de disciplinas ou áreas de estudo organizadas de forma a permitir, conforme o plano e as possibilidades do estabelecimento, a inclusão de opções que atendam às diferenças individuais dos alunos e, no ensino de 2º grau, ensejem variedade de habilitações.

§ 1º Admitir-se-á a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus e, no de 2º grau, a matrícula por disciplina sob condições que assegurem o relacionamento, a ordenação e a sequência dos estudos.

§ 2º Em qualquer grau, poderão organizar-se classes que reúnam alunos de diferentes séries e de equivalentes níveis de adiantamento, para o ensino de línguas estrangeiras e outras disciplinas, áreas de estudo e atividades em que tal solução se aconselhe.

Art. 9º - Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelo competente Conselho de Educação.

Art. 10

Art. 11 - O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus funcionarão entre os períodos letivos regulares para, além de outras atividades, proporcionar estudos de recuperação aos alunos de aproveitamento insuficiente e ministrar, em caráter intensivo, disciplinas, áreas de estudo e atividades planejadas com duração semestral, bem como desenvolver programas de aperfeiçoamento de professores e realizar cursos especiais de natureza supletiva.

§ 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas

do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.

Art. 12 - O regimento escolar regulará a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra a que se atribua idêntico ou equivalente valor formativo, excluídas as que resultem do núcleo comum e dos mínimos fixados para as habilitações profissionais.

Parágrafo único - Caberá aos Conselhos de Educação fixar, para os estabelecimentos situados nas respectivas jurisdições, os critérios gerais que deverão presidir ao aproveitamento de estudos definidos neste artigo.

Art. 13

Art. 14

§ 1º

§ 2º

§ 3º

a)

b)

c)

§ 4º

Art. 15

Art. 16 - Caberá aos estabelecimentos expedir os certificados de conclusão de série, conjunto de disciplinas ou grau escolar e os diplomas ou certificados correspondentes às habilitações profissionais de todo o ensino de 2º grau, ou de parte deste.

Parágrafo único - Para que tenham validade nacional, os diplomas e certificados relativos às habilitações profissionais deverão ser registrados em órgão local do Ministério da Educação e Cultura.

CAPÍTULO II

.....

CAPÍTULO III

Do Ensino de 2º Grau

Art. 21

Parágrafo único

Art. 22 - O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.

Parágrafo único - Mediante aprovação dos respectivos Conselhos de Educação, os sistemas de ensino poderão admitir que, no regime de matrícula por disciplina, o aluno possa concluir em dois anos no mínimo, e cinco no máximo, os estudos correspondentes a três séries da escola de 2º grau.

Art. 23

a)

b)

- 3.2 - Muito importante, igualmente, é o conhecimento do Parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação, aprovado em 12/11/1971, e que trata do núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º Graus e da doutrina do currículo na Lei nº 5692 (Anexo I).
- 3.3 - O Parecer nº 45/72, do mesmo CFE, trata do mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins (Anexo II).

4. O Plano Curricular do Colégio Polivalente

4.1 - Como se depreende da leitura dos textos oficiais, anteriormente transcritos, o currículo pleno de cada CP é fruto de indicações:

- 1º - do Conselho Federal de Educação;
- 2º - do Conselho Estadual de Educação;
- 3º - do pessoal técnico e docente do CP.

4.2 - Quanto à listagem elaborada pelos Conselhos Federal e Estadual, não resta maior dúvida. O problema, aparentemente, se situaria no terceiro escalão, ou seja, no relativo à escola, vez que o CP tem que ser dimensionado e armado, quanto as suas grandes estruturas, antes de ter designado os quadros técnicos e docente.

4.3 - Face a essas preliminares, deve ser composto, por coordenação e conta da Comissão de Administração do PREMEN NACIONAL, um Grupo de Trabalho (GT) em cada um dos quatro Estados Participantes - (BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS e RIO GRANDE DO SUL).

4.3.1 - O GT do Currículo será integrado por um representante dos seguintes órgãos abaixo:

- CE/PREMEN
- SEC/Estado
- Conselho Estadual de Educação
- Universidade Federal
- Centro de Ciências
- Centro de Educação Técnica, representando o CENAFOR.

4.3.2 - O GT do Currículo poderá contratar consultores para cada matéria, atividade ou grupos de habilitações afins.

- 4.3.3 - O GT do Currículo, uma vez formado, terá o prazo de trinta (30) dias para apresentar à CA o plano curricular de cada um dos Colégios Polivalentes do Estado.
- 4.3.4 - A CA promoverá um seminário de que participarão representantes dos Grupos de Trabalho do Currículo, para debate e análise dos planos curriculares.
- 4.3.5 - Os planos curriculares aprovados no seminário, serão submetidos à consideração dos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.
- 4.3.6 - Cada plano curricular é importante, inclusive, para possibilitar à CA as providências necessárias para o treinamento de professores e de pessoal técnico e administrativo; para a listagem do equipamento de cada CP; para o levantamento dos títulos que comporão inicialmente o acervo da biblioteca escolar.

5. Sugestões para a elaboração do Plano Curricular do Colégio Polivalente

5.1 - Introdução

5.1.1 - A Fundamentação Teórica do Colégio Polivalente, apresentada no Capítulo B deste documento e as Especificações Educacionais, no Capítulo J, são dois conjuntos de variáveis que devem orientar a esquematização inicial da estrutura do plano curricular.

5.1.2 - O plano curricular atentará para as determinações do CFE e do CEE, assim como para as características da co-

munidade, no que se refere ao seu perfil sócio-econômico e para o mercado de trabalho.

Quanto a esse, importa caracterizá-lo, ao menos, dos seguintes pontos de vista:

- distribuição espacial das empresas e seus estabelecimentos;
- ofertas atuais e projeção futura de treinamento e absorção dos técnicos de nível médio;
- possibilidade de estabelecer convênio entre CP - empresas;
- viabilidade de intercomplementaridade CP - outros estabelecimentos de ensino.

5.1.3 - Determinar a matrícula potencial para o Colégio Polivalente e os possíveis fluxos de alunos CP - escolas de 1º grau.

5.2 - Características da 1ª série no Colégio Polivalente

5.2.1 - Os trabalhos no CP, nesta série, deverão:

- centrar-se basicamente no núcleo-comum;
- oferecer aos alunos oportunidades de ambientar-se no CP;
- orientar os alunos no sentido de dominar o conhecimento das estruturas de cada disciplina;
- possibilitar aos alunos o conhecimento da metodologia específica de cada disciplina e atividade;
- permitir aos alunos que desenvolvam e adquiram técnicas de estudo individual e técnicas de trabalho em equipe;

- orientar amplamente os alunos quanto às oportunidades do mercado de trabalho local e regional, para tanto promovendo-se palestras, visitas, divulgando informações variadas sobre as empresas, tipos de funções dos técnicos de nível médio, perspectivas salariais, de forma a possibilitar a cada aluno, a escolha de opções para o 2º ano.

5.2.2 - O treinamento dos professores que atuarão nessa série do CP deve visar a sua capacitação para atender a esses objetivos propostos anteriormente.

5.2.3 - Grande parte da responsabilidade pela programação das atividades nesse 1º ano, caberá aos Serviços de Coordenação Pedagógica e aos Conselhos de Classe, no que se refere à preparação específica dos alunos em cada disciplina e atividade;

ao Serviço de Orientação Educacional e Profissional, apoiado no setor de Cadastro, no Círculo de Pais e Mes-tres, no Conselho Comunitário, para informar e orientar os alunos quanto às características e potencialidades de mercado de trabalho.

5.3 - O 2º ano do Colégio Polivalente

5.3.1 - Na 2ª série, os alunos, devidamente esclarecidos pelos serviços do CP e pelo corpo docente, deverão optar por um dos setores classicamente conhecidos como SECUNDÁRIO e TERCIÁRIO.

OBSERVAÇÃO: As atividades do setor PRIMÁRIO, que demandam técnicas de nível médio são bastante restritas, prin

principalmente levando-se em conta a clientela do CP que se localizará em grandes centros urbanos dos Estados Participantes.

Mais ainda, há determinadas atividades ligadas ao setor PRIMÁRIO que são habilitações específicas do SECUNDÁRIO como por exemplo "Obras públicas e rurais", "Agrimensura"; outras são do TERCIÁRIO, como por exemplo, "Administração de pessoal", "Saneamento", "Administração de Cooperativas", etc.

5.3.2 - O currículo do 2º ano continuará com as disciplinas e atividades do núcleo-comum e se bifurcará em dois grandes conjuntos, conforme assinalado anteriormente.

5.3.3 - De início, o primeiro grande conjunto é o do SETOR TERCIÁRIO, para o qual a demanda do mercado de trabalho, normalmente é mais acentuada.

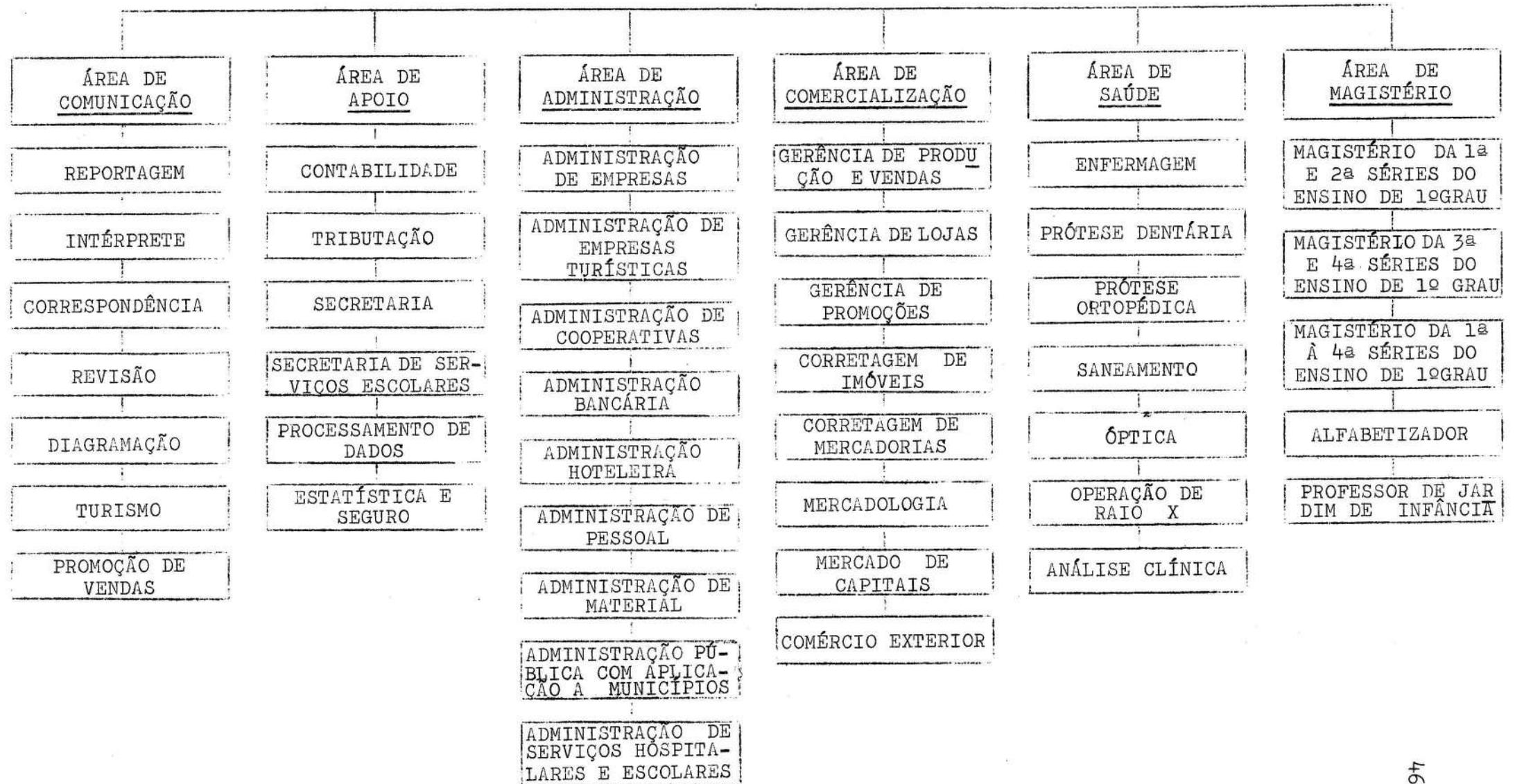
5.3.4 - O segundo grande conjunto é o do SETOR SECUNDÁRIO.

5.3.5 - Setor TERCIÁRIO (Vide fls. 46).

5.3.6 - Setor SECUNDÁRIO (Vide fls. 47).

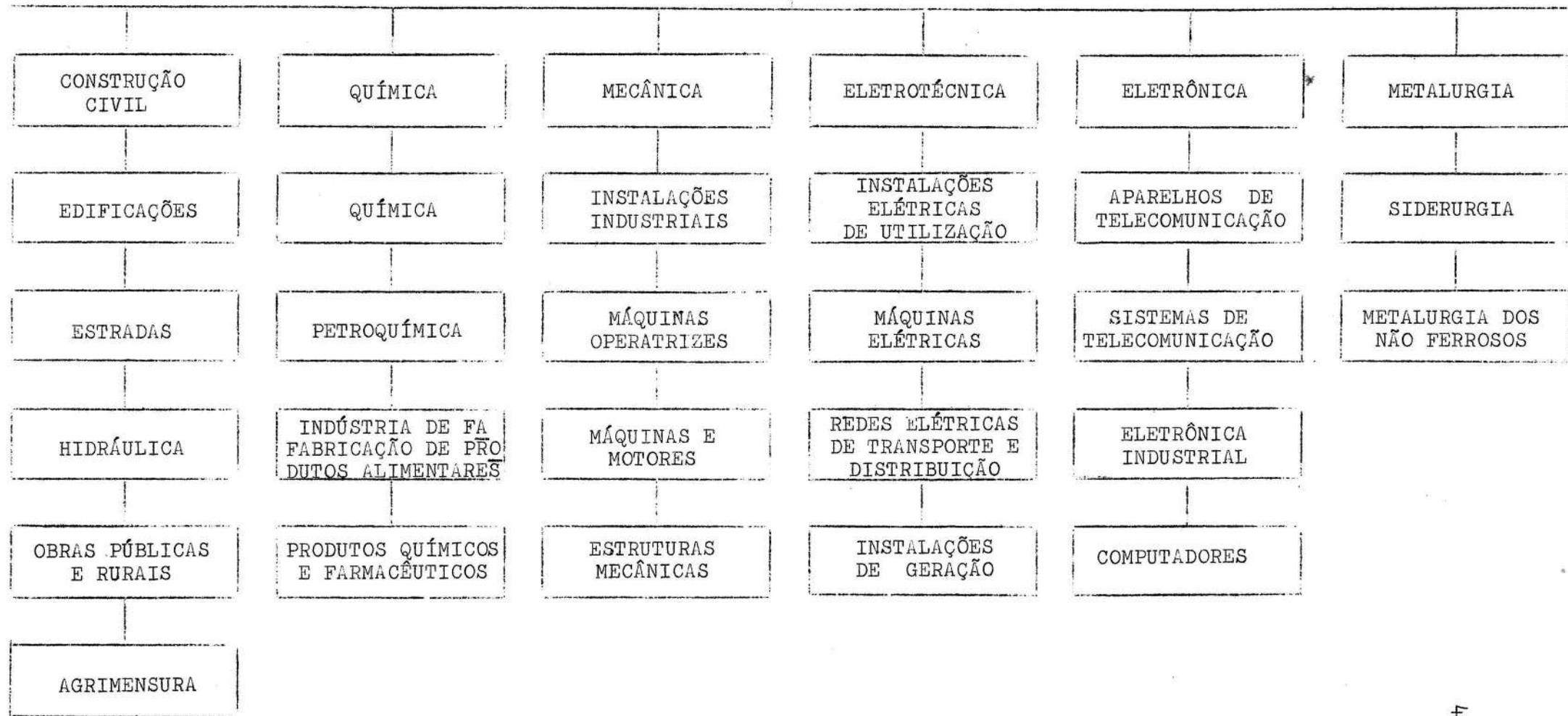
5.3.5

SETOR TERCIÁRIO



5.3.6

SETOR SECUNDÁRIO



5.3.7 - Cabe ao GT do Currículo determinar as áreas de habilitações afins, dos setores SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO, que serão oferecidos aos alunos do CP, e as sugestões dos programas mínimos para cada habilitação.

A análise de cada área de habilitações afins deve ser feita de acôrdo com a seguinte sistemática:

- 1º - RAZÕES DA ESCOLHA da área de habilitações afins;
- 2º - OBJETIVOS GERAIS da área, definidos operacionalmente;
- 3º - OBJETIVOS ESPECÍFICOS de cada habilitação, definidos operacionalmente;
- 4º - PROGRAMA MÍNIMO - CARGA horária semestral;
- 5º - Esboço das unidades, quanto:
 - aos conteúdos programáticos;
 - aos modos operacionais - distribuição do tempo;
 - ao material de ensino, inclusive bibliografia para os alunos;
 - à metodologia;
 - à avaliação e à recuperação - distribuição do tempo.

5.3.8 - Observação: na 2ª série, o aluno que optar por uma área de habilitações afins, terá que frequentar regularmente as aulas previstas para cada uma das habilitações.

5.4 - O 3º Ano do Colégio Polivalente

5.4.1 - No 3º ano, decresce a carga horária total do núcleo-comum, aumentando, em contra-partida a das áreas de habilitações afins.

5.4.2 - Quanto a estas, prevê-se o seguinte, a título de exemplo:

um aluno optou pelo setor terciário área X.

No 2º ano, frequentou as aulas de cada uma das habilitações que compõem a área X.

No 3º ano devidamente esclarecido pelos professores e pelo Serviço de Orientação Educacional e Profissional, o aluno aprofundará seus estudos em 2, 3 ou 4 habilitações afins que compõem a área X.

5.4.3 - Caberá ao GT do Currículo, ao elaborar o plano curricular no que se refere ao 3º ano, não apenas estabelecer a programação do núcleo comum, como também a das áreas de habilitações afins, dando sequência ao planejamento ~~feito~~, anteriormente para o 2º ano.

Apenas, é óbvio, cada habilitação será trabalhada de forma mais aprofundada, quanto aos conteúdos programáticos.

Deverá o GT indicar quais as habilitações (2, 3 ou 4) que são afins, para efeito de programação conjunta e interligada.

5.4.4 - Ao conjunto de habilitações afins, de uma mesma área (que poderá ter dois ou mais conjuntos) corresponderá um planejamento pormenorizado.

Tal planejamento, à guisa de sugestão, deverá conter:

1º - Razões da escolha do grupamento das habilitações em um conjunto;

2º - Objetivos gerais do conjunto, definidos operativamente;

- 3º - Objetivos específicos de cada habilitação do conjunto, definidos operacionalmente;
- 4º - Esboço das unidades, quanto:
- aos conteúdos programáticos;
 - aos modos operacionais - distribuição do tempo;
 - ao material de ensino, inclusive bibliografia para os alunos;
 - à metodologia;
 - à avaliação e à recuperação - distribuição do tempo.

6. Informações adicionais sobre o currículo e quadros para preenchimento

6.1 - A distribuição do tempo escolar no Colégio Polivalente é atribuição do próprio estabelecimento, que, para isso, deve, além de atender às características específicas de cada habilitação, situar-se dentro dos limites fixados pela lei, assim como da capacidade física do prédio.

6.2 - As habilitações: podem variar de 2250 hs., no mínimo, ao máximo de 3150 hs. O mínimo é determinação legal e o máximo representa a capacidade física total do prédio escolar planejado para o Colégio Polivalente, com uma carga horária semanal de 35 hs. O total de 35 horas semanais por turno, pode ser obtido colocando-se determinadas atividades em turno diferente. Assim, por exemplo, uma turma pode ter no turno da manhã, 30 hs. semanais de atividades e as outras 5 (como Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica) no turno da tarde.

6.3 - Os limites legais: inclusão obrigatória de até 3 hs. semanais de Educação Física e Educação Moral e Cívica, Educação Artísti-

ca, Estudos de Religião e Programas de Saúde. A distribuição do tempo destinado às quatro últimas, bem como a sua localização nos diversos semestres dos estudos de 2º grau constituem prerrogativa da escola.

6.4 - Os limites impostos pelo C.F.E. - A inclusão no currículo pleno das disciplinas integrantes do Núcleo-comum, dentro da parte de "Educação Geral", de modo que a carga horária desta, no decorrer dos três anos de estudos, não ultrapasse a da parte destinada à "Formação especial".

6.5 - Assim, os quadros de distribuição do tempo escolar, apresentados a seguir, devem ser compostos pelo GT do currículo e, posteriormente, reajustados pela equipe docente e técnica e administrativa do CP. Para isso devem atender às características regionais e locais para a escolha das habilitações, enquadrando-se, entretanto, dentro dos limites dos globais de carga horária anual ali assinalados.

Esses globais representam a soma das horas anuais reservadas à Educação Geral com a das horas destinadas à Formação Especial, o que, conforme o tipo de habilitação, variará de 750 a 1050 hs. por série. A última coluna vertical do quadro contém a soma das aulas ministradas nas três séries, dentro das partes de Educação Geral e da Formação Especial respectivamente.

6.6 - Relativamente às disciplinas e atividades que compõem a parte de Educação Geral do currículo há algumas exigências legais a atender, como o caso específico de Educação Moral e Cívica, que deve figurar como disciplina em uma série, pelo menos, aparecendo nas demais em forma de atividades.

- 6.7 - Os Programas de Saúde, embora estejam mais diretamente ligados à Educação Física, devem aparecer diluídos, em forma de atividades, em outras áreas e disciplinas, como Ciências (higiene), Geografia (projetos de atividades de saneamento de uma região) Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (através de textos específicos sobre a saúde: física, psíquica, social), etc.
- 6.8 - Educação Física: será obrigatoriamente incluída na carga horária das três séries, até o limite de 3 horas por semana. Embora faça parte do quadro de distribuição dos tempos escolares, as horas que a ela se reservarem não devem ser incluídas nos totais indicados no rodapé das colunas. Sendo atividades que se desenvolvem sempre em turnos alternados, figurarão na carga horária anual como acréscimos aos limites mencionados no quadro.
- 6.9 - Educação Artística: essencialmente em forma de atividade, será a mais flexível possível, abrangendo o Teatro, o Cinema, o Canto Coral, a Música, a Dança, as Artes Plásticas em suas mais diferentes formas. A carga horária e a sua distribuição nos períodos letivos são inteiramente livres, mas devem aparecer no currículo pleno da escola.
- 6.10- O estudo religioso, no Colégio Polivalente, deve figurar obrigatoriamente nos currículos, mas, sua frequência é livre para os alunos. O "modus operandi" seria aguardar sempre pela solicitação dos alunos, a fim de, atendendo-os, oferecer-lhes o estudo religioso, dentro do credo desejado, incluindo, então, horas extras no currículo da escola.
- 6.11- Quanto aos sub-totais para "Reajustamento: Recuperação e Estudos complementares", não se devem incluir horas nos quadros e .

que se adicionem aos demais sub-totais.

Isto porque esse tipo de atividade deve estar incluído no total de horas/ano destinado a cada disciplina e/ou atividade.

Em plano mais restrito, isso significa que ao programar cada unidade, o professor deve prever algo em torno de 10% da carga horária da mesma, para o "Reajustamento".

E - QUADROS QUE DEVEM SER PREENCHIDOS
PELO GT DO CURRÍCULO

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE AULA POR ÁREA, DURANTE AS 3 SÉRIES DO COLÉGIO POLIVALENTE

ÁREAS	EDUCAÇÃO GERAL	FORMAÇÃO ESPECIAL
COMUNICAÇÃO e EXPRESSÃO	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Língua Estrangeira Educação Artística	
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia História Educação Moral e Cívica	
CIÊNCIAS	Matemática Ciências Físicas e Biológicas Programas de Saúde	
TOTAL de hs. nas 3 séries: 1.110 a 1.560		TOTAL de hs. nas 3 séries: 1.140 a 1.590
EDUCAÇÃO FÍSICA: 270 hs.		

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE AULA ANUAIS POR DISCIPLINA E POR SÉRIE NOS CPs

DISCIPLINAS E ATIVIDADES	Nº DE HORAS DE AULA			
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL
<p>EDUCAÇÃO GERAL</p> <p>1. Obrigatórias pelo C.F.E. (Núcleo-comum)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Matemática - Ciências Físicas e Biológicas - Geografia - História <p>2. Obrigatórias por Lei</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação Artística - Educação Moral e Cívica - Educação Religiosa - Programas de Saúde - Educação Física 				
<p>.....</p> <p>PARTE DIVERSIFICADA</p> <p>3. Indicação do Conselho Estadual de Educação e/ou do Estabelecimento de Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0 ----- - 1 ----- - ! ----- - n ----- 				
SUB-TOTAL DAS CAMADAS 1 - 2 e 3 (EDUCAÇÃO GERAL)				1110 a 1560

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DE AULA ANUAIS POR DISCIPLINA E POR SÉRIE NOS CPs

(continuação)

DISCIPLINAS E ATIVIDADES	Nº DE HORAS DE AULA			
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL
SUB-TOTAL DAS CAMADAS 1 - 2 e 3 (EDUCAÇÃO GERAL)				1110 a 1560
FORMAÇÃO ESPECIAL				
4. Matérias de habilitação profissional				
- 1				
- 2				
- 3				
- 4				
- 5				
- !				
- n				
SUB-TOTAL DA CAMADA 4 (FORMAÇÃO ESPECIAL)				1140 a 1590
5. Reajustamento:				
- Recuperação				
- Estudos Complementares				
SUB-TOTAL DE REAJUSTAMENTO				
TOTAL GERAL	750 a 1050	750 a 1050	750 a 1050	2250 a 3150

6. O Plano Curricular no Treinamento dos Professores para o Colégio Polivalente

6.1 - O plano curricular do Colégio Polivalente deve constituir-se num dos documentos básicos para trabalho nos cursos de treinamento de professores.

Não menos de vinte (20) horas poderão ser destinadas ao estudo da estrutura geral do plano e à análise do seu detalhamento.

6.2 - Será perfeitamente válido e desejável que tal estudo se revista de caráter crítico e, quando convier, seguido de sugestões substitutivas.

Esse será um tipo de exercício intelectual a ser posto em prática, vez que dará aos professores um treinamento a noção da sua responsabilidade em promover reajustamentos e atualização no plano curricular em vigência, no Colégio Polivalente, sempre que necessário.

7. O Plano Curricular no Colégio Polivalente

7.1 - A consolidação, as programações específicas, a divulgação e a reformulação do plano curricular do Colégio Polivalente, são de responsabilidade do Serviço de Supervisão Escolar (SSE).

7.2 - Para tanto, o SSE, se valerá da contribuição de outros órgãos do CP, como por exemplo, o Conselho Comunitário, o Serviço de Orientação Educacional e Profissional, o Conselho Técnico e Administrativo e, obviamente, o corpo docente e o Conselho de Alunos.

7.3 - A consolidação do plano curricular deve ser feita após o curso de treinamento de professores, quando serão colhidas possíveis sugestões para a melhoria do referido plano.

7.3.1 - No período de aproximadamente trinta (30) dias que antecederá o início efetivo das atividades do CP com o semestre letivo, os professores e o pessoal técnico e administrativo já estarão trabalhando na escola, montando os respectivos serviços e setores, abrindo as matrículas, contactando com a comunidade, etc., etc.

Nesta fase, as coordenações de matéria e de áreas de habilitações afins, devem promover reuniões com os professores, para:

- reanalisar o plano curricular;
- planejar as atividades do semestre;
- programar os respectivos cursos.

7.3.2 - Caberá ao SCP a função de agir como catalisador dos trabalhos dessas equipes, ajustando-os, interligando-os para atender à filosofia educacional do CP e aos seus objetivos gerais de natureza operacional.

7.4 - As programações específicas a partir do plano curricular, se referem aos planos de curso e de unidades.

7.4.1 - Os planos de curso devem fugir do clássico tipo, que se restringe basicamente a estabelecer as linhas gerais a partir dos conteúdos programáticos.

Ele deve ser abrangente, colocando em relevo os objetivos, os modos operacionais e a avaliação.

Procurará incluir atividades de classe e extraclasse, cuja importância não pode ser negligenciada no contexto educacional do CP.

7.4.1.1 - Os planos de curso devem se destinar a cada turma, em particular e não ser um plano-protótipo aplicável a duas ou mais turmas que estejam cursando o mesmo semestre letivo, em áreas coincidentes.

7.4.1.2 - Cada plano de curso deve ser debatido pela equipe docente específica, antes de passar à apreciação do Conselho de Classe e ao Serviço de Supervisão Escolar.

7.4.2 - Os planos de unidade, respeitada a ordem de aprofundamento e pormenorização de que se revestem, a partir do plano de curso, devem seguir a mesma orientação sugerida anteriormente.

7.5 - A divulgação do plano curricular.

7.5.1 - O Serviço de Supervisão Escolar, uma vez consolidado o plano curricular, deve providenciar a elaboração de uma síntese do mesmo, para publicação.

7.5.2 - Essa publicação destina-se aos alunos e suas famílias, principalmente. O diretor do CP julgará da conveniência de distribuí-la a outros colégios, a empresas, etc.

7.6 - A reformulação do plano curricular

7.6.1 - O conceito de currículo envolve inclusive conotação de dinamismo, reajuste, renovação.

7.6.2 - Portanto, periodicamente, face a um conjunto de variáveis, das quais ressaltam a população - alvo, a dinâmica social que caracteriza a comunidade, as ofertas do

7.4.1.1 - Os planos de curso devem se destinar a cada turma, em particular e não ser um plano-protótipo aplicável a duas ou mais turmas que estejam cursando o mesmo semestre letivo, em áreas coincidentes.

7.4.1.2 - Cada plano de curso deve ser debatido pela equipe docente específica, antes de passar à apreciação do Conselho de Classe e ao Serviço de Supervisão Escolar.

7.4.2 - Os planos de unidade, respeitada a ordem de aprofundamento e pormenorização de que se revestem, a partir do plano de curso, devem seguir a mesma orientação sugerida anteriormente.

7.5 - A divulgação do plano curricular.

7.5.1 - O Serviço de Supervisão Escolar, uma vez consolidado o plano curricular, deve providenciar a elaboração de uma síntese do mesmo, para publicação.

7.5.2 - Essa publicação destina-se aos alunos e suas famílias, principalmente. O diretor do CP julgará da conveniência de distribuí-la a outros colégios, a empresas, etc.

7.6 - A reformulação do plano curricular

7.6.1 - O conceito de currículo envolve inclusive conotação de dinamismo, reajuste, renovação.

7.6.2 - Portanto, periodicamente, face a um conjunto de variáveis, das quais ressaltam a população - alvo, a dinâmica social que caracteriza a comunidade, as ofertas do

mercado de trabalho, o auto-aperfeiçoamento do corpo do cente e técnico, o plano curricular irá sendo revisto e atualizado.

7.6.3 - Assim, deve ser uma das atividades básicas do SCP atuar junto ao corpo docente para criar um clima favorável à constante análise, avaliação e reajustamento da estrutur ra curricular.

É interessante que para esse reajustamento sejam convidados elementos da supervisão educacional da SEC e representantes de Universidade, além dos que forem designados pelo Conselho Comunitário.

7.7 - Os Conselhos de Classe o plano curricular

7.7.1 - É grande a importância dos Conselhos de Classe, integra dos pelos professores de uma mesma turma, na estrutura geral dos recursos humanos do CP.

7.7.2 - Cabem-lhe, entre outras funções que emergirão do pró prio trabalho, as seguintes:

- debater os planos de curso e os planos de unidade, vi sando a acertar estratégias comuns para sua aplicação;
- divulgar o plano curricular entre os alunos, princi palmente esclarecendo-os e orientando-os quanto às opções no 2º e 3º ano;
- avaliar a aplicação do plano curricular colhendo e for necendo subsídios para sua atualização.

TECNOLOGIA DO ENSINO

1. Introdução

- 1.1 - As profundas renovações por que vem passando a pedagogia, tornando-se experimental, apoiada em múltiplas técnicas que servem ao conjunto ensino - aprendizagem - ensino, devem encontrar no Colégio Polivalente campo propício para se desenvolverem.
- 1.2 - O que modernamente se denomina tecnologia do ensino representa uma gama variadíssima de processos, meios e técnicas postos à disposição dos professores e dos alunos, para tornar a aprendizagem mais eficiente e mais inteligente.
- 1.3 - É de esperar-se que no Colégio Polivalente a tecnologia do ensino constitua um meio que sirva de apoio às atividades curriculares e não um fim em si mesma.

2. Pedagogia e Tecnologia

- 2.1 - É importante que se tenha sempre presente que as técnicas devem estar mergulhadas na estrutura mais ampla e realmente significativa da ciência pedagógica.
- 2.2 - Por isso mesmo, sua existência e aplicação se justificam como refôrço aos modos operacionais que informam os planos de curso; igualmente quando se destacam para tornar a avaliação da aprendizagem mais científica e ligada aos objetivos que norteiam o planejamento.
- 2.3 - Portanto, não se limitará e não se confundirá a tecnologia do ensino com os chamados "recursos audiovisuais" e outros materiais didáticos.

É isso e é muito mais, como exemplo entre outros: a dinâmica de grupo; o estudo dirigido nas suas variadíssimas formas; a instrução programada quando conveniente e inteligentemente aplicada; as formas diversas de autoavaliação e de avaliação da aprendizagem; o sociograma e a estatística educacional; as visitas e excursões, visando ao correto estudo do meio; a experimentação que é, de certa forma, o "aprender fazendo".

3. Tecnologia e Metodologia

3.1 - Importa que os professores e os alunos do Colégio Polivalente se apoiem na tecnologia do ensino como um dos recursos que dinamizam o plano curricular em vigência, para facilitar a aquisição da metodologia científica, técnica e artística. Vale mais o domínio das grandes estruturas do conhecimento, das metodologias específicas que o puro acervo de informações desligado de ambos: estrutura e metodologia.

3.2 - Importa igualmente que a tecnologia do ensino conduza os alunos ao domínio das técnicas de estudo, que são fruto de normas gerais e de contingências ambientais, mas que no fundo são muito pessoais, dependendo de cada indivíduo.

4. Tecnologia e Renovação

4.1 - A tecnologia do ensino não deve constituir no Colégio Polivalente um meio para "facilitar a aprendizagem", mas um dos agentes para a experimentação e a renovação.

4.2 - O plano curricular como um conjunto de proposições de atividades para acelerar a mudança de comportamento, quer individual, quer grupal, buscará na tecnologia do ensino um dos seus apoios.

Portanto essa tecnologia a serviço não deve ser formada de este reótipos ou de padrões cristalizados, muitas vezes de importação duvidosa, mas deve ser um agente fermentador das atividades curriculares, visando a experimentação para a renovação.

5. Tecnologia e professores

5.1 - A análise, a crítica, a prática da tecnologia de ensino devem informar o corpo docente já durante o seu treinamento específico.

Nos programas desse treinamento, qualquer que seja a sua conceitualização, caracterização e duração, dar-se-á ênfase especial à tecnologia do ensino.

5.2 - Evidentemente não basta isso, é preciso que, em serviço, o corpo docente seja constantemente realimentado quanto ao emprego eficiente da tecnologia do ensino.

À Coordenação Pedagógica do Colégio Polivalente caberá esta tarefa, que poderá ser desenvolvida através de cursos intensivos, jornadas pedagógicas, contatos com os elementos da Supervisão da Secretaria de Educação e Cultura, ligações com pessoal que esteja desenvolvendo novas experiências em outros Colégios, Centros de Treinamento de Professores e, em especial, Faculdades e Universidades.

6. Tecnologia e Material de Apoio

6.1 - Um dos elementos de apoio para o emprego da tecnologia de ensino, no Colégio Polivalente, será representado pelo material geral e material específico.

6.2 - Quanto ao primeiro, o Colégio será dotado de um ambiente de Pe-
ursos Didáticos, com material de uso multivalente, sob respon-
sabilidade da Coordenação Pedagógica.

Neste ambiente os professores poderão planejar, programar e ava-
liar suas atividades docentes e testar material didático.

6.3 - Quanto ao material específico, cada sala-ambiente e oficina con-
tará com um mínimo indispensável para experimentação, demonstra-
ção e prática.

Mas é inegável que, ainda no ensino de 2º Grau, a fabricação de
material didático deverá ser uma preocupação dos professores,
através de projetos montados com os alunos.

6.4 - A Biblioteca do Colégio Polivalente deve ter uma dotação razoá-
vel de obras relativas à tecnologia do ensino, para consulta pe-
los professores e técnicos pedagógicos.

6.5 - É desejável que a Coordenação Pedagógica organize um Centro de
Informações, que conterà o acervo validado de todas as experiên-
cias realizadas no Colégio Polivalente e em outros estabeleci-
mentos congêneres.

São exemplos, entre outros, de documentos que devem compor o
Centro de Informações:

fichas de autoavaliação; testes e provas objetivas; modelos de
relatórios; ficha de orientação para trabalhos em laboratórios
e oficinas.

Esse material devidamente catalogado, deve constituir-se em fon-
te de informação para os professores do Colégio Polivalente, pa-
ra a montagem de planos, programas, projetos, provas, etc.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. Introdução

1.1 - Nos últimos tempos, pedagogos e economistas têm dedicado grande atenção ao problema da avaliação. Os primeiros, preocupados em torná-la um instrumento que possibilite o acompanhamento técnico pari passu, da aprendizagem; os economistas preocupados com as formas de avaliação que têm contribuído para acelerar a evasão e a repetência desequilibrando a relação custo/benefício. Evidentemente os esforços de ambos se dirigem para o mesmo alvo: renovar os conceitos e a técnica da avaliação da aprendizagem.

1.2 - Não obstante, ainda é muito disseminado o conceito destorcido dessa fase do trabalho escolar, com resultados danosos para o fluxo normal de alunos pelas séries e - por que não afirmá-lo - causa de traumas e de bloqueios à aprendizagem.

2. Conceitos

Da grande variedade de definições e conceitos, parece que, ao fim, a avaliação deve ser encarada sob os seguintes aspectos:

- 1º - estar vinculada diretamente aos objetivos educacionais;
- 2º - ser contínua, abrangente;
- 3º - possibilitar a análise da validade dos objetivos propostos (feedback);
- 4º - permitir a alunos e professores o diagnóstico sobre a aprendizagem e o ensino (avaliação formativa);
- 5º - ser elemento que faça, gradativamente, aumentar o "quantum" de aprendizagem;

- 6º - estimular o aluno a auto-superar-se, não sendo meio para competições entre indivíduos ou grupos, dado que cada aluno tem um ritmo muito pessoal para apreender e para aprender;
- 7º - propiciar a melhoria dos padrões de ensino - aprendizagem - ensino.

3. Avaliação e definição pessoal

3.1 - A avaliação no Colégio Polivalente não pode ser considerada como simples instrumento de análise da aprendizagem. Ela deve, também, auxiliar o aluno e seus professores na verificação das opções curriculares, permitindo, em tempo hábil, a reorientação na escolha de área de habilitação.

O Colégio Polivalente pretende que seus alunos adquiram uma habilitação profissional que responda, mais que a uma demanda do mercado-de-trabalho, a uma verdadeira tendência e uma aptidão que sejam fruto do trabalho escolar.

O profissional habilitado para o exercício de uma atividade, mas insatisfeito com a escolha feita, é um desajustado, pessoal e socialmente.

4. Avaliação: quantidade x qualidade

4.1 - Parece ser desnecessário que o assunto seja tratado em termos maniqueístas. Ambos os dados - quantidade e qualidade - não se opõem. Ao contrário é importante que estejam associados, desde que a preocupação seja a de avaliar a qualidade da quantidade e não esta isoladamente.

4.2 - Como aprendizagem pressupõe mudança de comportamento, deve-se dar especial ênfase à constatação do "crescimento do aluno" . ,

aqui entendido em termos de auto-aperfeiçoamento e aquisição de valores que o levem a conviver inteligente, fraternal e ativamente com diferentes grupos sociais.

5. Avaliação e assiduidade

5.1 - Um dos aspectos a cuidar no Colégio Polivalente é o relativo à assiduidade, que contribui de forma eficiente para a aprendizagem, quer em termos individuais, quer através da vivência grupal.

5.2 - Neste sentido, vale transcrever trecho do Relatório do Grupo de Trabalho que preparou o Anteprojeto da atual Lei 5692:

"Além dessa avaliação centrada na qualidade, previmos também uma "apuração da assiduidade" para assegurar aquilo que precisamente justifica uma escolarização regular: o convívio, a progressiva sedimentação das aprendizagens. Mas se isto é verdade, não deixa de ser estranhável que um aluno se mostre excepcionalmente brilhante e seja reprovado por inassiduidade, considerando que a frequência é meio em relação ao aproveitamento. Diante de considerações como esta, permanecemos num meio-termo por força do qual admitimos como aprovação direta, além da que seja obtida com 75% ou mais de assiduidade, uma outra modalidade, inferior a 75% e igual ou superior a 50%, para o caso de o aluno ter aproveitamento que "se expresse por nota ou menção situada no quinto superior da escala adotada pelo estabelecimento". Neste mesmo caso, com aproveitamento insuficiente, o aluno ficará sujeito a recuperação e, com menos de 50%, será tido como reprovado "qualquer que seja o seu aproveitamento".

6. Avaliação e os instrumentos próprios

6.1 - Muita atenção deverá ser dada aos instrumentos específicos de avaliação.

O Colégio Polivalente, sobre ser experimental como deve ser todo estabelecimento de ensino, não deve incidir nos erros comuns, porém estratificados, de usar instrumentos ultrapassados para a avaliação da aprendizagem.

6.2 - Uma das tônicas nesse sentido deve ser a de tornar comuns, usuais, as fichas de autoavaliação individual e de equipes.

6.3 - Outros instrumentos, quer se trate do pré-teste, do pós-teste, das provas objetivas, das provas e trabalhos ditos reflexivos, envolvendo descrições, sínteses, relatos, análises, comparações, interpretações, esquematizações, figurações, etc., etc., devem pautar-se pelas melhores técnicas de elaboração e correção.

6.4 - Cada trabalho, após corrigido, deve ser comentado com a turma - se for o caso - e com o aluno, seja oralmente, seja por escrito. Torna-se indispensável que os eventuais erros sejam conscientizados pelo aluno, que sobre eles trabalhará, em busca de melhorar seus conhecimentos, habilidades, técnicas, etc.

A avaliação assim encarada deve produzir um retroefeito para o aluno, a fim de provocar os necessários reajustamentos em seu acervo na disciplina objeto da avaliação.

7. Avaliação e recuperação

7.1 - Toda unidade de ensino, ao término das avaliações que são inerentes ao seu desenvolvimento, deve prever formas e técnicas de recuperação para o aluno ou alunos que não obtiverem aproveitamento satisfatório.

- 7.2 - Aliás, deveria se estudar no Colégio Polivalente, a substituição da escala de aproveitamento por graus e por variados conceitos, estabelecendo-se apenas dois níveis: satisfatório (S) e insatisfatório (I).
- 7.3 - Caberá ao professor determinar as formas de trabalho de recuperação para o(s) aluno(s), a fim de que as lacunas e insuficiências não se acumulem, unidade após unidade, desembocando-se numa situação mais difícil e trabalhosa, ao fim de cada semestre letivo.
- 7.4 - Importa como filosofia do Colégio Polivalente que as aprovações sejam praticamente globais, buscando-se, por conseguinte, a meta de se atingir a 100% de aprovação.
Isto será possível sem abastardar o alto nível de ensino que se pretende para o Colégio Polivalente, cuidando-se de recuperar os alunos de rendimento insatisfatório, ao longo de todo um semestre ou ano letivo.
Se insuficiente esse trabalho, ainda no período de férias escolares, poder-se-á destinar razoável número de horas para recuperação, tal como prevê o parágrafo 2º Art. 14, da Lei 5692: "O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento".
- 7.5 - De qualquer forma, o levantamento do perfil de aproveitamento do aluno é tarefa conjunta dos Serviços de Coordenação Pedagógica e de Orientação Educacional e Profissional, através de seus representantes junto às diversas turmas.
Caberá ao Conselho de Classe, em última instância, decidir sobre a aprovação dos alunos e/ou sobre a necessidade de estudos de recuperação durante os períodos de férias escolares.

7.6 - É conveniente ressaltar que à equipe técnica e docente cabe estabelecer as normas e critérios de avaliação, tal como prescreve o Art. 14 da Lei 5692:

"A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade".

F - OS RECURSOS HUMANOS DO COLÉGIO POLIVALENTE

OS RECURSOS HUMANOS DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Introdução

- 1.1 - Esta parte do documento se refere à organização - tipo do CP , no que se relaciona à equipe técnica e a administrativa, docente e discente.
- 1.2 - Considera-se como assunto de alta relevância a estruturação des sas equipes, quer em termos de definições de responsabilidades, fluxos de relacionamentos e, de forma muito especial, o recruta mento e o treinamento dos recursos humanos.
- 1.3 - Torna-se evidente que as proposições a seguir não têm o caráter de rigidez, pois a própria dinâmica da vivência escolar fará as alterações estruturais julgadas convenientes. Claro que a ex pressão convenientes se refere à maximização da eficiência in-terna, conjugada à minimização quantitativa de recursos humanos e custos.
- 1.4 - São apresentadas idéias e proposições para que se organize, em etapa posterior, o REGIMENTO INTERNO, cuja redação é encargo da equipe técnica do Colégio Polivalente, que o submeterá à apre-ciação dos competentes órgãos estaduais: Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação e Cultura.
- 1.5 - As sugestões, pois, têm caráter preliminar. Sobre elas muitos irão opinar, acrescentar, definir, redefinir, com o objetivo de melhorá-las em sua estrutura e em suas particularidades.
- 1.5.1 - É importante que, juntamente com outros trabalhos por-ventura elaborados pelos órgãos do Estado, o presente do cumento seja levado à análise e debate dos alunos dos

cursos para pessoal Técnico e Administrativo, que devem dispor, em sua programação, de 30 horas para estudo e de bate sôbre a "organização e planejamento das atividades no Colégio Polivalente."

- 1.5.2 - Intenta-se com isso chegar à composição de um documento que defina a estrutura dos recursos humanos do Colégio Polivalente e as características de cada órgão, setor ou serviço.
- 1.5.3 - É claro que muitas vezes as leis e instruções estaduais obrigarão a mudanças de certos conceitos e nomes, isso, porém, não invalidará as idéias centrais.
- 1.5.4 - Ter-se-á como óbvio que cada estabelecimento de ensino buscará estruturar-se em termos de recursos orçamentários e humanos; em função de uma realidade comunitária que é dotada de maior ou menor flexibilidade.
- 1.5.5 - Procurou-se, tanto quanto possível, não sobrecarregar o Estado, inicialmente, com uma estrutura pesada. Preferiu-se que o Estado recomplete os quadros do Colégio à medida que seus encargos aumentem. Por isso, buscou-se acumular algumas funções, sem quebra da eficiência e, sempre que possível, com a maior participação de seus membros na vida escolar.
- 1.5.6 - Deve-se fazer um apelo constante e insistente ao trabalho de equipe.
- 1.5.7 - Sabe-se que muitas escolas, magnificamente idealizadas, se perdem, por falta de objetividade em sua organização

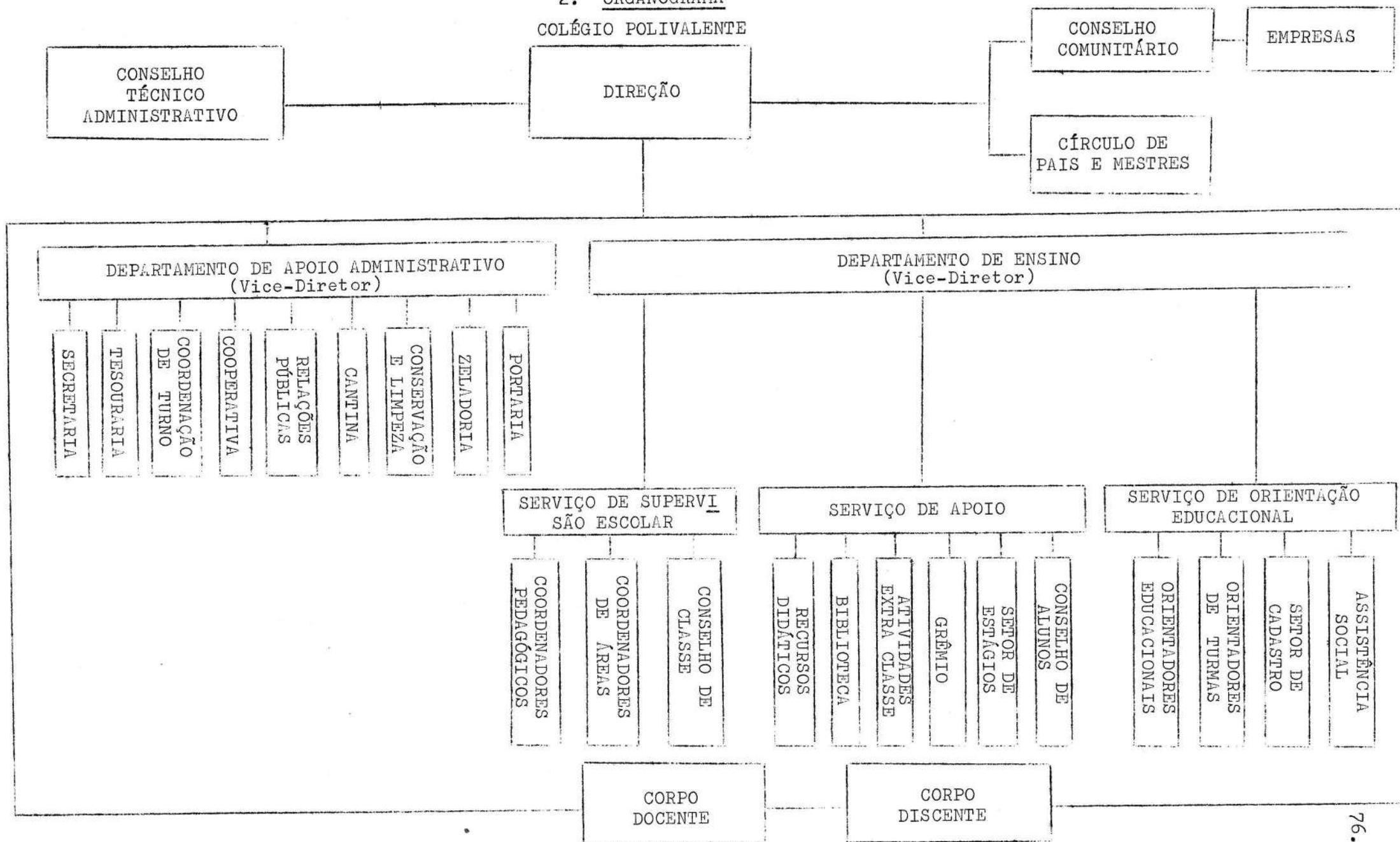
funcional e de suporte em seu planejamento técnico-administrativo.

1.5.8 - A escola deve ser uma empresa, no sentido não comercial obviamente, mas no de ter uma organização flexível, que busca racionalizar suas normas operacionais, auto-aperfeiçoar-se, aumentar sua produtividade, ser atraente e honesta, a fim de melhorar sempre seus produtos finais, que são a educação dos jovens e o aperfeiçoamento da comunidade em que se insere.

1.5.9 - Neste sentido, devem ser ressaltados os conceitos fundamentais de organização e administração escolar, como planejamento, programação, acompanhamento dos programas, avaliação de resultados, controle administrativo e previsão orçamentária.

1.5.10- Finalmente, é importante destacar a necessidade do entrosamento perfeito entre a Escola e a Comunidade, desta fazendo parte as Empresas com as quais o Colégio Polivalente deverá trabalhar numa troca de experiências e serviços, em benefício de ambos.

2. ORGANOGAMA
COLÉGIO POLIVALENTE



3. O pessoal técnico do Colégio Polivalente

3.1 - Composição do quadro

Nº DE ORDEM	FUNÇÃO	NÚMERO
1	Diretor	1
2	Vice-diretor	2 (3)
3	Supervisor Escolar	3
4	Orientador Educacional	4
5	Bibliotecário	2
6	Auxiliar de Bibliotecário	2
7	Secretário	2
TOTAL		16(17)

3.2 - Seleção

Nº DE ORDEM	PRÉ-REQUISITOS FUNCIONAIS	PROVAS DE SELEÇÃO (Classificatória)
1 - 2	1º - Licenciado em Administração Escolar 2º - Licenciatura plena 3º - Curso superior com registro de Diretor 4º - Mínimo de três anos de experiência em atividades docentes 5º - Idade: mínima: 25; máxima: 40 anos	Psicológica Entrevista Conhecimentos Gerais e específicos.
3	1º - Licenciado em Supervisor Escolar 2º - Licenciatura plena 3º - Mínimo de três anos de experiência em atividades docentes 4º - Idade: mínima: 25; máxima: 40 anos	Psicológica Entrevista Conhecimentos Gerais e específicos.
4	1º - Licenciado em Orientação Educacional 2º - Licenciatura plena 3º - Mínimo de 3 anos de experiência em atividade docente 4º - Idade: mínima: 25; máxima: 40 anos	Psicológica Entrevista Conhecimentos Gerais e específicos.
5	1º - Formado em Biblioteconomia 2º - Mínimo de três anos de experiência em atividade específica 3º - Idade: mínima: 25; máxima: 40 anos	Psicológica Entrevista Conhecimentos Gerais e específicos.
6 - 7	1º - Curso de 2º ciclo (2º grau) completo 2º - Idade: mínima: 21 anos; máxima: 40 anos	Psicológica Entrevista Conhecimentos Gerais e específicos.

OBSERVAÇÕES: 1º - Os limites de idade poderão ser alterados em função de determinações de Lei Estadual.

2º - As provas de seleção serão realizadas pela Universidade com que o PREMEN e a SEC firmarem convênio para o treinamento do pessoal técnico.

3.3 - Treinamento

3.3.1 - O treinamento do pessoal técnico será realizado por Universidade com que o PREMEN e a SEC firmarem convênio pa
ra tal fim.

3.3.2 - As diretrizes gerais para o treinamento serão traçadas pelo PREMEN, cabendo à Universidade elaborar os planos de curso para cada área.

3.3.3 - A carga horária total para os cursos será de 320 horas, das quais 50 h se destinarão ao estudo da Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau e 30 horas para atividades práticas de planejamento da organização do Colé
gio Polivalente.

3.3.4 - As especificações relativas a

- época do curso
- custeio
- obrigações das partes intervenientes,

serão objeto de convênio a ser assinado pelo PREMEN, o Estado e a Universidade.

3.4 - Regime de trabalho; incentivos salariais

3.4.1 - Todo o pessoal técnico do Colégio Polivalente deve ser admitido pelo Estado em regime de tempo integral.

3.4.2 - Naturalmente, dependendo dos níveis salariais vigentes no Estado e em função do Estatuto do Magistério, os salários para cada função técnica devem ser atraentes, con
siderando-se a qualificação do pessoal, o seu treinamen
to específico, o regime de trabalho e a responsabili
dade das funções.

3.4.3 - Os técnicos portadores de diploma universitário, tomando-se por base o salário do professor do CP, de tempo integral, também de nível universitário, deveriam ter um salário-base idêntico ao dos docentes, acrescido de, no mínimo, 20%.

3.5 - Aperfeiçoamento do pessoal técnico

3.5.1 - É função precípua do diretor do Colégio Polivalente estabelecer através do Conselho Técnico e Administrativo e fazer executar programas de aperfeiçoamento do pessoal técnico, ele inclusive.

3.5.2 - Um estabelecimento de ensino, que deve pautar sua validade pela renovação pedagógica, de resultados objetivos, deve ter na sua equipe técnica um grupo que busque dar o exemplo de educação permanente a todos os demais componentes do grupo social escolar.

3.5.3 - Assim, é condição para o crescimento qualitativo do Colégio Polivalente, a programação de atividades que visem à reciclagem do grupo dirigente.

Essa, poderá ser realizada de inúmeras formas, tais como:

- ciclos de palestras;
- intercâmbio com outros colégios;
- estágios em empresas;
- cursos de atualização oferecidos por universidades, ou faculdades, e Secretaria de Educação e Cultura, Delegacias Regionais;
- cursos de pós-graduação.

4. Outros elementos do Quadro Técnico

4.1 - Há uma série de outros setores do Colégio Polivalente que devem ser dirigidos por pessoal tecnicamente preparado.

4.2 - São exemplos, a partir da sugestão proposta no organograma:

4.2.1 - Departamento de apoio administrativo:

- Coordenação de turno
- Relações públicas.

4.2.2 - Departamento de Ensino

4.2.2.1 - Serviço de Supervisão Escolar

- coordenadores de áreas

4.2.2.2 - Serviço de apoio:

- recursos didáticos
- atividade extraclasse
- setor de estágios

4.2.2.3 - Serviço de orientação educacional:

- orientadores de turmas
- assistência social.

4.3 - Seria por demais despendioso, treinar e manter técnicos educacionais para cada área específica acima listada.

Parece ser mais econômico, administrativamente mais factível, pedagógicamente mais funcional que essas funções sejam exercidas por professores de tempo integral no Colégio Polivalente.

Como está previsto que das horas totais/semana há um percentual dedicado às atividades de classe e o restante para outras atividades, nada impede que essas horas sejam utilizadas para assu-

mir cada uma das mencionadas atividades, inclusive repartindo entre dois ou três elementos, as responsabilidades de cada setor, como é o caso, por exemplo, da coordenação de turno, atividades extraclasse, recursos didáticos.

4.4 - Obviamente esse pessoal técnico necessita de um treinamento específico, que será tanto mais facilitado quanto repouse em vivências anteriores e na habilitação docente dos elementos escolhidos.

4.4.1 - Uma das estratégias para esse treinamento poderá ser adotada no próprio curso de reciclagem, quando os professores pré-escolhidos para essas funções, terão um adicional na sua carga horária - em torno de 20 h - para as áreas específicas.

4.4.2 - A outra - que representará uma complementação da anterior - se refere ao "treinamento em serviço", a cargo do Diretor, dos vice-diretores, do coordenador pedagógico e do orientador educacional

4.4.3 - Finalmente, vale lembrar conforme a filosofia da educação permanente, que deve constituir um dos pontos de relevo no Colégio Polivalente, que esses técnicos deverão buscar sua atualização profissional em cursos diversos propostos pelo Conselho Técnico e Administrativo, através do Diretor.

5. O pessoal administrativo

5.1 - Compreende elementos para o setor de apoio.

5.2 - O seu número será determinado em função das necessidades de serviço, atendendo a variáveis previsíveis, tais como:

- matrícula efetiva no Colégio Polivalente;
- racionalização das atividades;
- possibilidade de contratação de serviços com empresas particulares, como por exemplo, no setor de conservação e limpeza.

5.3 - Poderá ocorrer o fato de o quadro de pessoal administrativo do Estado não dispor de elementos qualitativamente habilitados para as diversas funções.

Será desejável, nesse caso, que a SEC promova cursos intensivos para treinamento do pessoal que será lotado no Colégio Polivalente.

5.4 - Isto posto, é aconselhável que o Conselho Técnico Administrativo através do Diretor, faça promover o treinamento em serviço para o pessoal administrativo, de cuja eficiência e exata compreensão da estrutura e funcionamento do Colégio Polivalente, muito dependerá o bom andamento do setor.

6. Professores

6.1 - Introdução

A tendência paidocêntrica em educação - que é perfeitamente válida - tem, vez por outra, descuidado do corpo docente, esquecendo-se que o binômio ALUNO - PROFESSOR se traduz na relação equilibrada - ENSINO - APRENDIZAGEM - ENSINO.

No CP, portanto, ao lado de uma filosofia e de uma política educacionais que se voltam para o aluno, dar-se-á ênfase especial ao corpo docente.

6.2 - Número de Professores

6.2.1 - Evidentemente, variará de uma unidade para outra, principalmente porque os currículos plenos são específicos de cada Colégio.

6.2.2 - Em última instância, é a partir do currículo pleno, com suas respectivas cargas horárias, que se fará o levantamento preliminar do número de professores a treinar e suas respectivas habilitações.

Outros dados a considerar:

1º - necessidade de professores que, sendo de tempo integral, possam dedicar-se a outras tarefas de cunho técnico, como, por exemplo, coordenação de área, recursos didáticos, atividades extraclasse, orientação de turma, etc;

2º - negociações preliminares entre o PREMEN e a SEC, para definir a forma de contratação de professores para o CP, no que se refere a tempo parcial (um turno), tempo integral (dois turnos) e regime especial quando se trate de professores para atendimento a setor de habilitação profissional muito específica.

6.2.3 - É importante realçar o problema da repartição das cargas horárias pelos professores. Nesse sentido, deve-se estabelecer como princípio básico que 30% da carga horária total do professor se destinarão a atividades extras.

As horas extras se destinam a:

- planejamento;
- programação;

- preparação;
- avaliação;
- reuniões;
- assistência aos alunos.

6.2.4 - Os professores cuja habilitação em uma disciplina ou conjunto de disciplinas afins, apresente grande demanda, para atender ao currículo pleno do CP, serão contratados pelo Estado, para um mínimo de trinta (30) horas de trabalho/semana/turno.

Esse mínimo poderá ser ampliado de acordo com as necessidades do Colégio Polivalente, com o objetivo de se ter parte ponderável do corpo docente em regime de tempo integral. Tempo integral significa estender suas atividades pelos dois turnos (manhã e tarde), até completar entre quarenta (40) e cinquenta (50) horas/semana.

6.3 - Qualificação do corpo docente

6.3.1 - No Colégio Polivalente haverá professores que atenderão a três áreas do currículo pleno:

- 1ª - disciplinas e atividades do núcleo comum;
- 2ª - disciplinas e atividades ligadas às áreas de habilitação profissional;
- 3ª - disciplinas e atividades de carater específico com vistas à habilitação profissional.

6.3.2 - Essa distinção não visa, em absoluto, a estabelecer diferenças hierárquicas no corpo docente. As diferenças, evidentemente, decorrerão do número de horas/semana de atividade e da habilitação profissional.

A propósito, vale transcrever da Lei nº 5692, capítulo V, os artigos abaixo:

"Art. 35. Não haverá qualquer distinção, para efeitos didáticos e técnicos, entre os professores e especialistas subordinados ao regime das Leis do trabalho e os admitidos no regime do serviço público".

"Art. 39. Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração dos professores e especialistas de ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especialização, sem distinção de graus escolares em que atuem".

6.3.3 - Tanto quanto possível, os professores do Colégio Polivalente serão habilitados para atuar indistintamente no núcleo comum e em parte da área de habilitação.

6.3.4 - O treinamento dos professores que atuarão no Colégio Polivalente será planejado pela Gerência de Recursos Humanos do PREMEN Nacional. Para efetivação do treinamento, o PREMEN NACIONAL firmará convênios com as Agências que creditar para tal fim (Universidades), ou que estiverem creditadas oficialmente (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR).

6.3.5 - Três hipóteses ocorrem quanto à habilitação do corpo docente do Colégio Polivalente.

Hipótese I

Professores com licenciatura plena, ou habilitados pelo CENAFOR, no esquema I e esquema II.

- Frequentar Curso de Reciclagem, ministrado por Agência de Treinamento (Universidade) creditada pelo

PREMEN NACIONAL.

A carga horária prevista é de 320 horas.

O programa mínimo, as normas didáticas e operacionais, a época de realização, serão propostos pela Gerência de Recursos Humanos através da Comissão de Administração do PREMEN NACIONAL às Agências de Treinamento, antes da assinatura dos Convênios para realização dos cursos.

Hipótese II

Professores com licenciatura plena, obtida em Faculdade de Filosofia e/ou Faculdade de Educação que complementem sua formação, habilitando-se à ministração de aulas e atividades relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias.

Esse tipo de curso será objeto de convênio especial entre o PREMEN, o CENAFOR, Universidade Federal e SEC.

Hipótese III

O especialista em áreas específicas de habilitação profissional, que seja elemento de alta qualificação profissional, atuando em empresas, poderá ser contratado para ministração de aulas e direção de atividades no CP. Esse elemento, que é portador de experiências e está atualizado com a tecnologia na empresa, é desejável para atuar no CP, na sua área específica.

Alem do Know-how de que é portador, representará um elo de ligação CP-Empresa.

A sua habilitação pedagógica será determinada, quanto à forma e duração, por portaria do DEM.

6.3.6 - A idéia de educação permanente do corpo de professores deverá ser uma constante.

Em um estabelecimento de ensino que deve ser suficientemente flexível quanto a sua estrutura curricular; que deve periodicamente reorganizar seus programas de trabalho para atender ao avanço das ciências e da tecnologia; que deve atuar sôbre uma comunidade em constante mutação; que deve ser um laboratório a serviço da pedagogia, notadamente no que tange ao atendimento das necessidades existenciais e profissionais dos adolescentes, num estabelecimento que a tudo isso se propõe, o corpo docente deve estar sempre "à frente de si mesmo". A sua visão prospectiva da educação será, em parte, conseguida através do seu treinamento permanente.

6.3.6.1 - Esse treinamento admite uma variedade grande de abordagens.

6.3.6.2 - Uma primeira é a do treinamento em serviço, para o que a reserva de horas/atividade, que não as horas/aulas, abre margem para uma programação do Conselho Técnico e Administrativo que vise a:

- reuniões periódicas dos professores dos diversos grupamentos disciplinares;
- cursos intensivos, ministrados durante os semestres letivos.

6.3.6.3 - Outra, de duração mais longa, se refere à obrigatoriedade de os professores frequentarem cursos de férias, ministrados:

- por conta do Conselho Técnico e Administrativo e do Conselho Comunitário;
- pelas Universidades e outras Agências de Treinamento;
- pelo MEC e SEC.

6.3.6.4 - A frequência e aproveitamento aos cursos anteriormente referidos estarão vinculados à:

- melhoria salarial, conforme determinação das SECs;
- carreira de magistério, a ser institucionalizada pelas SECs.

6.4 - Atribuições por professores

6.4.1 - Serão definidas em duas etapas:

- 1ª - durante o treinamento, tomando por base documento de sugestão a ser redigido pela Gerência de Recursos Humanos do PREMEN NACIONAL;
- 2ª - pelas instruções de serviço que forem baixadas pelo diretor do CP, com base no documento acima referido e na legislação estadual específica.

6.5 - Incentivos salariais

6.5.1 - Ao professor do CP devem ser oferecidas oportunidades de trabalho e incentivos salariais, de molde a torná-lo um profissional que possa desempenhar com eficiência suas tarefas.

6.5.2 - As condições materiais do CP, a distribuição das cargas horárias semanais, procuram responder pela primeira parte da proposição anterior.

6.5.3 - Os incentivos salariais:

- 6.5.3.1 - O salário-base para trinta (30) horas/semana deve ser igual no mínimo a 6 (seis) vezes o salário mínimo local;
- 6.5.3.2 - O salário para o tempo integral, consequentemente, será calculado tomando-se por base o salário de tempo parcial (30 h/semana) mais o acréscimo percentual, devido pelas horas além das trinta/semana/turno;
- 6.5.3.3 - de acordo com a legislação estadual que regula os aumentos em função do tempo de serviço, e de acordo com o que a SEC determine sobre o previsto no item 6.3.6.4, o salário-base do professor terá os acréscimos legais respectivos;
- 6.5.3.4 - O pagamento por serviços prestados, quando se trate de conferencistas ou de especialistas referidos na Hipótese III - subitem 6.3.5, será determinado pelo Conselho Técnico e Administrativo do Colégio Polivalente.

7. Alunos

7.1 - Introdução

- 7.1.1 - O Colégio Polivalente considera o aluno como sujeito de uma educação, que é auto-educação fundamentalmente. O corpo docente e a equipe técnica e administrativa constituem a infraestrutura de recursos humanos, treinada e

voltada para a orientação da auto-educação do corpo docente.

7.1.2 - Posta essa consideração inicial, cabe ressaltar que todos os esforços devem ser realizados, constantemente, para que o ambiente de trabalho escolar não favoreça uma dicotomia perniciosa entre alunos e professores. A meta de integração e interação é básica no Colégio Polivalente.

7.2 - Matrícula

7.2.1 - Colégio e comunidade são a primeira variável a considerar na questão das matrículas. Isso significa que, preferencialmente, mas não obrigatoriamente, deverão ser matriculados no CP alunos cujas residências guardem a relação de proximidade indispensável e necessária, para a ação recíproca escola-comunidade.

7.2.2 - Outra variável é a faixa etária, prevista normalmente para a matrícula em escolas de 2º grau.

Os limites propostos para o CP são os seguintes:

14 a 16 -	1ª série
15 a 17 -	2ª série
16 a 18 -	3ª série

7.2.3 - O número de vagas será determinado, periodicamente, pelo diretor do CP.

7.2.4 - Para ingresso no CP, todos os alunos poderão ser submetidos a provas, a critério da direção da Escola.

7.2.4.1 - Os tipos de provas e os respectivos pesos serão determinados pelo diretor do CP, baseado em parecer do Conselho Técnico e Administrativo.

7.2.4.2 - Se a oferta de vagas for inferior à demanda, as provas determinarão, em sistema classificatório, os alunos que poderão matricular-se no CP.

7.2.5 - O histórico escolar do aluno que se matricula no CP, independentemente de sua escola de origem, é documento de suma importância, para possibilitar à equipe técnica e docente, juntamente com os resultados das provas, o levantamento do perfil de personalidade, vocacional e de escolarização real de cada aluno.

O diagnóstico resultante dessa análise é de competência do Serviço de Orientação Educacional e Profissional e do Serviço de Coordenação Pedagógica e servirá de base para a composição das turmas.

7.3 - Número de alunos do CP

7.3.1 - O número máximo previsto para os dois turnos de funcionamento, é de 1600 alunos.

7.3.1.1 - Dada as características da estrutura curricular, nem sempre o CP abrigará os 800 alunos de um turno em suas instalações, mas elas devem

ser previstas de molde a tê-los, em determinadas faixas do horário, trabalhando em suas dependências.

7.3.1.2 - Todavia, a oferta de matrículas, de áreas de habilitação de opções, de atividades previstas no currículo pleno, devem estar conjugadas de tal forma que a capacidade ociosa das instalações seja reduzida ao mínimo.

7.4 - Representatividade

7.4.1 - O corpo discente deve valer-se do direito de representação, para isso tendo como órgão de classe o Conselho de Alunos - (CA).

7.4.2 - O Regulamento do CA, que definirá a estrutura, composição, normas de funcionamento, áreas de atuação, deve ser elaborado por um grupo de alunos, designados pelos colegas, em eleição.

O anteprojeto deverá ser submetido à apreciação do Conselho Técnico e Administrativo, antes de ser aprovado pelo Diretor.

7.4.3 - Além das atividades que normalmente são previstas para um Conselho de Alunos, é de suma importância que sejam propostas, equacionadas e montadas outras que aumentem a funcionalidade do Conselho (CA).

7.4.3.1 - O primeiro exemplo:

articulação do CA com o Serviço de Orientação Educacional e Profissional e com o Serviço de Coordenação Pedagógica, para o levantamento

periódico dos alunos com insatisfatório rendimento nos estudos. Atuação: formar equipes de colegas que se disponham, sistematicamente, a auxiliar os outros colegas, no trabalho de recuperação de estudos e/ou outras atividades curriculares.

7.4.3.2 - O segundo exemplo:

a mesma articulação prevista anteriormente, para cooperar com ambos os serviços no levantamento periódico do mercado - de - trabalho (urbano, municipal e microrregional), com vistas a:

- reajustamento no currículo pleno do CP;
- informações aos demais colegas sobre as perspectivas do mercado-de-trabalho, no que tange às necessidades de técnicos de nível médio;
- informações aos demais colegas sobre o estágio nas empresas: tipos, vantagens, obstáculos, normas de atuação, etc.

7.4.3.3 - O terceiro exemplo:

Articulação com o Conselho Comunitário para a montagem de projetos de atuação comunitária, nos períodos escolares e nos períodos de férias. Os projetos referentes aos períodos de férias escolares, guardadas as devidas proporções, deverão ter como modelo a atuação comunitária do Projeto RONDON.

O COLÉGIO POLIVALENTE E AS EMPRESAS1. Introdução

1.1 - Em um sistema educacional como o brasileiro, a educação beneficia a três grandes conjuntos:

Família-indivíduo

Sociedade

Empresas

1.2 - Esses beneficiários, por seu turno, contribuem, de uma ou de outra maneira, para o financiamento da educação.

1.2.1 - A família e o indivíduo - quando o ensino não é obrigatório, portanto gratuito - através de diversas formas de contribuição: caixa escolar, pagamento de taxas, mensalidades, etc.

1.2.2 - A sociedade, através da União, dos Governos Estaduais e dos Municipais, na implantação, ampliação e manutenção dos respectivos sistemas de ensino e sob outras formas: bolsas de estudo, fundos assistenciais diretos ou indiretos, etc.

1.2.3 - As empresas, indiretamente pelo Imposto de Renda; diretamente pelo treinamento da mão-se-obra de que necessita, ou face ao disposto na Lei nº 5.692, CAPÍTULO VI -, do qual são transcritos a seguir os ARTIGOS 47, 48, 49, 50 e 51.

- Art. 47 - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino de 1º grau gratuito para seus empregados e o ensino dos filhos destes entre os sete e os quatorze anos ou a concorrer para esse fim mediante a contribuição do salário-educação, na forma estabelecida por lei.
- Art. 48 - O salário-educação instituído pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, será devido por todas as empresas e demais entidades públicas ou privadas, vinculadas à Previdência Social, ressalvadas as exceções previstas na legislação específica.
- Art. 49 - As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no Art. 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades.
- Art. 50 - As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.
- Art. 51 - Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, conforme dispuser o respectivo sistema e dentro das peculiaridades

ridades locais, receptores de rádio e televisão edu
cativos para o seu pessoal.

Parágrafo único - As entidades particulares que recebam
subvenções ou auxílios do Poder Público deverão co
laborar, mediante solicitação deste, no ensino su-
pletivo de adolescentes e adultos, ou na promoção
de cursos e outras atividades com finalidade educa-
tivo-cultural, instalando postos de rádio ou tele-
visão educativos.

1.3 - No âmbito específico do ensino de 2º grau, que visa à habilita-
ção profissional dos adolescentes, habilitação essa de que care-
ce o sistema econômico nacional como um todo e as empresas em
particular, outras formas de integração cooperativa ESCOLA-EM-
PRESA, devem ser buscadas.

2. O Colégio Polivalente como Centro de Educação Geral e de Habilidade Profissional

2.1 - Por sua natureza, decorrente das proposições legais que tradu-
zem uma necessidade do processo histórico brasileiro, a escola
de 2º grau é um centro de educação geral e de habilitação pro-
fissional.

Compete-lhe, no tocante aos alunos, propiciar-lhes educação in-
tegral, levando-os a alcançar os ideais de auto e heteroeduca-
ção, que se completam com sua habilitação para o trabalho produ-
tivo.

O ajustamento social do indivíduo é função, também, de sua capa-
citação profissional e de seu complemento, que é sua participa-
ção consciente no trabalho.

2.2 - Como centro de habilitação profissional, cabe à escola de 2º grau, além de oferecer aos alunos uma ou mais habilitações, estimular e desenvolver, através das atividades curriculares, não apenas as aptidões, mas todo um espírito dedicado ao trabalho, tais como: hábito de cooperação, de assiduidade, de exatidão, de correção, de reflexão; criatividade; auto-superação; julgamento de valores; economicidade e produtividade, etc.

Nesse particular o resultado do trabalho escolar, preparando o futuro profissional para as empresas, deve traduzir-se em mudanças de comportamento, mensuráveis formal e sistematicamente.

A escola, em suma, não reproduzirá o ambiente de trabalho das empresas, muitas vezes tão variável quanto elas mesmas, mas buscará despertar ou ampliar, em seus alunos, o "espírito de conduta no trabalho".

2.3 - Direta ou indiretamente dependentes dos comportamentos então incorporados à sua personalidade, a habilitação profissional do jovem visa à consecução de determinados pré-requisitos que o sistema empresarial está a exigir dos que nele se integrarem. A realização profissional será alcançada se a escola lhe ofereceu o instrumental hábil para a execução das tarefas que lhe caberão na vida de trabalho.

2.4 - Entretanto, a habilitação profissional, em termos de educação, não deve ser entendida como uma simples preparação para o trabalho. Se assim fosse, estaríamos incorrendo em erro primário: passar de uma educação alienada do mundo do trabalho, para uma educação a serviço das empresas.

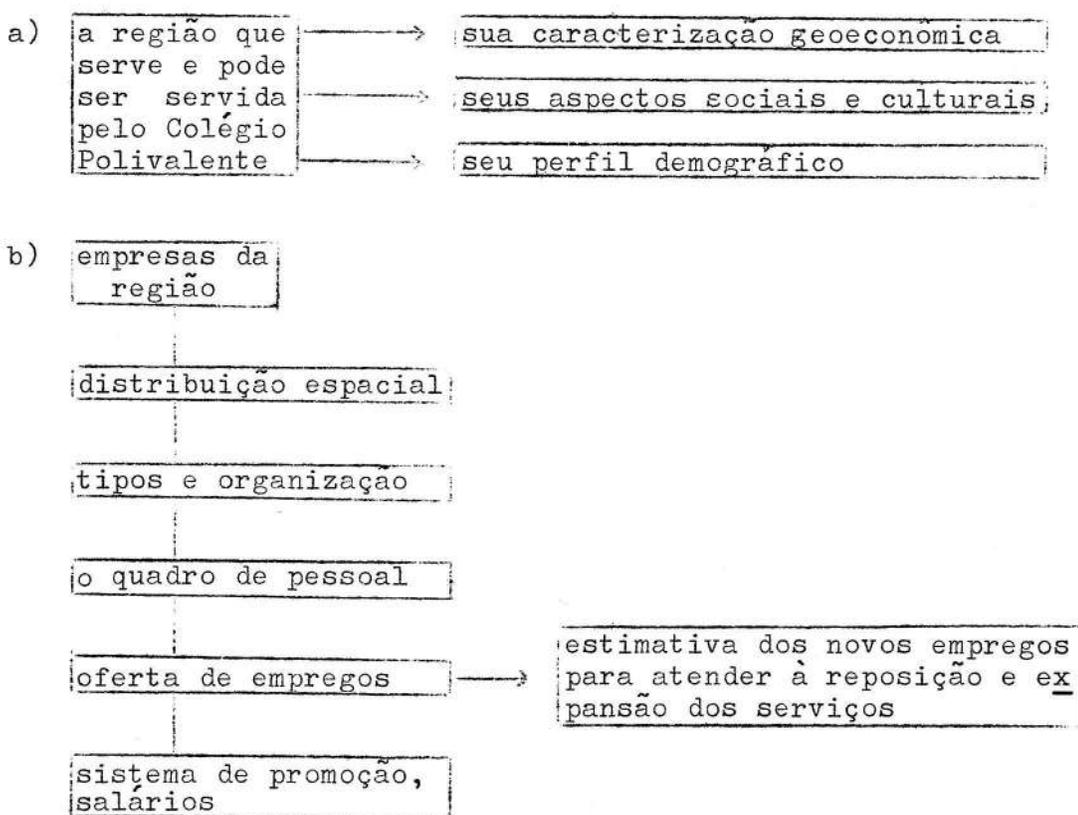
3. Entrosamento Colégio Polivalente-Empresa

3.1 - O entrosamento operacional entre a escola - "agência de educação" e a empresa - "agência de preparação para o trabalho", é uma das condições básicas para a eficiência do ensino de 2º grau.

3.2 - Informar-se para habilitar

3.2.1 - A preparação dos recursos humanos necessários às empresas, decorrerá, obviamente, do conhecimento que o Colégio Polivalente tenha de suas exigências quantitativas e qualitativas.

3.2.2 - Para tanto, o Colégio Polivalente deve dispor de mecanismos que lhe possibilitem a obtenção de informes relacionados com:



- 3.2.3 - Esses informes, que devem estar em constante processo de renovação cadastral, servirão de suporte para o trabalho dos órgãos especializados do Colégio Polivalente:
- 1º - O Serviço de Coordenação Pedagógica para atualização do currículo e sua aplicação operacional;
 - 2º - O Serviço de Orientação Educacional e Profissional, para cooperar com os alunos, no sentido de permitir-lhes:

- seu contato com o mundo do trabalho;
- o conhecimento global e setorial do meio em que vivem e onde deverão atuar, como cidadãos e como profissionais.

a fim de que possam fazer sua escolha consciente quanto a sua habilitação profissional.

- 3.2.4 - O setor encarregado no Colégio Polivalente, de manter o cadastro referido anteriormente, é o Setor de Cadastro do Serviço de Orientação Educacional e Profissional. O professor encarregado desse Setor, na sua reciclagem, receberá treinamento específico que o capacite ao eficiente desempenho de suas atividades.

O Setor de Cadastro funcionará em estreita ligação com o Serviço de Coordenação Pedagógica, com o Conselho Técnico Administrativo, o Conselho Comunitário e o Conselho de Alunos.

3.3 - O Conselho Comunitário

- 3.3.1 - O Colégio Polivalente deve manter, como um dos aspectos de sua política de educação, uma articulação estreita e perfeita com a comunidade.

Um dos apoios para tal objetivo é o trabalho do Conselho Comunitário.

3.3.2 - Ele deve ser composto por elementos expressivos da comunidade; do comércio, da indústria e da agricultura; de associações de classe; da administração municipal; das forças armadas; dos clubes de serviços e de outras instituições em condições de informar e orientar sobre as empresas da comunidade, suas características e requisitos.

3.3.3 - O Conselho Comunitário:

- será presidido pelo diretor do Colégio Polivalente;
- terá um representante de cada grupamento acima referido, designado pelo período de 1 (um) ano, pelos respectivos grupamentos;
- prestará colaboração gratuita ao Colégio Polivalente;
- será regulado quanto a sua estrutura e atribuições por Regimento Interno.

3.3.4 - Entre outras atribuições, basicamente caberá ao Conselho Comunitário:

- 1º - servir de elemento de ligação entre o Colégio Polivalente e as empresas e instituições;
- 2º - Informar o Setor de Cadastro sobre o mercado de trabalho;
- 3º - cooperar com o CP nos entendimentos deste com as empresas e instituições, para a organização de estágios para os alunos. A este propósito vale transcrever da Lei nº 5.692, do Capítulo I - o art.6º - "Artigo 6º - As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.

Parágrafo único - O estágio não acarretará para as empresas nenhum vínculo de emprego, mesmo que se remunere o aluno estagiário, e suas obrigações serão apenas as especificadas no convênio feito com o estabelecimento."

3.4 - Intercomplementaridade

3.4.1 - Recomenda a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que os estabelecimentos de ensino da mesma localidade promovam a intercomplementaridade e a entrosagem, com a finalidade de aproveitarem a capacidade ociosa dos serviços educacionais e os recursos humanos disponíveis. A intercomplementaridade é, ainda, possível, com outras instituições sociais.

(Ver cap. I, art. 3º, letras a, b e c).

3.4.2 - A Direção do Colégio Polivalente, através de seus elementos técnicos e docentes e do Conselho de Alunos, poderá organizar a Carta Escolar da Comunidade, com vistas ao máximo aproveitamento dos recursos técnicos e humanos da região.

A Carta Escolar facilitará a criação de mecanismos para o intercâmbio de serviços educacionais.

3.4.3 - Vários aspectos da intercomplementaridade poderão ser explorados pelo Colégio Polivalente:

1º - aproveitamento de Colégios Técnicos, Institutos de Educação e/ou Escolas Normais para a parte de especialização profissional.

29 - Convênios com empresas; centros de treinamento; instituições de caráter científico e outras; órgãos da administração pública; órgãos das forças armadas, museus, laboratórios; hospitais, etc. etc., para as atividades relacionadas com a habilitação específica ou com programações de atividades do Colégio Polivalente.

3.4.4.- Convém, entretanto, que se estabeleçam critérios para a instituição da intercomplementaridade, que só deve ser praticada quando considerada conveniente ao processo educativo.

H - A MANUTENÇÃO DO COLÉGIO POLIVALENTE

A MANUTENÇÃO DO COLÉGIO POLIVALENTE1. Introdução

- 1.1 - Por força de Convênio - MEC - ESTADO, o Colégio Polivalente, após construído, equipado e com a lotação considerada normal, quanto aos recursos humanos, é integrado ao sistema estadual de educação.
- 1.2 - Não obstante as especificações educacionais se pautarem pelos princípios da solidez, funcionalidade e flexibilidade de uso do prédio escolar;
- não obstante as especificações técnicas do equipamento, de igual maneira, se orientarem pelas preliminares de resistência, durabilidade e versatibilidade;
- não obstante a equipe docente e a técnica e administrativa serem treinadas de forma a apresentarem o máximo de eficiência no desempenho de suas atividades;
- é forçoso reconhecer que os custos de manutenção de cada CP serão elevados.

2. A manutenção

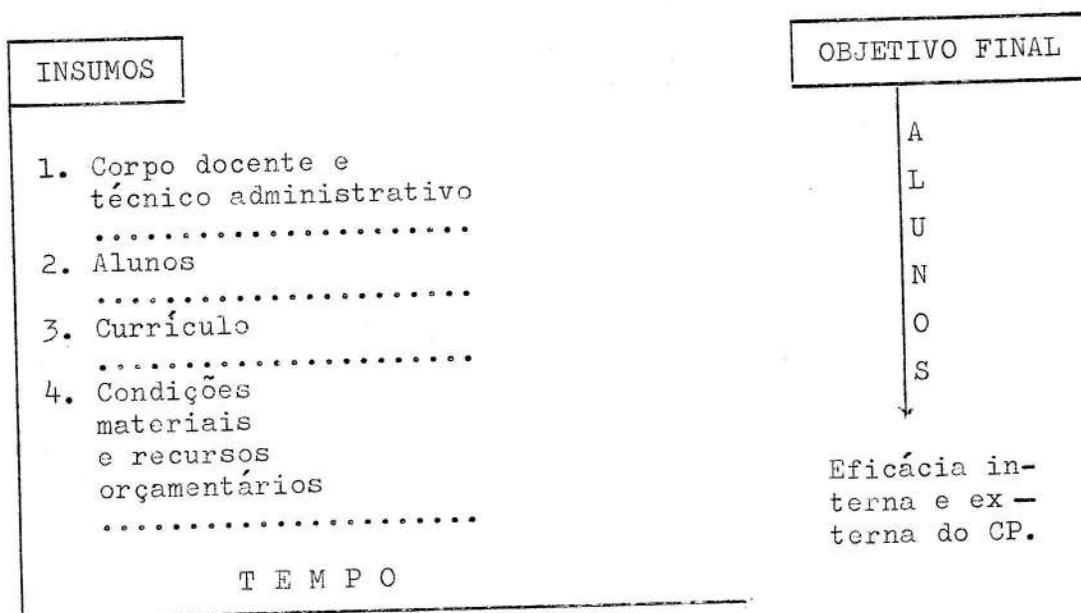
- 2.1 - O "custo - manutenção" envolve vários aspectos:

- despesas com a manutenção do prédio escolar e área em que o mesmo está instalado;
- despesas com a manutenção do equipamento;
- despesas com material de consumo;
- despesas com pagamento do pessoal docente e técnico e administrativo;
- despesas assistenciais.

2.2 - A responsabilidade de manutenção de cada CP é da SEC que aloca-
rá recursos orçamentários específicos para tal fim.

2.3 - Já é ponto pacífico, em política educacional brasileira, que edu-
cação é investimento.

Cumpra, todavia que os insumos educacionais sejam, não apenas
dimensionados realisticamente, mas garantidos, para que haja
condições de trabalho de molde a permitir que o objetivo final
(alunos educados segundo os objetivos do CP) seja atingido.



2.3.1 - Como se depreende do gráfico acima, a eficácia interna
do CP, traduzida em alunos bem educados, capazes de res-
ponder às necessidades pessoais de auto-realização e às
necessidades comunitárias (desenvolvimento e não apenas
crescimento quantitativo), é função de muitas variáveis.
A de número 4, se não é condição "sine qua non" é de
altíssima relevância para que a composição dos insumos
seja equilibrada.

A fase do "esforço heróico" em suprir deficiências es-
truturais deve constituir capítulo histórico da educa-
ção.

- Educação é investimento e a boa educação exige custos altos

3. Se por um lado cabe à SEC a manutenção do CP, por outro lado cabe aos alunos que têm o direito à educação proporcionada pelo Estado, em investimentos básicos e adicionais, o dever de se educarem e de cooperarem para essa educação.

3.1 - Em termos de responsabilidade de foro íntimo, resulta que o dever do aluno em dispender esforços máximos para se educar será uma tônica - diríamos quase uma mística - do CP.

3.2 - Em termos de responsabilidade em contribuir para o item 4, anteriormente referido ao se tratar de Insumos, os alunos do CP devem ser orientados para a valorização, cuidado e manutenção do prédio e dos equipamentos escolares. Essa tarefa cabe ao corpo docente, através da orientação constante aos alunos; é também responsabilidade do Conselho de Alunos.

3.3 - O ensino no CP não será totalmente gratuito.

3.3.1 - A Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, tem, a seguir, transcritos tópicos que justificam a proposição supra.

CAPÍTULO VI

Art. 41 - A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la.

Parágrafo único - Respondem, na forma da lei, solidariamente com o Poder Público, pelo cumprimento do preceito constitucional da obriga-toriedade escolar, os pais ou responsáveis e os empregadores de toda natureza de que os mesmos sejam dependentes.

Art. 44 - Nos estabelecimentos oficiais, o ensino de 1º grau é gratuito dos 7 aos 14 anos, e o de níveis superiores sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos e não tenham repetido mais de um ano letivo ou estudos correspondentes no regime de matrícula por disciplinas.

Art. 46 - O amparo do Poder Público a quantos demonstrem aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos far-se-á sob forma de concessão de Bolsas de Estudo.

Art. 62 - Cada sistema de ensino compreenderá, obrigatoriamente, além de serviços de assistência educacio-nal que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar, entidades que congreguem professores e pais de alunos, com o objetivo de colaborar para o eficiente funcionamento dos estabelecimentos de ensino.

Art. 63 - A gratuidade da escola oficial e as bolsas de estudo oferecidas pelo Poder Público serão progressivamente substituídas, no ensino de 2º grau, pela concessão de bolsas sujeitas à restituição.

Parágrafo único - A restituição de que trata este artigo poderá fazer-se em espécie ou em serviços profissionais, na forma de que a lei determinar.

3.3.2 - Cada Estado legislará a respeito do pagamento a ser feito: anual, semestral, por disciplina, etc.

O PREMEN sugere, para consideração da SEC, o que abaixo se segue, dado que o CP é uma experiência educacional.

1º - O pagamento será por semestre letivo, podendo ser feito em uma ou até seis vezes.

2º - O elemento-base para o cálculo do pagamento é a declaração do Imposto de Renda da família, relativa ao ano-base imediatamente anterior ao ano da matrícula do aluno no CP.

Sobre o total devido ao IR o CP cobrará 10% para o semestre letivo.

3º - Para as famílias isentas do pagamento do IR, por lei ou omissas na apresentação da respectiva declaração, o cálculo será o seguinte:

- a) Renda familiar mensal de um (1) salário-mínimo regional - 10% do valor do salário, por semestre.
- b) Renda familiar de um (1) a três (3) salários-mínimos regional - 15% do valor do salário, por semestre.
- c) Renda familiar mensal de três (3) a cinco (5) salários-mínimos regional 20% do valor do salário mínimo, por semestre.
- d) Renda familiar mensal de cinco (5) a dez (10) salários-mínimos regional - 25% do valor do salário, por semestre.
- e) Renda familiar mensal superior a dez (10) salários-mínimos, porém com isenção do pagamento do IR - 30% do valor do salário, por semestre.

4. Não deve haver cobrança da taxa de matrícula.
5. Os resultados da cobrança da taxa de ensino constituirão um fundo conhecido como "Fundo de Financiamento do CP", movimentado pelo Tesoureiro e pelo Diretor, de acordo com a deliberação do CTA, baseada nas propostas de cada um de seus membros e especialmente do Serviço de Orientação Educacional e Profissional.
6. Esse fundo destina-se prioritariamente ao atendimento de alunos de re cursos financeiros limitados, para:

- aquisição de material escolar;
- uniforme (se for o caso) ou roupa para frequentar o CP, aí incluído o material necessário para Educação Física;
- aquisição de material escolar indispensável para trabalhos práuticos;
- auxílio-refeição;
- auxílio médico-odontológico;
- cobertura de despesas com excursões, visitas e pesquisas na comunidade.

- 6.1 - Os fundos arrecadados pela direção da Escola serão depositados em conta especial, na Caixa Econômica, de forma a garantir juros e correção monetária (Caderneta de Poupança).
- 6.2 - Na hipótese de serem atendidos os alunos de recursos financeiros limitados e haver saldo na conta no final de cada dois semestres letivos, poderão ser retirados até 40% do referido saldo para manutenção do prédio escolar, equipamento e reequipamento das salas de aula (salas-ambiente, laboratórios, oficinas e outras), e de outras dependências; despesas com material de consumo.

7. A Cooperativa do CP se destina à venda de material escolar e outros artigos ligados às atividades dos alunos do CP.
O balanço semestral destinará 50% dos lucros obtidos para auxiliar os gastos com a manutenção do prédio escolar, equipamento e reequipamento das salas, despesas com material de consumo.
8. A Cantina Escolar, que poderá ser arrendada a terceiros, contribuirá de forma adequada para o "Fundo de Financiamento do CP".
9. Tanto a Cooperativa do CP como a Cantina Escolar serão regulados por regimentos específicos, baixados pelo diretor do CP, ouvido o CTA.
10. Outras fontes de captação de recursos financeiros deverão ser acionadas pelo Círculo de Pais e Professores e pelo Conselho Comunitário, podendo envolver as empresas locais e regionais.
11. Os fundos provenientes da Cooperativa do CP, da Cantina Escolar, do Círculo de Pais e Professores, do Conselho Comunitário e outros, serão depositados na conta "Fundo de Financiamento do CP", na Caixa Econômica, sendo movimentados pelo Diretor e pelo Tesoureiro do CP.
12. Será interessante que o CTA preveja a aplicação de uma parcela do "Fundo de Financiamento do CP", que é constituído por recursos extra-orçamentários obtidos pelo Colégio Polivalente, de várias fontes, em ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) ou outras Letras do Governo, a fim de constituir um fundo patrimonial rentável que, por sua vez, aumentaria os recursos disponíveis do CP.
Essa medida, além do seu aspecto estritamente financeiro, é validada pelo seu aspecto educativo-poupança - que relacionará o CP com a realidade nacional.

13. Cada Serviço e/ou Setor do CP deve apresentar nos prazos legais previstos pelo Diretor do CP, os orçamentos-programa para o exercício seguinte.
14. A composição do orçamento-programa do CP é atribuição do CTA, assessorado pelo Tesoureiro do CP. Após aprovação do Diretor do CP, o orçamento-programa será encaminhado à SEC, nos prazos e na forma que ela estabelecer.
15. A aplicação extraordinária de recursos será feita pelo Diretor, após ouvido o CTA.
16. Cabe ao Estado, através dos seus Órgãos específicos, controlar a execução do orçamento-programa.
17. Se a captação de recursos extra-orçamentários, pelo Colégio Polivalente, exceder de 1/3 da rubrica "Despesas com Pagamento de Pessoal", que é atribuição da SEC, parte do excesso (50%) será recolhida à mesma SEC, que preferencialmente, o aplicará em outro(s) Colégio(s) da rede estadual, carente(s) de recursos para manutenção do prédio e do equipamento.

I - DIMENSIONAMENTO TEÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE

DIMENSIONAMENTO TEÓRICO DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Princípios básicos

1.1 - A definição das áreas úteis para o funcionamento do Colégio Polivalente depende da aceitação de alguns princípios básicos e postulados que servirão de suporte ao raciocínio teórico para a delimitação do espaço total assim como das diversas unidades específicas que comporão a escola.

1.2 - Essencial a todo o desenvolvimento da metodologia utilizada foi o pronunciamento do Conselho Federal de Educação que estabeleceu para o ensino de 2º grau os seguintes princípios básicos, em cumprimento ao que prescreve a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971:

- as matérias do núcleo-comum serão desenvolvidas sob a denominação de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, definidas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos;
- as disciplinas do núcleo-comum terão carga horária inferior às de formação especial.

Além desses dois postulados de sentido estritamente curricular, torna-se necessária a adoção de alguns outros relacionados com a estrutura e a administração da escola.

1.3 - Capacidade máxima de matrículas

1.3.1 - Vários pronunciamentos há, de organizações internacionais, que recomendam como um satisfatório número de alunos numa escola o total de 400 a 800. Abaixo de 400 se

ria antieconômico e acima de 800 seria antipedagógico . A própria UNESCO definiu-se dentro de tais limites e a experiência dos educadores brasileiros também não foge a essa regra.

1.3.2 - Tratando-se aqui de escola de adolescentes de 15 a 18 anos, a decisão dos planejadores do Colégio Polivalente fixou-se no número de 800 alunos, por turno, podendo a escola, destarte, em dois turnos, matricular 1.600 alunos.

1.4 - Composição numérica das turmas

1.4.1 - A composição das turmas do Colégio, ou melhor, o limite de matrículas por sala de aula mereceu especial estudo. Se bem que o fator quantidade esteja sempre pressionando a composição da turma, o fator qualitativo foi também considerado, procurando-se, do mesmo modo que na Escola Polivalente, obter um limite ótimo, sem prejuízo da qualidade do ensino e sem quebra do princípio econômico que deve orientar as atividades da empresa educacional. Quanto ao aspecto pedagógico, o número ideal estaria entre 25 a 30 alunos/sala, embora o aspecto econômico demande um limite bastante diferente.

1.4.2 - Adotou-se para a Escola Polivalente o total de 40 alunos por turma, permitindo a divisão da turma em duas partes para as aulas de Ciências e de Artes Práticas. Essa foi a melhor solução, para ajustar quantidade e qualidade.

1.4.3 - Desse modo adotou-se o princípio de 40 alunos por turma para as disciplinas do núcleo-comum, à exceção de Ciências Físicas e Biológicas. Para estas, as turmas serão compostas de 20 alunos, ensejando uma melhor assistência do professor e uma maior individualização do ensino, com evidente eficiência na aprendizagem dos alunos.

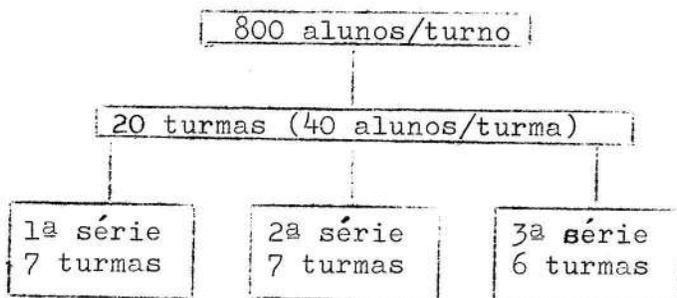
1.4.4 - Do mesmo modo que nas Ciências Físicas e Biológicas, as turmas serão de 20 alunos em todas as aulas de disciplinas especializadas, onde a formação com vistas à habilitação profissional demanda maior orientação do professor na aprendizagem, por se revestir o ensino de caráter marcadamente prático. É que aí se aprende melhor fazendo, sendo, neste caso, o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo aluno, indispensável.

1.5 - Fluxo escolar

1.5.1 - Outro pressuposto indispensável e de ordem estritamente educacional está relacionado com o fluxo escolar, isto é, a produtividade medida em termos de matrículas iniciais na primeira série e conclusões de curso ao fim da terceira, numa série histórica de três anos. Mais uma vez o fator econômico pressionou a decisão dos planejadores educacionais, levando-os a admitir como necessário e conveniente o fluxo que se exprima por taxas em torno de 90%, pelo menos. Ideal seria o fluxo de 100%, mas de antemão, se pode admitir a impossibilidade de obtê-lo ao considerar os fenômenos sociais normais de abandono da escola por morte, doença, mudança de residência, etc. A escola deve aprovar, no fim de cada três

anos, todos os alunos que nela ingressaram. Essa é inegavelmente, uma meta ambiciosa, mas desejável e factível.

Assim deverá ter o Colégio Polivalente:



1.6 - Carga horária semanal

1.6.1 - O último ponto-chave a ser abordado é o da carga horária semanal.

A Lei nº 5.692 determina, como mínimos:

- 1º - 180 dias letivos por ano;
- 2º - 2.200 horas para os cursos de 3 anos, ou sejam, 733 horas/ano;
- 3º - 2.900 horas para os cursos de 4 anos.

1.6.2 - Adotando-se como carga semanal o total de 30 (trinta) horas/semana/turno, ter-se-á um curso de 3 (três) séries com um total de 2.700 horas.

1.6.3 - Aceita a média de 2.700 horas, ter-se-á um ano letivo de 900 aulas e uma carga horária semanal de 30 aulas.

1.7 - Síntese

Resumindo os pressupostos:

- 1.7.1 - Núcleo-comum: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas;
- 1.7.2 - núcleo-comum menos que 50% de carga horária total;
- 1.7.3 - 1.600 alunos, sendo 800 por turno;
- 1.7.4 - 20 turmas de 40 alunos nas disciplinas do núcleo-comum;
- 1.7.5 - turmas de 20 alunos, nas disciplinas de Ciências Físicas e Biológicas;
- 1.7.6 - turmas de 20 alunos em disciplinas especializadas;
- 1.7.7 - fluxo escolar de 90%, pelo menos, traduzido em 7 turmas de 1ª série, 7 de 2ª série e 6 de 3ª série;
- 1.7.8 - carga horária semanal média de 30 aulas.

Combinando-se todos êsses dados básicos, pode-se armar o problema representado pela tabela que se segue.

2. Distribuição teórica das cargas horárias

Disciplinas, Atividades (currículo pleno)		Carga Horária						Média
		1ª série		2ª série		3ª série		
		Min.	Max.	Min.	Max.	Min.	Max.	
Núcleo Comum	Língua Portuguesa e Lit. Brasileira	3	6	3	6	3	6	4
	Geografia e História	2	2	2	2	2	2	2
	Matemática	3	6	3	6	3	6	4
	Ciências Físicas e Bio- lógicas	3	9	3	9	3	9	4
	TOTAL MÉDIO	14		14		14		14
Ativi- dades	Educ. Física	Sempre		Sempre		Sempre		
	Educ. Artística	em		em		em		
	Educ. Moral e Cívica	outro		outro		outro		
	Prog. de Saúde	turno		turno		turno		
	Ed. Religiosa							
Disci- plinas especia- lizadas (habili- tação profis- sional)	(dependentes do tipo de habilitação)	x	y					$\frac{x + y}{2}$
		x	y					2
		x	y					
		x	y					
		x	y					
TOTAL MÉDIO		16		16		16		16
TOTAL GERAL MÉDIO		30		30		30		30

O quadro acima dá, em média, uma idéia do currículo do núcleo-comum, compreendendo-se os ajustamentos na média, como uma forma de compor a carga horária semanal (14 horas) dentro dos limites da resolução do Conselho Federal de Educação - (menos de 50% do total).

É obvio que para Ciências Físicas e Biológicas o mínimo de 3 horas se manais significa o ensino de Ciências, integrando Física, Biologia e Química e o máximo de 9 horas deve corresponder ao ensino de cada uma delas isoladamente. A média que seria 6 foi reajustada para 4, a fim de totalizar a carga horária semanal adotada como limite máximo pelo Conselho Federal de Educação. Todas as médias apontadas na tabela sig nificam relação entre extremos, que podem variar de ano a ano. Aceitas as médias, o quadro a seguir mostra as necessidades exatas de espaços na escola para o núcleo-comum:

(vide quadro na página seguinte)

3. Quadro das Necessidades Espaciais para as Disciplinas do Núcleo-Comum

A	B	C	D	E	F	G	H	
Sé- ries	Disciplinas	Nº de tur- mas	Alu- nos	Horas de aulas p/semana em média	Total de ho- ras de aula p/ semana (C x E)	Disponi- bilidade em horas aula p/ semana, p/unid.	Necessi- dade em unidades espaciais	
1ª	Ling.Portug. e Lit.Brasileira	7	40	4	28	30	0,93	
	Geog.e História	7	40	2	14	30	0,46	
	Matemática	7	40	4	28	30	0,93	
	TOTAL	-	-	10	70	-	2,32	
	Ciências Fis. e Biológicas	14	20	4	56	30	1,86	
2ª	Ling.Portug. e Lit.Brasileira	7	40	4	28	30	0,93	
	Geog.e História	7	40	2	14	30	0,46	
	Matemática	7	40	4	28	30	0,93	
	TOTAL	-	-	10	70	-	2,32	
	Ciências Fis.e Biológicas	14	20	4	56	30	1,86	
3ª	Ling.Portug. e Lit.Brasileira	6	40	4	24	30	0,80	
	Geog.e História	6	40	2	12	30	0,40	
	Matemática	6	40	4	24	30	0,80	
	TOTAL	-	-	10	60	-	2,00	
	Ciências Fis. e Biológicas	12	20	4	48	30	1,60	
Resu- mo	Ling.Portug. e Lit.Brasileira	-	UNIDADES ESPACIAIS NECESSÁRIAS					2,66
	Geog.e História	-	-	-	-		1,32	
	Matemática	-	-	-	-		2,66	
	TOTAIS PARCIAIS				200	30	6,64(7)	
	Ciências Fis. e Biológicas	40	-	4	160	30	5,32(6)	
TOTAL GERAL					360	30	13	

3.1 - As necessidades de salas e laboratórios para o núcleo-comum são, portanto, respectivamente 7 salas de aulas e 6 laboratórios. Utilizando, ainda os números globais aceitos como postulados recomendáveis como carga horária média, pode-se compor o quadro seguinte:

3.2 - Unidades espaciais para as disciplinas de habilitação profissional

Disciplinas	Nº de turmas	Alunos	Horas de aula p/semana	Total horas aula p/sem.	Disponibilidade em horas aula p/sem. p/unidade	Necessidade de unidades espaciais
Núcleo-Comum	20	40/20	X	X	X	X
Atividades						
Especializadas ou de habilitação profissional	40	20	16	640	30	21,33

3.3 - Em suma, a escola deverá dispor de 22 ambientes independentes para que possa oferecer a seus 800 alunos, por turno, oportunidades de aprendizagem especializada.

3.4 - É evidente que esses ambientes deverão receber equipamentos em função da destinação específica de cada um deles. As habilitações diversificarão os ambientes na composição do equipamento,

na dimensão dos espaços e na complexidade da infra-estrutura da construção, assim como na maior ou menor disponibilidade de serviços como luz, água, esgoto, gas e força elétrica.

Sabendo-se, assim, que serão necessariamente 22 ambientes, independentes, todos os alunos poderão receber uma preparação espe-cífica para o trabalho, em turmas de 20 estudantes, assistidos por um professor.

4. Taxa de utilização

4.1 - Uma análise da taxa de utilização das salas e ambientes, leva ao seguinte quadro:

Disciplinas		Total de horas de aula p/sem. nas 20 turmas	Disponibilidade em horas aula semanal (cada unidade espacial 30 hs/p/sem.)	Taxas de utilização %
Núcleo Comum	Língua Portug. e Literatura Brasileira Geografia e História Matemática	200 (vide quadro nº 3)	7 x 30 = 210	95,3
	Ciências Físicas e Biológicas	160 (vide quadro nº 3)	6 x 30 = 180	88,8
Habilitação profissional		640	22 x 30 = 660	96,9
TOTAL DA ESCOLA		1.000	35 x 30 = 1.050	95,2%

4.2 - Os estudos teóricos aqui expostos conduzem, pois, às taxas de utilização calculadas na forma do quadro anterior, que representam um índice excelente de utilização. As experiências no cam-

po da Administração Escolar, todavia, recomendam que haja sempre certa elasticidade no uso dos espaços e dos equipamentos, a fim de permitir a manutenção e limpeza, assim como a organização mais flexível dos horários escolares.

4.3 - A taxa de utilização na faixa de 80 a 85% é considerada ótima. Para se obter essa taxa, devem ser acrescentadas duas salas às do Núcleo-comum, especialmente destinadas à Educação Artística. A escola terá então 9 salas em vez de 7, caindo a taxa de utilização para 74% no conjunto do Núcleo-comum. Algumas atividades previstas no currículo pleno da escola (Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso), embora se realizem em turnos alternados, demandarão sempre espaços adicionais, o que será plenamente atendido com o acréscimo daquelas salas. Para a Educação Física não haverá necessidade de salas de aulas, pois essas práticas se realizarão nos espaços destinados ao esporte ou nas áreas previstas para Recreio e Abrigo, sempre também em horários alternados.

4.4 - Os laboratórios de Ciências Físicas e Biológicas permanecem com a mesma taxa de utilização de 88,8%.

4.5 - Os ambientes especiais para o ensino das disciplinas de habilitação profissional considerados estritamente, serão apenas 22, com uma taxa de utilização de 96,9%.

A fim de se ajustar a taxa de utilização ao nível de 80 a 85%, foram acrescentados três (3) novos ambientes, ficando o colégio com 25 ambientes independentes.

4.6 - Eis o quadro final da taxa de utilização:

Disciplinas		Total de horas de aula p/sem. nas 20 turmas	Disponibilidade em h/aula por semana (cada unidade espacial = 30 hs.)	Taxa de utilização %
Núcleo Comum	Lingua Portuguesa e Literatura Brasileira Geografia e História Matemática	200	9 x 30 = 270	74,0
	Ciências Físicas e Biológicas	160	6 x 30 = 180	88,8
Habilitação Profissional		640	25 x 30 = 750	85,3
TOTAL DA ESCOLA		1.000	40 x 30 = 1.200	83,3

5. Disciplinas de formação especial

5.1 - Aceitos os postulados de que a escola matriculará 800 alunos por turno, de que terá 25 ambientes espaciais, destinados à habilitação profissional, torna-se necessário definir, em princípio, como serão tais ambientes espaciais: Laboratórios, salas de desenho, escritórios-modelo, salas especialmente destinadas ao ensino de linguas, etc.

5.2 - É evidente que a definição precisa da sala ambiente deve ser precedida de um levantamento do mercado de trabalho, para se determinar o leque das habilitações a serem oferecidas pela escola, mas, alguns indicadores podem ser levantados de forma a permitir uma antevisão do todo, ensejando planejar, ainda que de maneira global, os campos de atividades para os quais a escola deve preparar uma potencial mão-de-obra.

5.3 - Estudos realizados pela Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Industrial - CEPETI, au

autorizam afirmar que 75% aproximadamente da mão-de-obra brasileira, com escolaridade de grau médio estão nas atividades de Comércio e Serviços; em torno de 20% na Industrial e o restante na Agrícola.

Essa evidência permite, por sua vez, tirar-se a conclusão de que, em grandes números, uma escola de segundo grau que ofereça cursos que habilitem os jovens para as atividades de Comércio, Administração e Serviço nas proporções de 75% e para as atividades de Indústria, nos limites de 25% não estaria fora da realidade brasileira, no tocante ao atendimento da demanda de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

- 5.4 - Cabe aqui a ressalva de que uma parte dos alunos egressos de tal escola se matriculará nos cursos Superiores, restringindo substancialmente a oferta.

Com esses números presentes foi que os planejadores do Colégio Polivalente se fixaram em 70% para as atividades do Comércio, Administração e Serviços e 30% para as atividades Industriais, sem precisar contudo, exatamente, que tipos específicos de habilitações seriam oferecidos.

A definição desses limites deu a possibilidade de fixar em 17 o número de ambientes especialmente destinados aos setores de Comércio, Administração e Serviços e em 8 o dos ambientes destinados ao setor de Atividades Industriais.

J - ESPECIFICAÇÕES EDUCACIONAIS DO
COLÉGIO POLIVALENTE

ESPECIFICAÇÕES EDUCACIONAIS DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Finalidade

Estas Especificações visam a transmitir aos futuros projetistas dos Colégios Polivalentes o pensamento dos educadores que idealizaram o programa respectivo.

Não se pretende oferecer normas rígidas, mas simplesmente uma referência concisa e tão completa quanto possível para que os projetos resultantes sejam fiéis à idéia original.

Algumas condicionantes gerais, inclusive limites de áreas, são indicadas no corpo do presente documento. Outras condicionantes, de caráter particular, serão indicadas nos anexos próprios, fornecidos conforme o Estado e o terreno em que o projeto venha a se desenvolver.

Espera-se que a concepção do Colégio Polivalente tenha sido exposta em linguagem que permita aos arquitetos projetar prédios escolares onde as atividades de ensino se processem com a devida eficiência.

O documento ora apresentado está longe de ser definitivo. Sofrerá modificações e aperfeiçoamentos, frutos de novos estudos ou da própria experiência adquirida. Novas sugestões serão, portanto, acolhidas e consideradas.

2. O Colégio Polivalente

2.1 - Histórico

Durante os últimos cinco anos, uma equipe de educadores desenvolveu um trabalho de planejamento voltado para a expansão e a melhoria do ensino médio no Brasil.

Denominada Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), foi constituída, em 1966, tendo como objetivos:

- expandir a capacidade de planejamento educacional, em caráter permanente, no âmbito do MEC;

- desenvolver a capacidade de planejamento das Secretarias de Educação estaduais, partindo de algumas selecionadas para tal fim, prestando-lhes assistência técnica;
- auxiliar a formação de planos estaduais plurianuais e formular planos, programas e projetos para o ensino médio, em nível nacional.

Ofereceu-se, então, oportunidade de financiamento a longo prazo pela USAID dos projetos que porventura viessem a ser montados pelas Secretarias de Estado, através da atividade da EPEM.

Os trabalhos de planejamento foram iniciados e progrediram satisfatoriamente nos Estados da BAHIA, ESPÍRITO SANTO, MINAS GERAIS e RIO GRANDE DO SUL.

A idéia já amadurecida de Ginásio Orientado para o Trabalho - ginásio para todos - foi então traduzida em termos de melhores professores, melhor equipamento e melhores prédios.

Os planos estaduais, diante da perspectiva de financiamento, foram compatibilizados e vieram a constituir o Programa do Ginásio Polivalente, com o qual estão sendo implantadas escolas de nível equivalente ao antigo ginásio, realmente novas, mas adequadamente dimensionadas em função da realidade brasileira.

Alem da criação das Escolas Polivalentes, a programação da EPEM previa, desde sua formulação inicial, o estabelecimento de um número limitado de Colégios Polivalentes, com o caráter de escolas-piloto nos quais se ensaiaria, ao nível do antigo 2º ciclo, a continuidade do mesmo tipo de educação preconizada para a Escola Polivalente: uma educação que, colocando-se na mesma linha das "escolas compreensivas" dos Estados Unidos e da "educação politécnica" da União Soviética, de modo concomitante fosse totalmente sintonizada com a realidade brasileira.

Serão quatro os Colégios Polivalentes que o PREMEN criará - um em cada um dos quatro Estados participantes de sua programação intensiva: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul.

2.2 - Características

2.2.1 - A Comissão apresentou no documento denominado "Fundamentação Teórica do Colégio Polivalente" as características principais da escola de 2º Grau que o PREMEN irá implantar. Esse documento deve ser obrigatoriamente estudado por todos que participam da implementação desse programa.

2.2.2 - Algumas das idéias ali expostas merecem, entretanto, ser destacadas:

- 1º - Buscará propiciar o Colégio Polivalente uma boa educação geral a todos os alunos, de acordo com as capacidades individuais de cada um.
- 2º - Proporcionará informação, aconselhamento e orientação a cada aluno para escolha de uma futura profissão e dos estudos necessários para o exercício da profissão escolhida.
- 3º - Oferecerá oportunidade de habilitação para ocupações de nível médio.
- 4º - Deverá comportar a matrícula de 1600 alunos, em dois turnos de 800 alunos cada um.
- 5º - Oferecerá suficiente flexibilidade de currículo e variedade de opções disciplinares capacitando-se para proporcionar eficazmente habilitações profissionais exigidas permanente ou transitoriamente pelo mercado de trabalho local ou regional.

60 - Procurará minimizar os investimentos em instalações e equipamentos necessários às diversas habilitações, notadamente às de natureza industrial. Para permitir a oferta de habilitação profissional, dever-se-á fazer um amplo esforço no sentido da entrosagem e da intercomplementaridade do Colégio Polivalente e das empresas e serviços, privados e públicos, e ainda do Colégio Polivalente e Escolas Técnicas especializadas, Escolas de Aprendizagem ou instituições de ensinamento superior, existentes no local, a fim de que nas instalações dessas e sob a supervisão conjunta de professores do Colégio Polivalente e técnicos ou professores dessas entidades, tenham os alunos estágios práticos correlacionados com os estudos realizados no Colégio.

2.2.3 - Além dessas considerações, cabe lembrar:

- No Colégio Polivalente o uso bem orientado do livro-texto, a frequência à Biblioteca, o emprego das modernas técnicas de ensino, a dinâmica de grupo, o método de solução dos problemas, ou o da instrução programada concorrerão positivamente para a eficiência do ensino.
- No estudo das disciplinas de habilitação profissional devem ser levados em conta os princípios que são aplicáveis à educação técnica: mostrar é melhor do que falar, e fazer, ou "aprender fazendo" é melhor ainda.
- No Colégio Polivalente serão criadas condições que permitirão ao professor um desempenho mais eficiente de suas atividades:

- contratação para um mínimo de 25 horas de trabalho por semana;
- treinamento em serviço;
- treinamento em cursos de férias;
- incentivos salariais.
- O Colégio Polivalente terá um Conselho de Cooperação Comunitária integrado por elementos expressivos da comunidade e que:
 - informará sobre as exigências do mercado-de-trabalho quanto ao tipo de habilitação, requisitos peculiares a determinadas atividades e outras informações que devem ser consideradas para a organização curricular das habilitações;
 - servirá de elemento de ligação entre a escola e as empresas locais para os entendimentos necessários à organização dos estágios para os alunos.

2.2.4 - O Colégio Polivalente considera o aluno como sujeito de uma educação, que é autoeducação fundamentalmente. O corpo docente e a equipe técnica e administrativa constituem a infraestrutura de recursos humanos, treinada e voltada para a orientação da autoeducação do corpo discente.

- Posta essa consideração inicial, cabe ressaltar que todos os esforços devem ser realizados, constantemente, para que o ambiente de trabalho escolar não favoreça uma dicotomia perniciosa entre alunos e professores. A meta de integração e interação é básica no Colégio Polivalente.

2.2.5 - Colégio Polivalente e comunidade são a primeira variável a considerar na questão das matrículas. Isso significa que, preferencialmente, mas não obrigatoriamente, deverão ser matriculados no CP alunos cujas residências guardem a relação de proximidade indispensável e necessária, para a ação recíproca escola-comunidade.

- Outra variável é a faixa etária, prevista normalmente para a matrícula em escolas de 2º grau.

Os limites propostos para o Colégio Polivalente são os seguintes:

14 a 16	1ª série
15 a 17	2ª série
16 a 18	3ª série

- Para ingresso no CP, todos os alunos poderão ser submetidos a provas, a critério da Direção do CP.

- O corpo discente deve valer-se do direito de representação, para isso tendo como órgão de classe o Conselho de Alunos - (CA).

2.2.6 - Dadas as características da estrutura curricular, nem sempre o CP abrigará os 800 alunos de um turno em suas instalações, mas elas devem ser previstas de molde a tê-los, em determinadas faixas de horário, trabalhando em suas dependências.

- Todavia, a oferta de matrículas, de áreas de habilitação profissional, de opções, de atividades previstas

no currículo pleno, devem estar conjugadas de tal forma que a capacidade ociosa das instalações seja reduzida ao mínimo, como se lê no documento "Dimensionamento Teórico do Colégio Polivalente".

- 2.2.7 - Adotou-se o princípio de 40 alunos por turma para as disciplinas do núcleo-comum, à exceção de Ciências Físicas e Biológicas. Para estas últimas, as turmas serão compostas de 20 alunos, ensejando uma melhor assistência do professor e uma maior individualização do ensino, com evidente eficiência na aprendizagem dos alunos.

Do mesmo modo que as Ciências Físicas e Biológicas, as turmas serão de 20 alunos em todas as aulas de disciplinas especializadas, onde a formação técnico profissionalizante demanda maior participação do professor na orientação da aprendizagem, por se revestir o ensino de caráter marcadamente prático. É que aí se aprende melhor fazendo, sendo, neste caso, o ensino individual a forma ideal.

- 2.2.8 - Outro pressuposto indispensável e de ordem estritamente educacional está relacionado com o fluxo escolar, isto é, a produtividade medida em termos de matrículas iniciais na primeira série e conclusões de curso ao fim da terceira, numa série histórica de três anos. Mais uma vez o fator econômico pressionou a decisão dos planejadores educacionais, levando-os a admitir como necessário e conveniente o fluxo que se exprima por taxas da ordem de 90%, pelo menos. Ideal seria o fluxo de 100%, mas, de antemão, se pode aceitar a impossibilidade de obtê-lo ao considerar os fenômenos normais de abandono

da escola por morte, mudança de residência, etc. A escola deve aprovar, no fim de cada três anos, todos os alunos que nela ingressaram. Para se atender a êste postulado, considerando que haverá 800 alunos por turno e que serão 20 turmas de 40 alunos, deverá a escola ter, em cada turno, 7 turmas de primeira série; 7 de segunda e 6 de terceira.

2.2.9 - O último ponto-chave a ser adotado se prende ao problema de carga horária semanal. A Lei determina alguns mínimos como 180 dias letivos, 733 horas de aulas por ano, total de 2.200 horas para cursos de 3 anos e 2.900 para cursos de 4 anos. Adotando-se como carga horária semanal média o total de 30 horas em cada turno, ter-se-á um curso de 2º grau feito em três séries com um total de 2.700 horas. Em média, as habilitações exigiriam, pois, 2.700 horas, mas poderiam exigir apenas 2.200 ou chegar até 3.200, permanecendo entretanto a média de 2.700 horas.

Aceita a média de 2.700, ter-se-á um ano letivo de 900 horas e uma carga horária semanal de 30 horas.

3. Conceito do Prédio Escolar

3.1 - O Prédio Escolar a ser projetado deverá responder com fidelidade aos objetivos do projeto, definidos na "Fundamentação Teórica do Colégio Polivalente".

Modernamente, o prédio escolar é concebido para satisfazer funções bem distintas daquelas da escola tradicional.

As tendências pedagógicas atuais, voltadas para um ensino ativo com uso intensivo de recursos de objetivação, de laboratórios,

de salas-ambiente e, especialmente, da biblioteca, solicitam uma participação cada vez maior do educando, além de implicarem numa relação mais estreita entre professor e aluno, o que exige que o projeto arquitetônico atenda a uma composição dos espaços diferentes da convencional, na qual a sala de aula era o elemento dominante.

3.2 - Levando-se em conta o "deficit" atual de escolas e a demanda sem pre crescente de oportunidades educacionais, o arquiteto deverá considerar como critério básico, ao elaborar o projeto de uma escola, que o investimento de capital seja mínimo e o rendimento máximo, pois, só assim poder-se-á desenvolver uma política de expansão da rede escolar compatível com as nossas necessidades e recursos.

3.3 - O Colégio Polivalente deverá estar aberto para a participação programada e equilibrada de:

- professores, técnicos e administradores;
- alunos;
- membros da comunidade.

3.4 - Adotando métodos pedagógicos ativos, em que a participação do educando tem fundamental importância, como integrante de uma equipe de trabalho, da qual o professor participa na qualidade de orientador, o Colégio Polivalente propicia a integração consciente, pelo aluno, no mundo no qual vive.

Pelo uso desses métodos, pretende-se criar na escola um clima de liberdade e de confiança recíproca que, pouco a pouco, leva à autodisciplina, verdadeira aprendizagem de liberdade e espírito de solidariedade.

Procura-se, portanto, no Colégio Polivalente:

- desenvolver o hábito do trabalho em equipe;
- desenvolver no aluno interesse e atitudes de independência e pesquisa;
- incentivar a capacidade criadora;
- propor tarefas inteligentemente planejadas, com a finalidade de ensinar métodos de trabalho;
- formar atitudes de cooperação, solidariedade, responsabilidade, coerência e autenticidade;
- desenvolver o espírito crítico e a capacidade de análise e síntese;
- obter a autodisciplina;
- preparar o aluno para o exercício de profissões ou ocupações de nível médio, de acordo com a demanda do mercado de trabalho local ou regional.

3.5 - Para isso, o prédio escolar deverá oferecer ao aluno a oportunidade de realizar, em ambientes adequados, trabalhos de observação, de experimentação e de aplicação prática de conhecimentos, seja individualmente, seja em grupos de número variável de participantes.

O prédio escolar supera, pois, as limitações de áreas construídas, ou mais tradicionalmente de salas de aulas compartimentadas, para ser entendido como um conjunto físico de espaços, áreas, volumes e equipamentos, construídos ou não, que melhor sirvam às atividades a serem desenvolvidas no colégio.

Ele deve ser capaz de acompanhar a dinâmica do ensino e os objetivos de cada área ou setor pedagógico.

3.6 - Sendo o prédio escolar um elemento ativo e participante da tarefa educacional, ele deve caracterizar-se pela:

- integração e continuidade entre os diversos conjuntos e setores, permitindo o seu perfeito funcionamento;
- flexibilidade e conversibilidade de cada espaço específico, permitindo a composição diversificada do mobiliário para trabalho individual ou de grupos que podem variar no número de participantes ou na forma de agrupamento, possibilitando sempre a livre movimentação de professores e alunos;
- possibilidade de expansão ou adaptação física às necessidades qualitativas, decorrentes da evolução constante do ensino e pela diversificação das formas de participação da comunidade;
- fácil adaptação dos laboratórios às necessidades de ensinar e praticar uma considerável gama de disciplinas afins num mesmo ambiente, tendo em vista o abandono ou a oferta de determinados tipos de habilitações profissionais, em estreito relacionamento com o mercado de mão-de-obra.

3.7 - Contudo, considerando-se o alto "deficit" quantitativo de escolas, as condições próprias de um país desigualmente desenvolvido e as exigências qualitativas para um real desempenho das tarefas a que se propõe o Colégio Polivalente, o dimensionamento das áreas por unidade de ensino, deverá ser rigoroso, de modo a limitar a capacidade máxima de atendimento a 40 alunos por classe no Setor de Educação Geral e a 20 alunos nos Setores de Ciências Físicas e Biológicas e das disciplinas de habilitação profissional. Esta preocupação dificultará ou impedirá possíveis abusos na ampliação indevida do número de alunos nas salas do Setor de Educação Geral, com reflexos nas oficinas e laboratórios que invalidem o dimensionamento previsto para uso desses setores.

3.8 - Ao mesmo tempo, deverão ser desenvolvidas estreitas relações com a comunidade, promovendo-se cursos apropriados para adultos, organizando-se projetos destinados ao aperfeiçoamento da comunidade e buscando-se o apoio comunitário à escola, que se torna parte vital do meio onde está situada.

Para se obterem melhores condições de integração do aluno à comunidade, a escola deverá fornecer-lhe oportunidades de participação e conhecimento do meio em que vive.

Considerando-se que os pais dos alunos formam um grupo social que deve influir no funcionamento da vida escolar, a escola deve fazer com que as famílias participem do processo educacional. Nas áreas menos desenvolvidas, em termos de facilidades urbanas, torna-se necessário criar condições para que a escola seja o centro cultural da comunidade.

A seguir, são examinados alguns aspectos objetivos na caracterização do prédio que se pretende projetar.

4. Flexibilidade e Progressividade

Na introdução, mencionou-se brevemente que os Colégios Polivalentes deviam ser planejados com flexibilidade e capacidade para se expandirem. É importante que os arquitetos e engenheiros projetistas dos Colégios Polivalentes compreendam, sem sombra de dúvida, como essas duas características são cruciais para o sucesso do empreendimento, a longo prazo.

Os prédios a serem construídos durarão possivelmente de 50 a 100 anos. Durante um período tão longo, os programas educacionais e a metodologia mudarão contínua e extensivamente.

Deveria ser possível usar a maioria dos espaços do Colégio Polivalente para uma série de programas e atividades curriculares, tanto as existentes como as que começam a ser utilizadas.

Algumas vezes, as mudanças no uso exigirão alterações no mobiliário e no equipamento, mas dificilmente provocarão modificações nas características mecânicas, estruturais ou arquitetônicas.

Novas técnicas educacionais e equipamentos estão surgindo agora, no Brasil e em outras partes do mundo; conseqüentemente, as escolas brasileiras devem ser planejadas e construídas para simplificar a adoção dos métodos particularmente adequados ao país. Alguns métodos e equipamentos que apenas surgem são:

4.1 - Equipamento

- Audiovisual: projetores de transferência em quadrilhos ou em filmes, projetores cinematográficos, projetores de objetos opacos, toca-disco, gravadores de fita, rádios, televisores, sistemas de comunicação e equipamentos auxiliares conexos (fones de ouvido, autofalantes etc.) e a sincronização de duas ou mais peças de equipamento audiovisual.
- Outros equipamentos especializados de aprendizagem: computadores, processadores automáticos de dados, amplificador sonoro educacional, instrução pelo computador, televisão educativa, laboratórios de línguas, máquinas de ensinar e aprender para indivíduos ou pequenos grupos, fitas de televisão educativa.
- Equipamento não-mecânico:
 - a) Bidimensional; fotografias, diagramas, quadros, jornais, murais, cartas ou mapas e cartazes.
 - b) Tridimensionais: modelos em escala, objetos, espécimes, cartas e mapas em relêvo, globos terrestres, caixões de areia, flanelógrafos, magnetógrafos, quadros de giz, celotex, exposições de ciências e arte, projetos estudantis.

- c) Vivos: objetos reais (animais, vegetais ou minerais), visitas orientadas e especializadas, representações teatrais, exposições, etc.

4.2 - Métodos

- 4.2.1 - Uso de meios auxiliares, preparação de materiais de ensino, operação de centro de recursos de aprendizagem em vez de simplesmente uma biblioteca, programação modular e flexível, uso de instrução programada, uso de laboratórios de línguas, uso de ensino em grupo, operação pelo sistema não seriado, condução do currículo por assuntos distintos e operações da escola na base do dia inteiro e do ano todo (como técnica para aumentar o número de matrículas, enriquecer programas, fornecer serviços supletivos, etc.).
- 4.2.2 - Os espaços educacionais devem ser projetados de modo que permitam a professores e alunos se reagruparem em diferentes maneiras, com muita frequência. Seria desejável a possibilidade de se reunirem vários grupos pequenos (de 3 a 8 alunos em cada) trabalhando no espaço reservado a cada classe. Deveria ser possível agrupar 2 a 3 classes (80 a 120 estudantes) em um só espaço.
- 4.2.3 - Antigamente, o grupo de aprendizagem tradicional continha um determinado número de estudantes (usualmente entre 30 a 50 estudantes). Nos Colégios Polivalentes, o tamanho base da classe será de 40 alunos, nas disciplinas de educação geral, e de 20, em ciências e técnicas, mas seus professores serão treinados para subdividir e combinar suas classes, daí surgindo a necessidade de espaços flexíveis.

As implicações decorrentes para os projetistas são numerosas: tomadas nos lugares certos e em quantidades adequadas; local de armazenamento suficiente para o equipamento e o material de consumo próprio de cada um (exemplo: projetores cinematográficos precisam de suas caixas transportadores, cavaletes, filmes, carretéis, partes sobressalentes e ferramentas de manutenção); projetores de um modo geral necessitam superfície onde as imagens apareçam claras e sem distorção.

5. Pessoal

5.1 - Quatro grupos funcionais exercerão suas atividades no Colégio Polivalente:

- corpo docente;
- administração;
- guarda, limpeza e manutenção do prédio;
- cantina.

Outras pessoas engajadas na educação ou em outros serviços da comunidade visitarão a escola, mas não precisarão de espaço funcional; elas trabalharão nos mesmos espaços existentes para outros fins (exemplo: supervisores escolares).

5.2 - Cada escola terá, aproximadamente, 60 professores. O número de professores trabalhando na escola, ao mesmo tempo, variará com a proporção de professores de tempo integral que compuserem o corpo docente, bem como as disciplinas e atividades que constituirão o currículo. Portanto, os projetistas devem se cientificar, junto ao PREMEN, do número de professores a serem previstos em cada escola.

5.3 - O pessoal administrativo será composto de:

- 1 Diretor
- 2 (3) Vice-Diretores
- 3 Supervisores Escolares
- 4 Orientadores Educacionais
- 2 Bibliotecários
- 2 ou mais Auxiliares de Bibliotecário
- 2 Secretários.

5.4 - O pessoal de guarda, limpeza e conservação será composto de um vigia-encarregado e de outros auxiliares para faxina e manutenção, que podem pertencer ao serviço público ou ser empregados de alguma empresa que realiza serviços por contrato. Esse dado será fornecido pelo PREMEN NACIONAL.

O encarregado-vigia será a única pessoa que viverá na escola. Um pequeno apartamento deve ser previsto para esse servidor. Deve ser convenientemente localizado para uma pessoa que execute serviço de vigia noturno, deve ter portas de saída para o interior e para o exterior do prédio e uma boa janela para observar o terreno da escola.

5.5 - O pessoal da cantina será composto de um número reduzido ~~de pes-~~soas, que preparará e servirá alimentação no meio da manhã, ~~as~~ meio dia e no meio da tarde. Elas também cuidarão de todos ~~os~~ utensílios e equipamentos da cantina. O número de ~~servidores~~ na cantina variará com os planos de cada Estado a respeito de alimentação escolar; algumas escolas fornecerão somente merendas, enquanto outras poderão chegar a fornecer refeições completas. Assim sendo, os projetistas devem colher esse dado com o PREMEN NACIONAL.

A área de preparação dos alimentos deve conter espaço para que o pessoal se lave, beba água de um bebedouro, mude de roupa e guarde alguma roupa e objetos pessoais.

6. A Natureza da Aprendizagem

- 6.1 - Cada vez se sabe mais a respeito do processo de aprendizagem. Antigamente, pensava-se que um adolescente só aprendia ouvindo, falando e lendo em grupos grandes e formalmente estruturados - com um professor falando a maioria do tempo. Agora, sabe-se que não é assim. Sabe-se que uma criança começa a aprender com seu primeiro alento. Os educadores atualmente acreditam que tudo quanto uma criança sente é potencialmente uma experiência que leva à aprendizagem.
- 6.2 - Sabe-se, agora, que os jovens aprendem melhor quando eles assumem maior responsabilidade na aprendizagem, quando há mais oportunidade para a criatividade individual, quando a comunicação é menos rígida, quando a auto-satisfação é o resultado da experiência de aprendizagem e quando as relações humanas podem se desenvolver de forma mais efetiva.
- 6.3 - Alguns dos mais novos aperfeiçoamentos de nosso conhecimento, a respeito do processo de aprendizagem, são concernentes ao professor. Reconhece-se, agora, que ele precisa de tempo durante as horas regulares de trabalho para preparar seu programa diário; sabe-se que ele necessita de treinamento continuado em seu próprio serviço para se manter em dia no conhecimento do assunto que ensina e da metodologia educacional adequada; sabe-se, finalmente, que ele se conduz com mais eficiência quando seu papel profissional é efetivamente reconhecido na escola e na comunidade.

Cada vez mais, os educadores verificam que os métodos de ensinar e aprender têm muito a ver com o sucesso que cada adolescente experimenta no processo.

Sabe-se, também, que quanto mais variadas as oportunidades de aprendizagem, tanto mais respondem a elas os estudantes.

- 6.4 - É por causa desses conhecimentos, relativamente novos sobre a natureza da aprendizagem, que os Colégios Polivalentes precisam ser diferentes das escolas tradicionais no país. Isto significa que os projetistas - arquitetos e engenheiros - devem se empenhar para ajudar os educadores e tirar proveito dessas novas idéias.

Arquitetos e engenheiros podem ajudar na proporção em que produzirem um projeto flexível que atenda tanto aos programas atuais como os futuros; em que considerem ao máximo - dentro das limitações de tempo e orçamento - o pessoal docente e administrativo, os estudantes e a comunidade de hoje e de amanhã; em que trabalharem com diligência para fazer com que os edifícios que projetarem auxiliem ao máximo o processo educacional, tanto em termos de programa como de oportunidade de aprendizagem.

7. Currículo

Ver o assunto na parte do documento intitulada "Estrutura Curricular".

8. Conforto Ambiental

- 8.1 - Não se pensa em condicionamento de ar nos Colégios Polivalentes. A ventilação natural será sempre utilizada ao máximo. O uso adequado de portas, janelas e demais vãos de ventilação deverá proporcionar o conforto desejado. O grau de utilização de ventilação mecânica será decidido pelos projetistas.

8.2 - A luz natural deve ser utilizada ao máximo, mas devem-se obter, no projeto, as melhores e mais saudáveis condições de iluminação. A iluminação artificial deve ser usada para suplementar a luz natural, na obtenção de condições aceitáveis antes do nascer do sol e após seu ocaso. Uma vez que as aulas começarão às 07:00 hs. e a utilização da escola se prolongará até às 23:00 hs., a necessidade de iluminação deve ser devidamente considerada em cada local.

Ao projetar as condições de iluminação de cada escola, deve-se dar a devida consideração ao seguinte:

- evitar que a luz direta do sol atinja os olhos dos estudantes (é preciso lembrar que os alunos não permanecerão estáticos nas formações tradicionais de carteiras escolares);
- evitar tanto a incidência direta como a indireta dos raios solares nas instalações e no equipamento;
- procurar obter uma intensidade adequada e um padrão de iluminação razoavelmente equilibrados em todas as áreas destinadas à aprendizagem. Isto envolve a seleção das cores, com uma preocupação bastante grande para suas características de reflexão da luz.

8.3 - Devem ser recomendadas as cores da mobília, do equipamento e das superfícies construídas, a fim de que seja criado o ambiente desejável a cada atividade.

Por exemplo: o exterior do prédio deve harmonizar-se arquitetonicamente com o terreno e com a comunidade adjacente, do modo mais atraente possível. A aparência geral dos interiores deve ser tal que excite a imaginação dos jovens, estimule sua atividade e lhes forneça o ambiente mais atraente possível.

Cada área no conjunto da escola deve ser tratada com uma atenção particular.

Cuidado especial deve ser dado às cores planejadas para as chamadas "áreas de adultos". Isto porque, com muita frequência, só se pensa nas áreas de orientação educacional, administração, cantina e biblioteca como "áreas de adultos". Uma análise cuidadosa geralmente revela que essas áreas são usadas tanto ou mais por estudantes que por adultos. Portanto, devem-se escolher cores para essas "áreas de adultos" que atraiam, estimulem e retenham os jovens. Uma sala de diretor ou de orientador educacional deve ser acolhedora e amiga para os adolescentes, porque queremos que eles procurem, confiantes, a ajuda do pessoal de orientação educacional e administrativo.

- 8.4 - Deve haver uma preocupação constante do autor do projeto, visando a integrar o prédio à paisagem que o envolve. Necessário se torna desenvolver estudos de paisagismo das áreas externas e pátios internos, visando seu aspecto estético e funcional. Nestes estudos, deverão os autores de projetos, sempre que possível, tirar o melhor partido da vegetação e topografia já existentes. As áreas ajardinadas deverão ser tratadas de forma a se obterem baixo custo de execução e facilidade de manutenção.

9. O uso da Escola durante todo o ano

O uso integral da escola durante todo o ano, parece não afetar fundamentalmente o projeto do Colégio. Entretanto, em certos climas, talvez haja necessidade de aumento de ventilação para a época mais quente do ano, e seu fechamento no inverno, quando for o caso.

10. O uso dos Colégios Polivalentes pela Comunidade

Supõe-se que a maioria das comunidades usará a escola após o horário normal das aulas, isto é, de 18:00 às 23:00 hs. É provável, também, que as escolas sejam usadas pela comunidade aos domingos. O uso da escola pela comunidade será de vários tipos. Um uso típico consistirá no funcionamento de cursos de educação de adultos. Um segundo tipo será a realização de reuniões da comunidade (pequenos ou grandes grupos) que podem ou não ter relação com as funções da escola.

Os projetistas não devem aumentar o custo de construção do Colégio Polivalente em virtude da previsão de utilização da escola pela comunidade. Entretanto, devem projetá-lo de modo a proporcionar o máximo de condições e possibilidades de uso com aquela finalidade.

Assim, os projetistas poderão obter economicamente melhores condições de utilização da escola pela comunidade, tentando, por exemplo:

- localizar a biblioteca de modo a ter acesso direto à rua, facilitando seu uso fora do horário escolar.

11. Quadro de Trabalho Diário

As escolas funcionarão, em princípio, no seguinte horário:

1º Turno - Manhã

7:00 às 12:00 hs.

2º Turno - Tarde

12:30 às 18:30 hs.

Uso pela Comunidade - À Noite

1800 - - 2300

Durante os períodos de aula, nos dois turnos, o descanso entre as aulas pode ser diminuído para 5 minutos, de modo a se obter um período maior de recreio, com 20 minutos. Os projetistas devem considerar essa possibilidade, ao estudar o fluxo de circulação dos estudantes em cada escola.

Deve-se fazer o prédio adequado a seu uso pela comunidade, sem diminuir sua eficiência para os estudantes. Esta última consideração é muito importante, também, relativamente ao mobiliário.

12. Uso do Terreno

As funções primordiais do terreno da escola são:

- prover espaço para o Prédio Escolar, inclusive previsão para futura expansão;
- prover área para jogos e recreação;
- prover espaço para atividades curriculares extra-classe.

O interrelacionamento dessas funções primordiais e também de outras de menor relevância precisa ser cuidadosamente analisado pelos projetistas.

A necessidade de um bom planejamento do uso do terreno vem de encontro à forma pela qual, no seu programa, são intensificadas as atividades dos estudantes.

O terreno da escola deve ser um lugar seguro. Para isso, alguns cuidados especiais devem ser observados:

- acesso à escola distante de vias de tráfego intenso;
- calçadas que possibilitem aos estudantes evitar o trânsito em vias de estradas;

- previsão de proteção para os alunos, à saída da escola, fazendo-se uso de cercas vivas, muretas, separando-os do tráfego de veículos;
- portões e cercas que, além de proteger os alunos, permitam um melhor controle das entradas do estabelecimento;
- condições adversas do terreno devem ser tratadas convenientemente, tendo em vista seu uso pelos alunos;

Os projetistas devem preocupar-se tanto com as condições sanitárias do terreno como com as medidas de segurança. Além de se evitar a incidência de doenças que poderão afetar a frequência à escola, outro objetivo será atingido, qual seja, o objetivo educativo, que em certas áreas pode ter o tratamento do terreno com seu correspondente valor social e econômico.

Ao fazer-se o estudo de uso da área adjacente à escola, devem ser considerados:

- remoção do lixo (preferencialmente evitando-se a incineração no local, devido aos inconvenientes do fogo, da fumaça, de insetos e de roedores);
- drenagem do terreno (evitando-se a formação de poças d'água e consequentemente a proliferação de mosquitos);
- colocação de depósitos para lixo em locais estratégicos ajudam a limpeza da escola;
- torneiras bem situadas que permitam com facilidade a limpeza das áreas pavimentadas e irrigação dos jardins.

Alguns aspectos naturais do terreno devem ser mantidos e deles deve-se tirar partido por razões estéticas, para proteção e apoio ao programa educacional. Assim monólitos, árvores, arbustos e flores podem

ser mantidos, colaborar para o bom aspecto da escola e também ajudar a reduzir a incidência, quando indesejável, dos raios solares e de ventos mais fortes.

Além disso, esses elementos podem ser úteis, quando convenientemente usados pelos professores de Ciências, Artes, Matemática, etc.

Deverá o projetista indicar em seu projeto as áreas mais adequadas às diferentes atividades e serviços da escola. Devem ser convenientemente estabelecidos os locais para recreação, práticas esportivas, jardins de ciência, parques, estacionamento, futura expansão da escola, acessos para pedestres e veículos, ajardinamento etc. Também serão bem recebidas sugestões para que se tire o melhor partido possível do terreno, com vistas a seu melhor aproveitamento para fins didáticos. À vista de todas as considerações acima, estima-se a área necessária para o Colégio Polivalente em cerca de 40.000 m² úteis.

L - UNIDADES ESPACIAIS DO
COLÉGIO POLIVALENTE

UNIDADES ESPACIAIS DO COLÉGIO POLIVALENTE

Dividido em três grandes conjuntos (Administrativo, Pedagógico e Serviços Gerais) o prédio do Colégio Polivalente está descrito a seguir, através da definição das funções e atividades a serem desenvolvidas em cada unidade espacial.

No rodapé de cada quadro se encontram as legendas explicativas dos símbolos contidos no mesmo, achando-se no final de cada conjunto a área total prevista, o que representa como percentagem do total e no último quadro a estimativa final da área prevista para o Colégio Polivalente.

As prioridades de relacionamento, podem ser assim definidas:

- A - possibilidade de acesso físico imediato. (Por exemplo: dois ambientes ligados por uma porta).
- B - possibilidade de acesso físico com distâncias inferiores a 10 metros aproximadamente. Exemplos: salas contiguas ou fronteiras.
- C - proximidade física por semelhança de atividades ou de fins. Exemplo: conjunto de laboratórios de ciências; conjunto do Setor Terciário, etc.

1. <u>CONJUNTO ADMINISTRATIVO</u>									
Administração, organização e apoio ao pessoal docente e administrativo para:		<ul style="list-style-type: none"> - controle e coordenação de todas as atividades do Colégio; - relacionamento do Colégio com as empresas; - relacionamento do Colégio com a comunidade; - utilização racional dos meios de ensino, das fontes de informações e dos espaços; - relacionamento com os órgãos a que está subordinado o Colégio. 							
NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
1.1 - <u>Sala do Diretor</u> - Atendimento individual ou em pequenos grupos a alunos, pais, professores, funcionários ou membros da comunidade	-Sala de Espera -Secretaria -Sala Vice-Diretores -Sala Reuniões	A B B C	1	4	5	2	28	1	Previsão de um sistema de comunicação interna.
1.2 - <u>Salas dos Vice-Diretores</u> - Atendimento semelhante ao do Diretor - Trabalho pessoal nas atividades relacionadas à coordenação e programação das atividades desenvolvidas em um período.	-Sala de Espera -Secretaria -Sala Reuniões	A C C	1	6	5	2	28	2	Previsão de um sistema de comunicação interna

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m2)
 (e) - Número de unidades.

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>1.3 - <u>Secretaria</u></p> <p>- Atendimento ao público e aos alunos (matrículas, transferências, etc.)</p> <p>- Atividades administrativas (correspondência, registro e arquivos escolares)</p>	<p>-Área de circulação</p> <p>-Sala do Diretor</p> <p>-Depósito</p> <p>-Sala Reuniões</p> <p>-Sala Vice-Diretores</p>	A B B B C	8	-	5	-	56	1	Fácil acesso ao público, se possível próximo à entrada principal. Balcão para atendimento ao público.
<p>1.4 - <u>Depósito de Material e Arquivo</u></p> <p>- Arquivamento da vida escolar dos alunos.</p> <p>- Guarda de pequeno estoque de material para uso da Secretaria.</p>	-Secretaria	B	-	2	-	2	28	1	Prever armário com prateleiras móveis, para a guarda de pequeno estoque de material de consumo da Secretaria. Previsão contra fogo. Privacidade.
<p>1.5 - <u>Espera (Visitantes)</u></p> <p>- Destinada a alunos e pais que aguardem entrevistas com o pessoal técnico e administrativo.</p>	<p>-Diretor</p> <p>-Vice-Diretores</p> <p>-Área de circulação</p>	A A A	1	4	5	2	14	1	Usar de preferência áreas de circulação dotando-as de cadeiras (aprox.15), ou bancos.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m²)
 (e) - Número de unidades

NCME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
1.6 - <u>Almoxarifado</u> - Local destinado à estocagem de material de consumo do Colégio, servindo também de local para o trabalho do encarregado do serviço.	-Área de carga e descarga -Laboratórios-Oficinas	A B	1	1	5	5	56	1	Previsão de sistema de comunicação interna. Dotado de mobiliário adequado à estocagem de material. Previsão contra fogo. Privacidade.
ÁREA APROXIMADA DO CONJUNTO		238 m ² ; 4,5% da área total							

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m2)
 (e) - Número de unidades

2. CONJUNTO PEDAGÓGICO

Suporte para os trabalhos de ensino:

- planejamento das atividades escolares;
- integração das áreas pedagógicas;
- orientação do corpo docente, discente e pais;
- integração da comunidade;
- atividades docentes e discentes, em geral;
- estabelecer o correlacionamento das disciplinas.

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.1 - <u>Supervisor Escolar</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação das atividades relacionadas com o ensino. - Orientação e controle do progresso dos alunos. - Coordenação do material didático e fontes de informação. 	<ul style="list-style-type: none"> -Sala de Reuniões -Sala dos Professores 	B B	3	4	5	2	56	1	Previsão de espaço para 3 arquivos, 3 mesas e 2 estantes, 1 mesa para reuniões com 6 lugares. Privacidade.
<p>2.2 - <u>Reuniões</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Do Diretor, Vice-Diretores ou Coordenador Pedagógico com o pessoal administrativo ou com os professores, pais ou membros da comunidade (sempre em pequeno número). 	<ul style="list-style-type: none"> -Área de circulação -Sala Diretor -Sala Vice-Diretores 	A B B	-	12	-	2	28	1	Quadro para giz. Mesa para reuniões com 12 lugares.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m²)
 (e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.3 - <u>Sala de Professores</u></p> <p>Reuniões de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - departamentos e comissões; - planejamento de aulas; - estar de professores durante os intervalos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Sala recursos didáticos -Secretaria -Sanitários de administração 	B C B	-	30	-	2	84	1	Prever armário para guarda de material e pertences dos professores (mais ou menos 70 professores nos dois turnos).
<p>2.4 - <u>Serviço de Orientação Educacional e Vocacional</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientação individual; - orientação coletiva; - orientação vocacional; - relacionamento com a comunidade 									
<p>2.4.1 - <u>Salas dos Orientadores</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento individual ou em grupos pequenos de alunos, professores e pais de alunos (até 4 pessoas). 	<ul style="list-style-type: none"> -Secretaria da Orientação Educacional e Vocacional -Circulação geral 	A A	2	4	5	2	14	3	Privacidade. Isolamento acústico

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.4.2 - <u>Saletas para entrevistas individual e de pequenos grupos</u> - Orientação escolar, vital e vocacional. - Atividades de orientação de pequenos grupos.	-Circulação geral -Secretaria da O.E.V. (através de pequena abertura)	A A		4 6	5 5	2 2	7 14	2 1	Privacidade. Local para mesa de 4 lugares. Uma das saletas será maior para entrevistas com grupo de até 6 pessoas
2.4.3 - <u>Secretaria de Orientação Educacional e Vocacional</u>	-Salas dos Orientadores	A	1	2	5	2	28	1	Prever espaço para 8 arquivos e áreas nas paredes para comunicação visual. Segurança e privacidade.
2.4.4 - <u>Espera</u> - Destinada a alunos e pais que aguardam entrevistas com os Orientadores.	-Secretaria -Circulação geral	A A	-	7	-	2	14	1	Utilizar de preferência áreas de circulação geral guarnecendo-as de cadeiras (aprox.7).

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.5 - <u>Setor de Recursos Didáticos</u> (comum a todas as disciplinas)									
2.5.1 - <u>Sala de Recursos Didáticos</u> - Preparação de cartazes e outros materiais de instrução. - Trabalho simultâneo de até 30 professores. - Preparação de apostilhas, projetos. - Planos de aula. - Avaliação dos trabalhos.	-Área de circulação -Depósito -Sala de Professores -Biblioteca	A A C C	1	30	5	2	84	1	Prever: -armários para guarda de material; -mesas para confecção de materiais gráficos ou didáticos; -local para reparo e manutenção de equipamento audio-visual; -lavatório; -flexibilidade para a ligação de equipamentos elétricos.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.5.2 - <u>Depósito do Setor de Recursos Didáticos</u> - Guarda de material didático. - Teste de material audio-visual	-Sala de Recursos Didáticos	A	-	1	5	2	28	1	Prever: -armários e prateleiras para a guarda de material; -escurecimento para projeções; -área para projeções; -isolamento acústico; -segurança.
2.6 - <u>Biblioteca</u> - Centro de recursos básicos e de referência para alunos e professores; - instrumento fundamental para desenvolver nos alunos o interesse pela leitura e capacidade de pesquisa; - consulta individual e leitura orientada; - uso pela comunidade.	-Circulação geral -Setor de Recursos Didáticos	C	4	100	5	2	336	1	Cuidado especial aos problemas de ruído externo e outras atividades do colégio. A área deverá ser estudada em função de adequação do seu uso pelo colégio e pela comunidade. Iluminação adequada. Porta de uso geral e outra de emergência Locais para estudo individual. (26 unidades pelo menos) Prever: -Facilidade de acesso ao público, professores e alunos.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.7 - <u>Disciplinas de Educação Geral</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em grupos de número variável. - Discussões orientadas. - Dinâmica de grupo. - Pesquisas, projeções e experimentos. - Ensino em equipes. <p>Atividades que visem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - promover cultura geral, atendendo às características do meio; - dar ao aluno consciência de um mundo em mudança, com suas principais transformações e interrelações; - desenvolver no aluno a consciência da ação do homem, desde sua comunidade mais próxima até as comunidades maiores. 									<p>Prever locais para escrever, anexar cartazes e avisos. Possibilidade de escurecimento do ambiente. As dimensões e proporções da sala devem possibilitar a composição variada do mobiliário. Afastamento das áreas ruidosas: oficinas, recreio, ruas de tráfego intenso.</p>

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.7.1 - <u>Salas de aula comuns</u> Maioria das atividades relacionadas com o ensino de língua portuguesa e literatura brasileira, história, geografia, matemática, e educação moral e cívica, etc.	-Área de circulação geral	A	-	41	-	1,5	56	7	Prever, em todas as salas, prateleiras para trabalhos realizados pelos alunos e para depósito temporário do material usado pelos alunos. Previsão de pia e bancada.
2.7.2 - <u>Sala de Artes</u> Atividades de pintura, modelagem, canto, música, teatro, etc.	-Área de circulação	A	-	41	-	2	84	2	Previsão de bancada com 5 pias. Armário para guarda de material. Isolamento acústico.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m²)
 (e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.7.3 - <u>Setor de Ciências Físicas e Naturais</u> (Ciência Integrada, Física, Química, Biologia, Geociências)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experimentos realizados por grupos de alunos. - Experimentos realizados individualmente pelos alunos. - Experimentos de demonstração realizados pelo professor. - Organização de grupos de alunos para discussão. - Aulas expositivas ministradas pelo professor. - Projeção de filmes e de diapositivos. - Atividades que visem a dar ao aluno: <ul style="list-style-type: none"> - compreensão dos problemas técnico-científicos, no mundo contemporâneo; - desenvolvimento do pensamento operacional; - desenvolvimento do espírito científico, capacidade de observação, análise e síntese. 									

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.7.3.1 - <u>Laboratórios</u> Experimentos, atividades de grupo, projeções, etc.	-Circulação geral -Preparações -Jardim de Ciências	A A B	21	-	2	-	56	6	Prever: -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -cinco mesas para quatro alunos cada uma; -bancada junto à parede com 2 pias; lavatório e 4 pontos de eletricidade; -sistema de distribuição que permita levar energia elétrica às 5 mesas dos alunos, quaisquer que sejam suas posições no laboratório; -parede divisória de dois laboratórios contíguos removível; -instalação de capelas em dois laboratórios.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.7.3.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Preparação de aulas. - Guarda de material e equipamentos científicos. - Biblioteca especializada para uso de alunos e professores. - Guarda de experimentos de longa duração. 	<ul style="list-style-type: none"> -Laboratórios de Ciências -Área de circulação geral 	A A	2	-	5	-	28	3	<p>Prever:</p> <ul style="list-style-type: none"> -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material. <p>Atenção:</p> <p>Cada sala será de uso comum para dois laboratórios.</p>
<p>2.7.3.3 - <u>Jardim de Ciências</u></p> <p>O jardim de ciências destina-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - manter plantas e animais para estudo; - observações e experimentos que devem ser realizados em áreas livres. 	<ul style="list-style-type: none"> -Laboratórios de Ciências 	A	42	-	5	-	300	1	<p>Área descoberta, isolada das áreas livres da escola por uma cerca, onde haverá um portão. No Jardim de Ciências haverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> -grande variedade de plantas; -pequeno lago com peixes, plantas aquáticas, etc.; -viveiros para pequenos animais; -torneira para irrigação; -abastecimento de água para o lago; -esgoto para escoar a água do lago; -valas para drenagem da água das chuvas.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.7.3.4 - <u>Depósito de Material e Equipamento para o Jardim de Ciências</u>	-Jardim de Ciências	A	1	-	5	-	14	1	-Prever prateleiras, mesas, pia.
<p>2.8 - <u>Disciplinas de Formação Especial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho em grupos de número variável; - discussões orientadas; - dinâmica de grupo; - pesquisas, projeções e experimentos; - ensino em equipes. <p>Atividades que visem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - promover cultura especializada básica para cada habilitação profissional; - desenvolver as habilidades necessárias para execução das tarefas próprias de cada habilitação profissional. 									

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.8.1 - <u>Setor Terciário:</u> Administração e Serviços.</p> <p>- Aplicação de conhecimentos relacionados com as atividades do Setor.</p>									
<p>2.8.1.1 - <u>Escritório-modelo</u></p> <p>- Registros contábeis.</p> <p>- Operações contábeis em livros.</p> <p>- Operações contábeis em máquinas.</p> <p>- Obtenção de cópias em máquinas copiadoras de uso comum em escritórios.</p> <p>- Datilografia de fichas, formulários, etc.</p> <p>- Elaboração e datilografia de expedientes.</p> <p>- Arquivamento de fichas e documentos.</p> <p>- Operação com máquinas de calcular.</p> <p>- Consultas à biblioteca especializada.</p>	<p>-Depósito de material de uso do E. Modelo.</p> <p>-Outras salas-ambiente do Setor Terciário</p>	A C	21	-	4	-	98	2	<p>Possibilidade de divisão em três setores conjugados:</p> <p>1) Contabilização;</p> <p>2) Documentação e Apoio;</p> <p>3) Expediente e Administração.</p> <p>Previsão de instalações para máquinas elétricas.</p>

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.1.2 - <u>Depósito de material de uso de Escritório Modelo</u>	-Escritório-Modelo	A	-	1	-	5	14	2	
2.8.1.3 - <u>Laboratório de línguas</u> - Audição de gravações. - Gravação e reprodução de sons.	-Setor Terciário	C	21	-	2	-	56	1	Previsão de: -Isolamento acústico. -Instalações para equipamento especializado destinado a 20 alunos.
2.8.1.4 - <u>Estúdio de comunicação</u> - Leitura, gravação e reprodução de textos. - Palestras, debates, etc.	-Datilografia -Setor Terciário	B C	21	-	2	-	56	1	Previsão de: -Isolamento acústico. -Instalação para 4 gravadores e microfones.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.1.5 - <u>Setor de fotografia</u> - Obtenção de diapositivos. - Microfilmagem. - Arquivamento, catalogação, conservação e utilização de microfilmes. - Revelação, obtenção de cópias e ampliação de filmes.									
2.8.1.8 - <u>Sala de fotografia</u>	-Câmara escura	A	21	-	2	-	56	1	Uso de cenários.
2.8.1.7 - <u>Câmara escura e laboratório fotográfico</u>	-Sala de fotografia	A	3	-	2	-	14	2	Previsão de água corrente e escurecimento total, com pias especiais para trabalhos de revelação fotográfica. Prever serviço de exaustão de ar.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.1.8 - <u>Sala de datilografia</u> - Treinamento em datilografia de todos os alunos do Colégio. - Execução de trabalhos datilografados pelos alunos.	-Estúdio de Comunicação	B	21	-	2	-	56	2	Previsão de: -instalações para 20 máquinas de escrever.
2.8.1.9 - <u>Sala de Desenho</u> - Execução de desenhos técnicos. - Execução de desenhos de propaganda. - Execução de desenhos artísticos. - Execução de trabalhos de diagramação.	-Setor Terciário	C	21	-	3	-	84	1	Previsão de: -pranchetas para 20 alunos (0,45 x 0,65); -armários para guarda do material; -lavatório.
2.8.1.10 - <u>Salas de Trabalhos Orientados</u> das disciplinas de educação especial, no Setor Terciário.	-Setor Terciário	C	21	-	2	-	56	9	20 carteiras individuais, permitindo deslocamento fácil. Depósito para material escolar. Prever escurecimento total. Água corrente. Possibilidade de juntar 4 salas e fazer uma grande.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2 - <u>Setor de Atividades Industriais</u> - Aplicação de conhecimentos relacionados com as atividades do setor.									
2.8.2.1 - <u>Área de Química Aplicada</u> - Obtenção de produtos químicos. - Análise química. - Dosagem de produtos químicos.									
2.8.2.1.1 - <u>Laboratório de Química aplicada</u>	-Sala de Preparação e Depósito	A	21	-	5	-	112	1	Previsão de 5 postos de trabalho para grupos de 4 alunos; -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -bancada junto à parede com 2 pias-lavatório e 4 pontos de eletricidade; -instalação de capelas.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m2)
 (e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2.1.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u>	-Laboratório de Química Aplicada	A	2	-	5	-	28	1	Prever: -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material.
2.8.2.2 - <u>Setor de Eletrônica</u>									
2.8.2.2.1 - <u>Laboratório de Eletrônica</u>	-Sala de Preparação e Depósito	A	21	-	5	-	112	1	5 postos de trabalho para grupos de 4 alunos. Prever: -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -sistema de distribuição que permita levar energia elétrica às 5 mesas dos alunos, quaisquer que sejam suas posições no laboratório.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2.2.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u>	-Laboratório de Eletrônica	A	2	-	5	-	28	1	Prever: -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material.
2.8.2.3 - <u>Setor de Eletrotécnica</u>									
2.8.2.3.1 - <u>Laboratório de Eletrotécnica</u>	-Sala de Preparação e Depósito	A	21	-	5	-	112	1	5 postos de trabalho para grupos de 4 alunos. Prever: -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -sistema de distribuição que permita levar energia elétrica às 5 mesas dos alunos, quaisquer que sejam suas posições no laboratório.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2.3.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u>	-Laboratório	A	2	-	5	-	28	1	Prever: -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material.
2.8.2.4 - <u>Setor de Ensaio Mecânicos e de Metrologia</u>									
2.8.2.4.1 - <u>Laboratório</u>	-Sala de Preparação e Depósito	A	21	-	5	-	112	1	5 postos de trabalho para grupos de 4 alunos. Prever: -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -sistema de distribuição que permita levar energia elétrica às 5 mesas dos alunos, quaisquer que sejam suas posições no laboratório.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2.4.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u>	-Laboratório	A	2	-	5	-	28	1	Prever: -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material.
2.8.2.5 - <u>Setor de materiais de Construção</u>									
2.8.2.5.1 - <u>Laboratório</u>	-Sala de Preparação e Depósito	A	21	-	5	-	112	1	5 postos de trabalho para grupos de 4 alunos. Prever: -mesa para o professor com pia, ponto de eletricidade, ponto de gás; -sistema de distribuição que permita levar energia elétrica às 5 mesas dos alunos, quaisquer que sejam suas posições no laboratório

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.8.2.5.2 - <u>Sala de Preparação e Depósito</u>	-Laboratório	A	4	-	5	-	28	1	Prever: -bancada com pia e ponto de eletricidade; -estantes para depósito de material.
2.8.2.5.3 - <u>Sala de Projetos</u>	-Setor Secundário	C	21	-	7	-	168	1	Prever pranchetas para 20 alunos; -armários para guarda do material; -lavatório.
2.8.2.6 - <u>Setor de Metalografia e Tratamento Térmico</u> (a ser previsto possivelmente para os Colégios de Minas Gerais). Nos outros Estados deve ser outro setor.									

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.9 - <u>Educação Física e Recreação</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prática de educação física. - Atividades desportivas. - Recreação de alunos. <p>Atividades que visam proporcionar ao aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O desenvolvimento da expressão corporal, através da educação do movimento; - o desenvolvimento do espírito de equipe, de responsabilidade e de coordenação; - a formação de hábitos sadios de conduta social e higiênica. 									
<p>2.9.1 - <u>Sala de Educação Física</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Uso dos professores de educação física. - Exame biométrico periódico dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> -Área de circulação geral -Depósito da Educ. Física -Campo de Educ. Física -Vestiários -Área Coberta para Recreio e Abrigo 	<p>A</p> <p>B</p> <p>C</p> <p>C</p> <p>C</p>	-	4	-	5	28	1	Prever a instalação de 1 lavatório para uso do médico ou do professor.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.9.2 - <u>Depósito</u> Guarda de material didático destinado à Educação Física	-Sala Educação Física	B	-	1	-	5	28	1	
2.9.3 - <u>Sanitário</u> (com chuveiro) (para os professores de Educação Física)	-Sala Educação Física	B	-	2	-	3	7	2	
2.9.4 - <u>Vestiário e Chuveiros</u> (Masculino) (8 chuveiros) - Mudança de roupa. - Banho após as atividades de Educação Física.	-Campo de Educação Física	A	-	8	-	2	28	1	Em locais de clima muito frio, deveria ser previsto, em todos, os chuveiros, dispositivos para aquecimento de água. Prever facilidade para guardar roupa e pertences dos alunos. Possib. o uso dos vest. nas horas de recreio, como apoio aos sanitários gerais das escolas. Prever bancos.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
2.9.5 - <u>Vestiários e Chuveiros</u> (Feminino) (8 chuveiros) - Mudança de roupa. - Banho após as atividades de Educação Física.	-Campo de Educação Física	A	-	8	-	2	28	1	Em locais de clima muito frio, deveria ser previsto, em todos, os chuveiros, dispositivos para aquecimento de água. Prever facilidade para guardar roupa e pertences das alunas. Possib. o uso dos vest. nas horas de recreio, como apoio aos sanitários gerais das escolas. Prever bancos.
2.9.6 - <u>Área Coberta para Recreio e Abrigo</u> - Reunião de grande número de pessoas. - Solenidades cívicas. - Representações. - Uso pela comunidade. - Exercícios físicos e abrigo.	-Circulação geral -Sanitários dos alunos -Cantina -Vestiários e chuveiros	A B C C	-	600	-	1	504	1	Piso de fácil lavagem. Esta área deverá ser estudada de tal forma que possa ser utilizada como quadra coberta também para jogos.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
<p>2.9.7 - <u>Campo de Educação Física, Esportes e Recreação</u></p> <p>- Aulas de Educação Física e atividades esportivas múltiplas.</p> <p>- Recreação e atividades culturais e cívicas.</p>	<p>-Sala Educação Física</p> <p>-Chuveiros e Vestiário</p>	<p>B</p> <p>B</p>						<p>1</p>	<p>Área descoberta.</p> <p>Prever equipamento para prática de Educação Física: barras duplas, caixa para salto, alvo para arremêso de bolas.</p> <p>Prever 1 quadra cimentada para usos múltiplos: volei, basquete, futebol de salão.</p> <p>Área recomendavel: 400 m² (200 m² para 50 alunos),</p>
ÁREA APROXIMADA DO CONJUNTO		4.678 m ² (87% aproximadamente da área útil total)							

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
 (b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
 (b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
 (c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
 (d) - Área sugerida para a unidade (m²)
 (e) - Número de unidades

3. CONJUNTO DE SERVIÇOS GERAIS

Complementação às atividades nos Conjuntos Administrativos e Pedagógico:

- fornecimento de alimentação ligeira;
- limpeza;
- zeladoria;
- serviços sanitários.

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
3.1 - <u>Cantina</u> Preparação e fornecimento de alimentação ligeira para estudantes, professores e funcionários.	-Área coberta para Recreio e Abrigo	A	5	-	5	-	56	1	Prever: -mesa ou bancada; -geladeira ou frigorífico; -iluminação complementar junto à pia; -ventilação adequada e permanente; -paredes e pisos facilmente laváveis; -utilização de parte da área coberta para mesas.
3.2 - <u>Depósito da Cantina</u>	-Cantina	A	-	1	-	5	28	1	

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
3.3 - <u>Sanitários</u>									Agrupar sempre que possível: -ventilação adequada e permanente; -paredes e pisos facilmente laváveis.
3.3.1 - <u>Sanitários Masculinos</u> (Alunos)	-Área Coberta -Vestiários e chuveiros	B C	-	-	-	-	56	2	Localização adequada para apoio aos Vestiários de Educação Física. Uso pela comunidade. Aproximadamente 1 WC/25 alunos e 1 mictório/15 alunos.
3.3.2 - <u>Sanitários Femininos</u> (alunas)	-Área coberta -Vestiários e Chuveiros	B C	-	-	-	-	56	2	Localização adequada para apoio aos vestiários para Educação Física. Uso pela comunidade. Aproximadamente 1 WC/35 alunas.
3.3.3 - <u>Sanitários para Serventes</u> (Masculino)	-Área de circulação	A	-	-	-	-	7	1	Uso comum pelos serventes.
3.3.4 - <u>Sanitário para Serventes</u> (Feminino)	-Área de circulação	A	-	-	-	-	7	1	

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m2)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m2)
(d) - Área sugerida para a unidade (m2)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
3.3.5 - <u>Sanitário para Professores e Pessoal Administrativo (Masculino)</u>	-Conjunto Administrativo -Sala de professores	B B	-	-	-	-	14	1	Possibilidade de uso por eventuais visitantes à escola e pela comunidade. 2 mictórios e 2 WC.
3.3.6 - <u>Sanitários para Professores e Pessoal Administrativo (Feminino)</u>	-Conjunto Administrativo -Sala de professores	B B	-	-	-	-	14	1	Possibilidade de uso por eventuais visitantes à escola e pela comunidade.
3.3.7 - <u>Copa para Professores e Pessoal Administrativo</u>	-Conjunto Administrativo	B	-	-	-	-	7	1	
3.3.8 - <u>Apartamento do Zelador</u>	-Área de circulação	B	-	-	-	-	56	1	Ventilação permanente e adequada. Previsão de sala, 2 quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.
3.3.9 - <u>Depósito de Material de Limpeza</u>	-Apartamento do Zelador	B	-	-	-	-	28	1	Ventilação permanente. Fácil limpeza.

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

NOME DA UNIDADE ESPACIAL FUNÇÕES E ATIVIDADES PRINCIPAIS	RELAÇÕES MAIS FREQUENTES	a	b1	b2	c1	c2	d	e	RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS
3.3.10 - <u>Depósito de Material de Limpeza Auxiliar</u>	-Estrategicamente distribuidos pelo Colégio		-	-	-	-	4	3	Ventilação permanente. Fácil limpeza.
ÁREA APROXIMADA DO CONJUNTO	453 m ² (8,4% da área útil total)								
TOTAL DA ÁREA ÚTIL SEM CIRCULAÇÃO = 5.369 m ²									
ÁREA APROXIMADA PARA CIRCULAÇÃO E PAREDES = 1.879 m ² (35% da área útil total)									
ÁREA TOTAL ESTIMADA PARA AS INSTALAÇÕES DO COLÉGIO POLIVALENTE 7.248 m ²									

CÓDIGO: (a) - Prioridade de relacionamento
(b1) - Capacidade unitária - Nº de usuários permanentes
(b2) - Capacidade unitária - Nº de usuários transitórios

(c1) - Área mínima por usuário permanente (m²)
(c2) - Área mínima por usuário transitório (m²)
(d) - Área sugerida para a unidade (m²)
(e) - Número de unidades

M - O EQUIPAMENTO DO COLÉGIO POLIVALENTE

O EQUIPAMENTO DO COLÉGIO POLIVALENTE

1. As especificações educacionais se completam com a descrição das instalações e do equipamento necessário a cada uma das unidades espaciais de que se compõem os três grandes conjuntos que integram o Colégio Polivalente.
2. Cada unidade espacial - sala, laboratório, jardim, ambiente especial, campo de esporte, etc. - terá suas instalações e equipamentos descritos e definidos, qualitativa e quantitativamente, em função da atividade a ser desenvolvida em cada um deles.
3. Estudos básicos complementares estão sendo realizados para a composição do documento que se denominará "Manual de Equipamento do Colégio Polivalente", que, como anexo, completará as Especificações Educacionais.
4. Como, todavia, uma minuciosa descrição do equipamento depende, em instância final, da definição das habilitações profissionais a serem oferecidas pelo estabelecimento de ensino, não pode, evidentemente, o "Manual de Equipamento do Colégio Polivalente" especificar com antecedência o equipamento, em todas as suas minúcias.
5. Além dessa dependência básica da definição das habilitações a serem oferecidas, o próprio currículo e talvez os planos gerais de curso a ser ministrado no Colégio têm reflexos diretos no tipo e quantidade de equipamento a ser destinado ao estabelecimento. Tal o caso do ensino de Física, Química e Biologia, Eletrônica ou Eletrotécnica.
6. Estas considerações levaram os planejadores do Colégio Polivalente a admitir a conveniência de, no caso de equipamentos para os diversos laboratórios, descrever e adquirir inicialmente apenas o equipamento

comum e por isso mesmo mais flexível e adaptável, cujos custos girassem em torno de 80% dos recursos alocados a cada laboratório específico, deixando os restantes 20% para empregar posteriormente, quando o próprio professor vier a definir o tipo de programa a ser desenvolvido naquela disciplina ou área de estudos.

7. Todo o sentido de flexibilidade que se quer dar ao equipamento do Colégio Polivalente, por mais especializado que seja o ambiente, tem por fim facilitar a ação educativa, que deve, antes de tudo, ajustar-se ao interesse e capacidade do aluno.

N - INSTRUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO COLÉGIO POLIVALENTE

INSTRUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO COLÉGIO POLIVALENTE

1. Cronograma

(Ver Apêndice 1)

2. Descrição das Atividades

2.1 - Preparo do Documento Básico

Um Grupo de Trabalho, com representantes do DEM e do PREMEN, elaborou o Documento Básico para a implementação do Projeto Colégio Polivalente do Programa dos Estados Participantes. Esse documento está sendo impresso e será distribuído aos interessados dia 5 de junho próximo, em reunião a ser realizada no PREMEN.

2.2 - Elaboração do Plano Curricular

Será executada nos Estados Participantes sob a coordenação de elementos especialmente indicados pelas CEs, os quais deverão ter comparecido à reunião, no PREMEN, dia 5 de junho próximo. Instruções sobre o trabalho constam do Documento-Base e Serão discutidas na reunião do RIO DE JANEIRO.

2.3 - Seminário

Terminado o prazo concedido aos Estados para elaboração do Plano Curricular, será realizado no PREMEN (RIO) um Seminário em condições a serem reguladas em documento próprio.

2.4 - Negociações com a Agência Financiadora

A cargo do PREMEN Nacional.

2.5 - Seleção do Terreno

A cargo das CEs seguindo as instruções do Manual Técnico de Construção.

2.6 - Projeto Arquitetônico

Será executado pela Consultoria de Arquitetura e Engenharia do PREMEN com a assessoria dos Grupos de Trabalho que nos Estados, tiverem desenvolvido os Planos Curriculares e mais o concurso de Engenheiros e Arquitetos da GRC/Estadual. O PREMEN Nacional coordenará essa atividade.

2.7 - Licitação e Contratação

Conforme Manual Técnico de Construção.

2.8 - Topografia, Sondagem, Documentos Legais, Serviços Públicos

Conforme instruções em vigor.

2.9 - Assinatura do Acordo de Liberação de Parcela

A cargo do PREMEN Nacional e da Agência Financiadora.

2.10- Construção e Recebimento Provisório

Conforme Manual Técnico de Construção.

2.11- Especificação do Equipamento

A cargo do Grupo de Trabalho do Plano Curricular, em ligação com as GEQ Nacional e Estadual.

2.12- Especificação das Necessidades de Recursos Humanos

A cargo do Grupo de Trabalho do Plano Curricular, em ligação com as GRH Nacional e Estadual.

2.13- Treinamento do Pessoal

A ser regulado pela GRH Nacional.

2.14- Aquisição do Equipamento

A cargo da GEQ Nacional.

- 2.15- Elaboração do Regimento Interno do Colégio Polivalente
A cargo do Grupo de Trabalho do Plano Curricular.
Deverá estar pronto a tempo de ser estudado pelo Pessoal Técnico-Administrativo a ser treinado para o Colégio Polivalente.
- 2.16- Especificação dos Títulos da Biblioteca
A cargo do Grupo de Trabalho do Plano Curricular.
Será revisto e consolidado na GRH Nacional.
- 2.17- Aquisição de Livros
A cargo da GEQ Nacional.
- 2.18- Admissão do Pessoal
A cargo das Secretarias de Educação.
- 2.19- Transporte do Equipamento e dos Livros
A cargo da GEQ Nacional.
- 2.20- Preparação para Início da Aula
A cargo do Corpo da Administração do Colégio Polivalente.
- 2.21- Exame, Recebimento e Instalação do Equipamento
A cargo da Administração do Colégio Polivalente.
- 2.22- Funcionamento do Colégio Polivalente
A cargo da Administração do Colégio Polivalente, considerando-se que as atividades "Exame, Recebimento e Instalação do Equipamento", bem como recebimento provisório da construção, estão completamente determinados.
Durante 6 meses a Administração do Colégio cooperará com as GTCs estaduais, sob a supervisão da Consultoria de Arquitetura e Engenharia, até que seja feito o recebimento definitivo do Colégio em perfeitas condições de acabamento.

